INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ANÁLISE E PLANEJAMENTO ESPACIAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ARIJANE-ADNE SANTIAGO ALVES

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM JOSÉ DE FREITAS, PIAUÍ

TERESINA
2026

ARIJANE-ADNE SANTIAGO ALVES

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM JOSÉ DE FREITAS, PIAUÍ

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise e Planejamento Espacial.

Área de concentração: Análise Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Glairton Cardoso Rocha

TERESINA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Alves, Arijane-Adne Santiago

A474t Turismo de base comunitária como ferramenta para o desenvolvimento local sustentável em José de Freitas, Piauí / Arijane-Adne Santiago Alves. - 2026.

206 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central, 2026.
Orientador : Prof Dr. Glairton Cardoso Rocha.

1. Análise espacial. 2. Desenvolvimento local sustentável. 3. José de Freitas (PI). 4. Turismo de base comunitária.

CDD - 910

Elaborado por Sindya Santos Melo CRB CRB 3/1085

ARIJANE-ADNE SANTIAGO ALVES

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM JOSÉ DE FREITAS, PIAUÍ

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise e Planejamento Espacial.

Aprovada em: 12 / 03 / 2026.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Glairton Cardoso Rocha (Orientador)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

_____

Profa. Dra. Elisabeth Mary de Carvalho Batista
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

_____

Prof. Dr. Francílio de Amorim dos Santos
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Dedico este trabalho ao meu filho, minha razão de viver.

AGRADECIMENTOS

Ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, por toda boa dádiva e todo dom perfeito que vem de Deus, minha Rocha, minha Fortaleza. Toda gratidão ao meu pai trino que me deu vida, um propósito e forças para segui-lo.

Agradeço aos meus pais por me ensinarem o valor dos estudos e de um bom caráter. Obrigada por todo o esforço e dedicação, devo tanto a vocês que palavras não podem descrever. À minha irmã Ariadne, que é o maior exemplo de guerreira vitoriosa que conheço, uma mãezona (inclusive para mim), minha “adulto Premium”, obrigada por todos os conselhos e por sempre ouvir minhas lamúrias.

Agradeço à minha linda família, meu maior patrimônio. Ao meu esposo Wênio, que em meio a 12 turmas de ensino fundamental, um mestrado em educação e um pastorado, não mediu esforços para estar ao meu lado, me apoiando e sendo meu porto seguro. E ao meu filho Esdras, meu pequeno-grande milagre, minha razão de viver, de quem tive conhecimento uma semana antes da prova escrita para este mestrado, quem me acompanhou em aulas físicas e remotas, em leituras, em produções e até em campo.

Aos meus amigos de turma e trabalho, por todo apoio, carinho, dicas e direcionamentos. Vocês tornam qualquer trilha mais leve e creio que nenhum de vocês me abandonaria no meio de uma dessas trilhas.

Agradeço ao Instituto Federal por possibilitar a realização de um sonho. Por todo suporte institucional e acadêmico. Aos queridos professores por possibilitar uma jornada acadêmica incrível e riquíssima. Ao meu orientador Prof. Dr. Glairon Cardoso da Rocha, por sua mente brilhante e por sua humanidade e sensibilidade, não tenho dúvida que fui direcionada à uma orientação de excelência. À Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de José de Freitas (SEMAT) e ao Professor Santos (IFPI), pelo apoio valiosíssimo a esta pesquisa.

Portanto, quer comais, quer bebais, ou
façais qualquer outra coisa, fazei tudo
para a glória de Deus.
Bíblia Sagrada (I Coríntios 11: 31)

RESUMO

Esta pesquisa analisa o Turismo de Base Comunitária (TBC) como instrumento impulsionador do desenvolvimento local sustentável no município de José de Freitas, Piauí. O estudo objetiva diagnosticar o potencial turístico regional para elaborar uma cartilha informativa que subsidie o fortalecimento de iniciativas locais de TBC. Busca, especificamente, mapear as atividades existentes, descrever potencialidades e desafios, além de sugerir recomendações práticas para a consolidação do modelo comunitário no território. A investigação adota uma abordagem qualitativa e descritiva de natureza aplicada, fundamentada em pesquisa bibliográfica e de campo. Como técnica de amostragem, optou-se pela amostragem "bola de neve" para identificar informantes-chave e comunidades receptoras, realizando entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e líderes locais, além de ficha de campo. O processamento dos dados foi feito através da análise de conteúdo de Bardin (1977) com auxílio do software ATLAS.ti e a espacialização de informações geográficas por meio do software QGIS para a confecção de mapas temáticos sobre o meio físico e humano. O diagnóstico identificou seis locais com potencial relevante para o TBC, abrangendo associações organizadas, patrimônios históricos e atrativos naturais. A análise por meio da matriz SWOT revelou forças internas significativas vinculadas ao associativismo, mas aponta fraquezas estruturais e carências no apoio institucional como entraves ao desenvolvimento. O trabalho resultou na criação de uma cartilha digital que integra conceitos e ferramentas úteis para promover a autonomia das comunidades freitenses em suas iniciativas turísticas. Pode-se concluir que o TBC representa uma estratégia viável para a valorização cultural e conservação ambiental, desde que ocorra o efetivo engajamento coletivo e a superação das deficiências em infraestrutura básica no município.

Palavras-chave: análise espacial; desenvolvimento local sustentável; José de Freitas; turismo de base comunitária.

ABSTRACT

This research analyzes Community-Based Tourism (CBT) as a driving instrument for sustainable local development in the municipality of José de Freitas, Piauí. The study aims to diagnose regional tourism potential to develop an informative primer that supports the strengthening of local CBT initiatives. Specifically, it seeks to map existing activities, describe potentials and challenges, and suggest practical recommendations for consolidating the community model in the territory. The investigation adopts a qualitative and descriptive approach of an applied nature, based on bibliographic and field research. As a sampling technique, the study utilizes the "snowball sampling" method to identify key informants and host communities, conducting semi-structured interviews with public managers and local leaders, in addition to field journals. Data processing was performed through Bardin's content analysis (1977) with the aid of ATLAS.ti software, while spatial information was processed using QGIS software for the creation of thematic maps regarding the physical and human environments. The diagnosis identifies six locations with significant potential for CBT, encompassing organized associations, historical heritage, and natural attractions. The SWOT analysis reveals significant internal strengths linked to associativism but points out structural weaknesses and lack of institutional support as obstacles to development. The work resulted in the creation of a digital primer that integrates useful concepts and tools to promote the autonomy of communities in José de Freitas regarding their tourism initiatives. It concludes that CBT represents a viable strategy for cultural appreciation and environmental conservation, provided there is effective collective engagement and the overcoming of basic infrastructure deficiencies in the municipality.

Keywords: spatial analysis; sustainable local development; José de Freitas; community-based tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES - MAPAS

Mapa 1 – Locais turísticos que fizeram parte da pesquisa de campo, José de Freitas, Piauí. 51

Mapa 2 – Mapa de localização do município de José de Freitas, Piauí 60

MAPA 3 - Formações geológicas do município de José de Freitas 64

MAPA 4 – Aspectos geomorfológicos do município de José de Freitas 66

MAPA 5 – Modelo Digital de Elevação do município de José de Freitas 66

MAPA 6 – Pedologia do Município de José de Freitas 68

MAPA 7 – Hidrografia do município de José de Freitas.....72

MAPA 8 – Formações vegetais do município de José de Freitas 74

LISTA DE ILUSTRAÇÕES - FIGURAS

Figura 1 – Contexto de cobertura vegetal em José de Freitas: a) vegetação de palmeiral; b) vegetação de caatinga arbórea-arbustiva; c) vegetação característica de área de transição de Caatinga e Cerrado; d) vegetação característica de mata de ciliar, na margem da Barragem do Bezerro 69

Figura 2 – Contexto hidrológico de José de Freitas: a) Barragem do Bezerro; b) Açude Novo; c) Açude da Pitombeira 71

Figura 3 – Contexto hidrográfico de José de Freitas. a) Imagem do rio Marataoan de regime perene, trecho sob a ponte da Holinda; b) riacho efêmero São Domingos em período chuvoso; c) riacho efêmero sob a quarta ponte na Rodovia PI-366, sentido José de Freitas a Lagoa Alegre, em período de estiagem. 73

Figura 4 – Aspecto da Cartilha: a) Capa; b) Índice 78

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – QUADROS

Quadro 1 – Caracterização de local turístico, Casarão do Assentamento São Domingos 53

Quadro 2 – Caracterização de local turístico, Associação Deus da Vida 54

Quadro 3 – Caracterização de local turístico, Barragem do Bezerro 54

Quadro 4 – Caracterização de local turístico, Casa Grande da Fazenda Ininga.....55

Quadro 5 – Caracterização de local turístico, Nazareth Eco Hotel.....56

Quadro 6 – Caracterização de local turístico, Canto da Sentinela 57

Quadro 7 – Análise de SWOT aplicada ao diagnóstico sobre o turismo em José de Freitas, Piauí. 79

Quadro 8 – Subprodutos elaborados 81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
BDIA	Banco de Dados e Informações Ambientais
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CAQDAS	Software de Análise Qualitativa Assistida por Computador
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recurso Minerais
DLS	Desenvolvimento Local Sustentável
DS	Desenvolvimento Sustentável
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FETUR	Feira do Turismo do Piauí
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PNPTC	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNT	Política Nacional do Turismo
SEDEC	Secretaria de Estado da Defesa Civil
SEMAT	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo

SIETUR	Sistema de Incentivo Estadual do Turismo
STRM	*Shuttle Radar Topography Mission*
SWOT	*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCR	Turismo Rural Comunitário
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
2 REVISÃO DE LITERATURA 18
2.1 DO TURISMO CONVENCIONAL AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA 18
2.1.1 Breve histórico da atividade turística 19
2.1.2 Turismo de Base Comunitária 22
2.1.2.1 Origem e conceitos 22
2.1.2.2 Caraterísticas e formas de organização do TBC 23
2.1.2.3 Principais desafios e oportunidades *26*
2.1.3 Comunidade 28
2.1.3.1 Comunidades tradicionais 30
2.1.3.2 Comunidade, turismo e território 32
2.2 LEGISLAÇÃO APLICADA AO TURISMO 33
2.2.1 Legislação Federal 34
2.2.2 Legislação Estadual 37
2.2.3 Legislação Municipal 38
2.3 DESENVOLVIMENTO (LOCAL) SUSTENTÁVEL 39
2.3.1 Desenvolvimento Sustentável 40
2.3.2 Desenvolvimento local sustentável 41
2.3.3 Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Local Sustentável 44
3 METODOLOGIA 47
3.1 MÉTODOS E TÉCNICAS 47
3.1.1 População e Amostragem 48
3.1.2 Coleta de dados 51
3.1.3 Análise e tabulação dos dados 58
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO 59
3.2.1 Localização 59
3.2.2 Aspectos Históricos e Formação Administrativa 61
3.2.3 Caracterização Físico-natural de José de Freitas 62
3.2.3.1 Geologia e Geomorfologia 62
3.2.3.2 Vegetação e pedologia 67
3.2.3.3 Clima e Hidrografia 70
4 RESULTADOS 76
4.1 PRODUTO 76
4.2 SUBPRODUTOS 80

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 82

REFERÊNCIAS 85

APÊNDICES 100

APÊNDICE A - CARTILHA APRESENTADA COMO PRODUTO DA PESQUISA DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ANÁLISE DE MAPEAMENTO ESPACIAL 101

APÊNDICE B – ARTIGO: DESENHO TEÓRICO SOBRE AS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO 127

APÊNDICE C – ARTIGO: DIAGNÓSTICO DE POTENCIALIDADES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM JOSÉ DE FREITAS, PIAU 146

APÊNDICE D – ARTIGO: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM DIAGNÓSTICO TERRITORIAL EM JOSÉ DE FREITAS, PIAUÍ 167

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COMUNIDADES 194

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGENTES QUE ATUAM NO SETOR PÚBLICO 197

APÊNDICE G – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO 200

APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 203

1 INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é manifestado por pequenas empresas e organizações familiares que ofertam produtos e serviços turísticos com base nos recursos e práticas locais (Aguilar; Reyes, 2020). Diferente do turismo de massa , por ser um modelo de desenvolvimento exógeno, no qual o território é utilizado como palco de consumo para agentes externos, o TBC traz a população local como protagonista do planejamento, execução e controle das atividades turísticas.

Além disso, o TBC é uma ferramenta importante para enfatizar o valor do patrimônio ambiental local, devido sua capacidade de promover o conhecimento de práticas das comunidades tradicionais a respeito do espaço que habitam e por possuírem uma relação identitária com a natureza (Almeida; Emmendoefer, 2024).

Neste sentido, comunidades passaram a vislumbrar no turismo uma fonte de recursos para sua sobrevivência, sendo o TBC uma das formas de se alcançar esse objetivo através de suas premissas, pois trata-se de um modelo de gestão que garante a essas comunidades o protagonismo das atividades turísticas. Além disso, o TBC preza pela conservação do meio ambiente e pela manutenção da cultura e modo de vida local, propiciando vivências reais de cada comunidade.

José de Freitas, a 53km da capital do estado do Piauí (Teresina), é conhecida por seus atributos turísticos marcados pelo patrimônio histórico-cultural e pelas belezas naturais, onde se destaca a Barragem do Bezerro, polo turístico que deu visibilidade ao município. Além da barragem, são conhecidos no município o Nazareth Eco Hotel, o Morro do Cristo (memorial do Fidié) além de antigos casarões que remontam do período do Brasil Colonial e Imperial.

O turismo praticado em José de Freitas, Piauí, apresenta-se como uma estratégia com possibilidade para impulsionar o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). No entanto, a eficácia desse modelo e seus impactos específicos na comunidade ainda não foram adequadamente explorados. Diante deste contexto, surge a necessidade de responder a seguinte questão: de que forma pode-se incentivar a adoção de iniciativas de TBC em José de Freitas e como estas podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável?

Deste modo, o objetivo geral deste trabalho é elaborar uma cartilha sobre o Turismo de Base Comunitária em José de Freitas, Piauí, contendo conceitos, características e ferramentas úteis para desenvolver e/ou fortalecer projetos de

turismo de base comunitária, de modo a contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

Especificamente, objetiva-se identificar e mapear as atividades turísticas existentes na região; descrever as práticas de turismo local em sua potencialidade para o TBC, levando-se em consideração as potencialidades, fraquezas, desafios e oportunidades; e propor recomendações práticas para o estabelecimento e fortalecimento de iniciativas de TBC em José de Freitas, visando o DLS.

É importante ressaltar ainda que, esta pesquisa justifica-se pelo potencial contributivo do TBC para o DLS, corroborado por diversos autores como Almeida e Emmendoefer (2022); Almeida e Castro (2017); Burgos e Mertens (2016); Silva, Matta e Sá (2016). No entanto, há a necessidade de apresentar, de modo mais detalhado, como essa relação se estabelece. José de Freitas, embora abrigue uma rica diversidade cultural e natural, ainda tem muito a ser explorado em termos de potencialidades turísticas. É nesse contexto que o TBC emerge como uma proposta promissora, capaz de catalisar mudanças positivas ao integrar a comunidade local no processo de desenvolvimento ambiental local.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta revisão de literatura tem por intuito estabelecer um arcabouço teórico conceitual que fundamenta esta pesquisa. Nele são explorados os principais conceitos que permeiam o tema Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Local Sustentável. Inicia-se com uma breve contextualização sobre turismo convencional, rastreando-se suas origens e como este evoluiu para o TBC. Em seguida são apresentados os conceitos e a origem do TBC, assim como são expostos e discutidos os conceitos de comunidade e sua importância para esta modalidade turística. Um breve levantamento sobre a legislação aplicada ao turismo convencional e ao TBC foi realizado e por fim discute-se o desenvolvimento local sustentável e sua relação com o TBC.

2.1 DO TURISMO CONVENCIONAL AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O conceito de turismo, embora seja interpretado de modo heterogêneo, está atrelado ao fluxo de pessoas, espaços, viagem, movimento, relações interpessoais e serviços. A definição de turismo mais adotada é aquela delineada pela Organização Mundial de Turismo (OMT) – por se tratar de uma agência de reconhecimento de padrão internacional, cujas publicações são referência em estudos acadêmicos e políticas públicas – que define o fenômeno como “a soma de relações e serviços resultantes de um câmbio de residência temporária e voluntária motivada por razões alheias a negócios ou profissionais” (OMT, 1992, p. 19).

Em meados de 1940, na Suíça, Walter Hunziker e Kurt Krapf (1942) lançaram um conceito em que o turismo é o conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu local de domicílio, sempre que esses deslocamentos e permanências não estejam motivados por uma atividade lucrativa.

A Política Nacional de Turismo, Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, em seu artigo 2º define turismo como “fenômeno social, cultural e econômico que envolve as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios, comparecimento a eventos, entre outros” (Brasil, 2008, n.p)

Nesse escopo, surgem diversas segmentações do turismo, como forma de

organizá-lo para fins de planejamento, gestão e mercado. Essa segmentação pode ser estabelecida a partir de elementos de identidade da oferta e das características e variáveis da demanda. O Ministério do Turismo (Brasil, 2006) definiu alguns segmentos turísticos prioritários para desenvolvimento no Brasil, são eles: turismo social, turismo cultural, turismo rural, turismo de pesca, ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico, turismo de sol e praia, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de negócios e eventos, turismo de esportes e turismo de saúde.

Tal segmentação não incluiu o Turismo de Base Comunitária como uma modalidade ou categoria de turismo, no entanto, tratando sobre turismo social e do turismo étnico (inserido no segmento 'turismo cultural'), cita preceitos do turismo de base comunitária, como a valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura, foco na experiência e na relação comunidade receptora e visitante, distribuição dos benefícios da atividade turística para as comunidades receptoras, utilização sustentável do patrimônio natural e cultural (Brasil, 2006).

2.1.1 Breve histórico da atividade turística

O conceito de viagem, ao longo da história, aparece atrelado ao desenvolvimento das civilizações, primordialmente com os nômades que se deslocavam na busca por alimento, depois com exércitos que viajavam em função de conflitos territoriais, e gregos que percorriam longos trajetos motivados pela religiosidade, dentre outros exemplos (Barreto, 2003).

Outras motivações para viagens começaram a surgir durante as dinastias egípcias, tais como negócios e recreação, que criaram necessidades, sendo construídos centros de alojamento ao longo das principais estradas e nas cidades para acomodar os viajantes. Na Idade Antiga, os gregos apreciavam visitar outras cidades, com destaque para Atenas, além de viagens para participar de festividades religiosas e Jogos Olímpicos. No mesmo período, registros apontam que as civilizações asiáticas realizavam viagens de lazer a estações de veraneio, segundas residências, localizadas na China e no Japão (Lenz, 2011).

Mais adiante, entre 1600 e 1800, o *Grand Tour* europeu, criado para completar a educação dos jovens, predominantemente britânicos, criou a estrutura necessária para o desenvolvimento da economia moderna do turismo (Ovesny; Taylor, 2022). Trata-se de um fenômeno de viagens estudantis autorizadas pela coroa britânica, que iniciou em meados de 1600 e difundiu-se paulatinamente como uma 'moda', cujo

principal destino era a Itália. Na época, as universidades de Oxford e Cambridge, na Inglaterra, e Salamanca, na Espanha, fomentaram tal ação, fornecendo bolsas de viagens. Eram emitidas cartas de autorização, regulamentando o tempo de viagem, a quantidade de cavalos e servos que o indivíduo poderia levar, bem como um passaporte. Pouco dinheiro era levado, no entanto se valiam de uma linha de crédito que funcionava de forma similar aos modernos cheques (Towner; Wall, 1991).

De acordo com Lenz (2011) tais viagens, ainda que pouco organizadas, contribuíram para a consolidação do chamado *grand tour* (Giro pela Europa realizado pelos jovens de classe mais abastada), das quais participavam apenas os homens com idade entre 20 e 25 anos. Tal fenômeno deu origem ao termo *tourist*, para se referir ao viajante em geral. Embora o *grand tour* não seja considerado turismo tal qual é concebido hoje, ele contribuiu para a consolidação de viagens culturais e de intercâmbio, tão comuns na atualidade.

Embora a história do Turismo remonta a meados do século XIX, o seu apogeu se deu apenas no século XX, especificamente na década de 50, se tornando um dos principais setores da economia, tendo grande influência da Revolução Industrial. Foi nesse período que surgiram as primeiras viagens organizadas pelo pastor inglês Thomas Cook, que deram origem ao turismo moderno. Em 1840, arrendou um trem e promoveu uma viagem que teria como objetivo final uma reunião de protesto contra o consumo de álcool. Com o êxito de sua primeira empreitada, Cook decidiu organizar uma atividade que possibilitasse às pessoas deslocar-se para conhecer novos locais, surgindo assim, a primeira agência de viagens (Ansarah, 2001).

Através de sua agência, Cook começou a promover excursões no interior da Inglaterra e continente europeu. Visando aperfeiçoar seu trabalho, elaborou um guia turístico, contemplando detalhes geográficos, históricos, usos e costumes e dicas culinárias para facilitar a estadia de seus clientes. O legado de Thomas Cook permanece nos dias de hoje com agências de viagens espalhadas pelo mundo e uma companhia aérea (Lenz, 2011).

Nesse cenário, a Revolução Industrial (1750 – 1850) exerceu grande influência para alavancar o turismo de massa, contribuindo significativamente para o transporte, introduzindo maquinário movido a vapor, presentes nas locomotivas e navios (Towner; Wall, 1991). Masina (2002) afirma que além disso, o aumento da renda disponível, as férias remuneradas e o desenvolvimento das comunicações foram fundamentais para a ascensão da atividade turística.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, segundo Fontes (2016) houve uma estagnação do turismo internacional, chegando a se interromperem totalmente as atividades. No entanto, o seu fim proporcionou uma nova temporada de expansão do turismo, graças à produção em série de automóveis como ônibus. Foi durante a reconstrução da Europa no pós-guerra que os países perceberam a relevância econômica estratégica do turismo, estabelecendo então políticas de recolhimento de impostos no setor. Contudo, com o advento da Segunda Guerra Mundial, muitos países cortaram suas relações internacionais, o que paralisou a atividade na Europa, refletindo na diminuição dos seus fluxos em outras partes do mundo.

Ainda segundo Fontes (2016), após o término da Segunda Guerra Mundial, deu-se início a uma lenta retomada da economia mundial, com a criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como outros organismos de promoção econômica e social que desempenharam um papel fundamental na reformulação da Europa destruída pela guerra. A paz em zonas de estabilidade política, o aumento do poder aquisitivo da população, as mudanças nas leis trabalhistas, os crescentes investimentos na educação, a modernização dos voos com aviões maiores, incremento dos sistemas de navegação, melhoria no controle do tráfego aéreo e na infraestrutura dos aeroportos, eventos que culminaram no *boom* do turismo de 1950 a 1975.

A partir de então, a "indústria do turismo"[1] se popularizou e se massificou, surgindo novas modalidades de turismo. As rápidas mudanças na tecnologia dos transportes aéreos permitiram o deslocamento de um número maior de pessoas em menos tempo; o setor hoteleiro tornou-se mais profissional, garantindo mais conforto e eficiência aos hóspedes; o crédito facilitou a compra de passagens e pacotes de viagens, dinamizando e fortalecendo o setor das operadoras de turismo e agências de viagens (Barreto, 1995).

---

[1] O termo indústria do turismo vem sendo empregado para reforçar o caráter de produção em massa do turismo, no entanto, as atividades turísticas não se enquadram no segundo setor da economia e sim no terceiro. Segundo Lemos (1999, p. 22) os setores da economia são: "Setor Primário – que envolve a agricultura, a pecuária, a pesca, a extração de minérios e de vegetais, a horticultura e outros; Setor secundário – que engloba as empresas industriais, por exemplo: máquinas e equipamentos, automóveis, autopeças, plásticos, móveis, construção civil, alimentos industrializados, tecidos e diversos outros; Setor terciário – que envolve atividades de serviços como: educação, transporte, comunicação, saúde, bancos, lazer e entretenimento, serviços de hospedagem, eventos, fornecimento de energia, água, esgoto e outras."

2.1.2 Turismo de Base Comunitária

Esta seção é dedicada a estabelecer uma discussão sobre Turismo de Base Comunitária e quais são os principais conceitos que emergem desse debate. Inicia-se com a origem do TBC e quais as definições do termo utilizadas por alguns autores em suas pesquisas. Em seguida, se avança para as características dessa modalidade turística e sobre suas formas de organização. Por fim, a seção abordará os principais desafios e oportunidades inerentes ao TBC. A seção seguinte se empenha a conceituar comunidade e, de forma mais específica, as comunidades tradicionais, trazendo a importância vital destas para o TBC, dando destaque ao seu modo de vida, ancestralidade e sua apropriação ao território.

2.1.2.1 Origem e conceitos

O Turismo de base comunitária, segundo Graciano e Holanda (2020) integra-se ao movimento do turismo alternativo como um contraponto à massificação do fenômeno turístico. Teve início na América Latina na década de 1980 através de iniciativas do Turismo Rural Comunitário (TCR), com incentivos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), com intuito de suprir uma demanda internacional de turistas preocupados com o meio ambiente e com a preservação das riquezas culturais das comunidades. Os autores destacam que tais iniciativas são mais frequentes na África, Ásia, Oceania e em países da América Latina como Brasil, Equador, México e Peru.

O turismo de base comunitária surge no contexto de sistema capitalista que acentua os níveis de desigualdade social, como uma alternativa de modelo de negócio que ganha força em países com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), em áreas onde estão presentes grupos de etnias indígenas, grupos de origem africana, localidades onde há indivíduos socialmente marginalizados e espaços rurais, predominantemente (Silva; Matta; Sá, 2016).

Com relação aos conceitos de TBC, observou-se que ele vem sendo discutido desde a década de 1980, ganhando força com o debate sobre desenvolvimento sustentável no início da década de 1990 (Lima; Irving; Oliveira, 2022). Desde então, a literatura científica aponta para uma heterogeneidade de conceitos aplicados a TBC, que trazem elementos diferentes, mas que emergem para o protagonismo local

dessas atividades turísticas.

Fabrino, Nascimento e Araújo (2016, p.174), definem o TBC como um “modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de determinada localidade.” Já Budel, Severine e Rejowski (2023), trazem o resgate e o revigoramento das tradições locais e heranças culturais como uma das principais características do TBC, ressaltando que o “um lugar relacional estabelecido entre hóspede e anfitrião e estruturado pela procura de vínculos mais significativos de interação interpessoal” (Fabrino; Nascimento; Araújo, 2016, p.7). Outras palavras-chave aplicadas ao conceito de TBC foram identificadas pela pesquisa, como “resiliência socioecológica (Ozorio, 2022), aplicação de rendimentos, economia solidária e inclusão social (Ferreira; Cordeiro; Calanzas, 2019; Santos *et al*., 2019; Teixeira; Vieira; Mayr, 2019).

Tal polissemia de sentidos é explicada pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2010) devido a heterogeneidade de iniciativas de TBC no Brasil, fato que contribui para uma dificuldade na sua definição, pois há uma ampla variedade e complexidade de comunidades e suas iniciativas diferem umas das outras. Diante disto, o MTur definiu critérios para auxiliar sua classificação, são eles: i) autogestão; ii) associativismo e cooperativismo; iii) democratização das oportunidades e benefícios; iv) centralidade da colaboração, parceria e participação; v) valorização da cultura local; e vi) o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e na oferta de bens e serviços turísticos.

Embora não exista uma definição amplamente aceita do TBC, Burgos e Mertens (2016) destacam algumas premissas que indicam seu alcance objetivos, como a apropriação e empoderamento das comunidades no planejamento, implementação e avaliação dos projetos; escala limitada e conservação dos recursos naturais e/ou culturais; desenvolvimento econômico e social para a comunidade local; e qualidade da experiência do visitante. Vê-se então, a forte presença da comunidade neste processo.

2.1.2.2 Caraterísticas e formas de organização do TBC

A atividade turística dentro do contexto do protagonismo das comunidades acontece de forma muito peculiar, com um ritmo lento de progressão, e muitas dependem de agentes externos para sua manutenção. Nesse sentido, tem-se

observado iniciativas de TBC que surgiram ou que buscaram a atuação de Organizações Não Governamentais, Universidades e outras instituições (Assis; Peixoto, 2019; Budel; Severini; Rejowski, 2023; Pinheiro; Souza, 2024; Proença; Panosso Netto, 2022). Tais relações fortalecem o turismo nessas comunidades e fornecem apoio no tocante a cursos, capacitações, divulgação, elaboração de estudos de potencialidades, relatórios, dentre outros fomentos.

É muito comum a presença de agências de turismo ou de viagens que fazem parcerias no intuito de estabelecer rotas turísticas e demanda para esses locais (Martins; Futemma, 2022; Pinheiro; Souza, 2024; Proença; Panosso Netto, 2022). Arruada e Gonçalves (2020) veem a presença de agências de turismo com bons olhos, podendo inserir as comunidades receptoras nas rotas turísticas e divulgando tais iniciativas. Já Coelho e Gontijo (2022) veem a presença de tais atores externos como uma forma de neocolonialismo, que exercem uma forma de controle da atividade turística, oferecendo apenas um modesto complemento aos meios de subsistência locais.

Um dos pilares do TBC é o protagonismo local, este deve ser incentivado para que os moradores da localidade assumam seu papel como gestores, e não apenas como participantes ou objetos desse turismo e o que se vê é o desejo de assumir esse papel. Ao entrevistar 22 moradores da comunidade quilombola Furnas da Boa Sorte em Corguinho (MS), Benites e Mamede (2020), demonstram que a maioria (99,5%) tem interesse em participar do processo de ecoturismo de base comunitária[2], seja por meio de participação em qualificações, formações, ou oferecendo serviços como hospedagem domiciliar, camping, refeições, ou produtos como artesanato, produtos culinários, dentre outros.

As populações em torno das quais o TBC se desenvolve, segundo Santos *et al*. (2019), poderiam compor arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo, baseados em uma gestão participativa. Balieiro e Macedo (2022), em termos conceituais, descrevem que o mecanismo de gestão participativa está intimamente ligado a um tipo de gestão pública democrática que permite a participação da

[2] De acordo com Benites e Mamede (2020), o ecoturismo de base comunitária se destaca no turismo de base comunitária por congregar três vertentes de alta relevância para a sustentabilidade de um território, a saber, o turismo ecológico e sustentável, a educação ambiental e o protagonismo comunitário. Os autores defendem que no ecoturismo de base comunitária esse tripé é indissociável.

sociedade no controle da administração pública. No TBC, essa gestão, de acordo com esses autores, confia na sua capacidade de intermediar conflitos sociais que possam existir no interior de suas redes, em resposta a questões que possam surgir como a articulação em rede, fortalecimento de sua intermediação e distribuição de poder, em consonância aos valores e percepção dos próprios atores.

A gestão participativa, de acordo com Mendonça Neto e Nascimento (2024), possibilita a participação ativa da comunidade local nas decisões, o compartilhamento de responsabilidades e a promoção da transparência da distribuição de benefícios. Muitas vezes, demanda o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas e legislação que respalda esse modelo de governança, reconhecendo e protegendo os direitos das comunidades locais e promovendo a sustentabilidade.

Observou-se que, nessas comunidades, impera uma forma de organização de trabalho e tarefas do tipo setorizada, onde existem grupos que são responsáveis por tarefas específicas, como produção artesanal, recepção e hospedagem, alimentação, guias turísticos, dentre outros. Tal forma de organização pode ser contemplada nos trabalhos de Martins e Futemma (2022), Proença e Panosso Netto (2022).

Em relação à dimensão social e política, Almeida e Castro (2017) em sua pesquisa sobre o TBC a partir do debate teórico dos conceitos, aplicações e sentidos do planejamento no Brasil, defende que há ainda uma visão preconceituosa de que o caráter de “ajuda” da intervenção comunitária parte de um pressuposto de que essas comunidades são carentes e pobres e precisam do serviço de um profissional para salvá-los. Torna-se uma percepção equivocada pois parte de antemão que essas comunidades são antro de problemas e desorganização. Os autores, refutando tal pensamento, apontam que essas comunidades se constituem pela capacidade de luta coletiva e participação como exercício de autogestão, pois é em torno das dificuldades compartilhadas que os vínculos de proximidade e dever social são constantemente formados.

No entanto, conforme apontado por Franz, Andreoli e Silva (2021), é comum que a prioridade desse modelo de gestão aplicado ao turismo se concentre na geração de receitas, as questões ambientais, sociais e culturais ficam em segundo plano. Outro desafio significativo é a garantia da participação efetiva da população na tomada de decisões, que não seja apenas um papel de mero coadjuvante ou apenas representativo (como uma obrigatoriedade), mas que se dê voz e força para a sociedade envolvida.

Uma característica bastante forte no TBC, que merece destaque é a relação entre visitantes e comunidades receptoras que se dá de forma bem distinta do turismo de massa que são rasas, distantes, com o predomínio do desinteresse pelo conhecimento do outro e, por vezes, conflituoso. Barreto (2004), caracteriza essa relação como assimétrica, sendo o visitado tratado como bem de consumo, dentro de uma tendência de impessoalidade e profissionalismo, à medida em que os serviços turísticos e os próprios turistas se profissionalizam.

Corbari, Bahl e Souza (2018) defendem que na relação entre visitantes e prestadores de serviços de atividades turísticas, o relacionamento será sempre assimétrico, mesmo havendo entre eles a mesma formação cultural e consigam se relacionar, considerando que essa relação está pautada no tempo livre versus trabalho, bem como na distinção entre produção e consumo. Outros fatores acentuam ainda mais as diferenças entre visitantes e visitados, como língua, religião e política. Segundo os autores, essa interação é estabelecida de acordo com uma definição prévia de papéis, hierarquias e expectativas existentes em cada encontro, entendendo que a relação entre os atores sociais difere conforme interesses, poderes e expectativas de cada um.

São muitos os exemplos de iniciativas de TBC em que há uma profunda imersão dos visitantes no cotidiano dos povos tradicionais como a exemplo dos roteiros turísticos na comunidade Anã em Santarém estado do Pará (Assis; Peixoto, 2019) e a atividade turística na comunidade ribeirinha de Mangabeira (Mocajuba, Pará), que gira em torno da tradição da mandiocultura (Budel; Severini; Rejowski, 2023). Contudo, o nível de engajamento e interação entre quem recebe e quem é recebido, pode variar de acordo com os costumes e a forma de organização dessas comunidades.

2.1.2.3 Principais desafios e oportunidades

No Brasil, o Turismo de Base Comunitária surge como uma modalidade promissora para o setor, com raízes na valorização da cultura local e no protagonismo das próprias comunidades. No entanto, existem desafios significativos a serem enfrentados, como a precariedade da infraestrutura, a falta de capacitação e treinamento das comunidades para gerirem suas próprias iniciativas, e dificuldades de captação de recursos e fomentos para fortalecerem o turismo nas comunidades.

Por outro lado, há uma vasta gama de oportunidades de crescimento pautadas na riqueza cultural e natural das comunidades, devendo-se aproveitar a crescente demanda turística por experiências autênticas e sustentáveis que vem colocando o TBC em evidência no cenário turístico brasileiro.

Em se tratando dos principais desafios, na visão de Pinheiro e Souza (2024), há um duplo entrave em iniciativas de fomento ao TBC. O primeiro diz respeito a ausência do poder público que é insuficiente em relação a requisitos básicos de cidadania para os residentes da comunidade tais como educação, trabalho, saúde e saneamento básico; e o segundo diz respeito a falta de investimentos em infraestrutura de transporte, capacitações, engajamento coletivo, abertura para financiamento e marketing promocional.

Dentre os principais problemas enfrentados nas/pelas iniciativas de TBC apontadas na literatura, pode-se destacar a falta de preparo dos indivíduos da comunidade para exercer a governança e liderança, ausência de ações efetivas para assegurar a sustentabilidade e a preservação ambiental (Santos *et al.,* 2019; Fabrino; Nascimento; Costa, 2016), cultura individualista dos agentes locais (Budel; Severine; Rejowski, 2023; Fabrino; Nascimento; Araújo, 2016; Ferreira; Cordeiro; Calazans, 2018; Graciano; Holanda, 2020; Santos *et al*., 2019; Teixeira; Vieira; Mayr 2019).

O turismo em si, sempre que presente, promove mudanças de ordem social, econômica, cultural e ambiental, e os impactos dessa atividade derivam de uma complexa rede de relacionamento que envolve anfitriões, turistas, empresas, agências e o próprio ambiente onde essas relações ocorrem. Tais relações podem trazer impactos positivos e negativos afetando os meios físico, biológico e social de um sistema. A ausência de políticas públicas estruturadas, em especial em territórios economicamente vulneráveis, onde o Estado deixa lacunas, resulta em deficiência no ordenamento territorial ocasionando uma urbanização precária, como falta de infraestrutura, saneamento básico, transporte coletivo, segurança pública, educação, preservação ambiental e outros (Santos *et al*., 2019).

Teixeira, Vieira e Mayr (2019), apontam que o TBC praticado no território brasileiro não gera os resultados que poderia. Embora haja avanços na concepção e estruturação de propostas de TBC em diversas comunidades, ainda restam problemas e desafios a serem enfrentados. Os autores apontam como prova disso o fato de que do total de projetos de TBC empreendidos do Brasil, mais de três quartos, são considerados frágeis e/ou insustentáveis a longo prazo e acabam por necessitar de

assistência externa constante.

Dentre as potencialidades para o TBC, Alcântara e Duarte (2020) destacam em sua pesquisa na comunidade ribeirinha São Gonçalo Beira Rio (MS), o incentivo a diversificação da atividade turística, a abertura de locais de hospedagem, ampliação de número de vagas de trabalho, ocorrência de festividades e eventos locais e o estabelecimento de parcerias com empresas do trade turístico.

Zanetoni *et al*. (2022), ressaltam que uma grande potencialidade diz respeito à adaptabilidade do turismo com outras atividades como por exemplo o agroturismo (turismo e agricultura) enoturismo (turismo e produção/apreciação de vinhos), dentre outros. O TBC não foge a esta premissa, pois este torna as atividades comunitárias em produto turístico. Um exemplo disto foi visto com o sistema culinário da mandioca com as casas de farinha na comunidade pesqueira de Mangabeira (Tocantins), no qual tais atividades cotidianas serviram de base para o desenvolvimento do TBC no local (Budel; Severini; Rejowski, 2023).

Cardoso e Bomfim (2022) destacam ainda que a oferta de oportunidades de geração de trabalho e renda devido as iniciativas de TBC nessas localidades tem provocado um fenômeno bastante promissor de combate a evasão de jovens que deixam suas comunidades, como quilombos estudados por Cardoso e Bomfim (2022) e Silva, Matta e Sá (2016), para tentar outros modos de vida e sustento longe de suas culturas e tradições. Este fato, deveras colabora com a manutenção dos aspectos intrínsecos dos povos tradicionais, preservando um vasto patrimônio social e cultural brasileiro.

2.1.3 Comunidade

O conceito de comunidade é de extrema importância em se tratando de TBC, pois é neste âmbito que ele se desenvolve, ganhando força e diversidade à medida em que diversificam os povos que habitam um país de dimensões continentais como o Brasil.

Para a Ecologia, comunidade (comunidade biológica ou biocenose) é um conjunto de populações de diferentes espécies que habitam uma mesma região num determinado período e que estão conectadas por suas relações ecológicas (Peroni; Hernández, 2011). As interações que ocorrem na biocenose, entre os organismos e o meio físico, afetam a distribuição, abundância e dinâmica das espécies, podem ser de

predação, competição, mutualismo, comensalismo, dentre outras (Odum, 1971).

Para a Geografia, o conceito de comunidade é compreendido sob perspectivas diferentes. Partindo do panorama territorial, é concebido como um grupo de pessoas que ocupam um determinado espaço físico e mantêm relações (sociais, econômicas, culturais) significativas nesse território, que moldam suas identidades e práticas (Maciver; Page, 1973). Já no campo da Biogeografia, a comunidade assume características de um sistema biológico organizado e dinâmico, se constituindo como parte viva do ecossistema, interagindo com o biótopo (solo, água, clima), cujas relações ocorrem em um determinado lugar, moldando a estrutura e a composição da comunidade ao longo do tempo (Troppmair, 2006).

No contexto social, o conceito de comunidade envolve uma discussão mais profunda. Arensberg (1961, citado por Goldwasser 1974), sumariza quatro variáveis que considera essenciais para a definição de comunidade: espacial, populacional, organizacional e temporal. Sendo que as duas primeiras são, de certa forma, comuns a todas as modalidades de comunidades definidas no sentido biótico, já as variáveis organizacional e temporal é que lhe conferem um sentido propriamente humano. Mais que uma população ocupando um certo espaço geográfico, a comunidade humana envolve um quadro organizado de relações pessoais regido por um certo padrão cultural historicamente construído.

Oberg (2018, p.713) traz a distinção entre comunidade e sociedade:

> a comunidade é uma associação que ocorre na linha do ser, apresenta uma participação profunda dos membros do grupo, e as relações primárias são colocadas em comum, como o próprio ser, a própria vida, o conhecimento mútuo, a amizade, os sentimentos, a união, a proximidade, enquanto a sociedade é uma associação que ocorre na linha do haver, os membros do grupo colocam em comum algo que possuem, como o dinheiro, a capacidade técnica e os interesses racionais.

Para Almeida e Castro (2017), uma comunidade se constrói nas relações de proximidade e nas relações comunitárias, laços que estabelecem vínculos e compromissos comuns. Tais relações são definidas pelos autores como uma participação profunda dos membros de um grupo, ao colocarem em comum relações primárias, como o próprio ser, a própria vida, o conhecimento mútuo, a amizade, os sentimentos, dentre outros.

Nessas concepções, o conceito de comunidade é definido a partir da coesão social, considerando não sujeitos isolados, mas grupos com relações recíprocas. Santos (1996), aborda essa ideia de comunidade ligada ao território como um chão

de identidades, como um terreno de vínculos, onde as identidades geram as condições para a formação de laços, ou seja, para o autor, comunidade é um espaço social onde as pessoas se relacionam, compartilham experiências e interesses em comum e onde se cria uma identidade com sentido de pertencimento.

Já Palácios (2001, p.7), a questão da territorialidade assume um outro sentido:

> O sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma Comunidade, desencaixa-se da localização: é possível pertencer à distância. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outro (a distância), mas possibilita a co-existência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas

Nesse sentido, a territorialidade pode assumir caráter físico ou simbólico, onde o local geográfico passa a não ser considerado característica intrínseca de uma comunidade, pois, mesmo à distância pode-se sentir pertencido. Isso não quer dizer que o território perca o valor para a comunidade, mas sim que este pode ser físico-geográfico ou simbólico.

2.1.3.1 Comunidades tradicionais

Dentro dos estudos sobre o Turismo de Base Comunitária, merecem destaque as comunidades chamadas tradicionais. Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPTC) (Brasil, 2007a) trata-se de grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuindo formas próprias de organização, que transmitem pela tradição os seus conhecimentos, inovações e práticas gerados.

Para Almeida (2012), comunidades tradicionais podem ser definidas como unidades de mobilização nas quais a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força: laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável. Segundo o autor, o termo “tradicional”, não é utilizado como um signo de atraso ou de vestígio, se opondo ao moderno, mas como uma nova categoria operacional utilizada para entender situações concretas.

As populações e culturas tradicionais não indígenas, são, de forma geral, consideradas camponesas, e são fruto de intensa miscigenação entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o negro escravizado. O elo

fundamental entre essa origem histórica e a realidade dessas comunidades reside no fato de que, a partir desse encontro étnico e cultural,

> com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (Diegues, 2008, p.18).
> .

Culturas tradicionais são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil. Diegues (2008, p. 89 e 90), traz 11 características das culturas e sociedades tradicionais:

a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
b) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração para geração pela oralidade;
c) Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
d) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica em uma relação com o mercado;
f) Reduzida acumulação de capital;
g) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados a caça, a pesca, e a atividades extrativistas;
i) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
j) Fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
k) Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma
l) cultura distinta das outras.

Diante de tais características, a categoria “tradicional” abarca uma diversidade de sujeitos coletivos com identidades socioculturais e políticas bastante diferentes, apesar dos mesmos agentes sociais poderem se filiar a mais de um movimento social e assumir mais de uma dessas múltiplas e dinâmicas atividades.

Os saberes de tais comunidades, segundo Diegues e Arruda (2001), são

resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de equilíbrio entre ambos. Saberes estes que devem ser preservados, garantindo a sua continuidade através das gerações. Neste sentido, o Turismo de Base Comunitária, por propor o protagonismo das comunidades no planejamento, gestão e distribuição dos ganhos da atividade turística, se alinha com os princípios de autonomia e sustentabilidade dessas populações (Irving, 2006).

Dentro do contexto das comunidades tradicionais, o TBC busca fortalecer a governança local, respeitando os modos de vida e os valores dessas comunidades, garantindo assim que o visitante tenha uma experiência autêntica. Nisso, difere-se centralmente do turismo convencional que pode gerar a descaracterização cultural, a perda de controle sobre o território e a apropriação dos lucros por agentes externos (Placeres, 2015).

2.1.3.2 Comunidade, turismo e território

A compreensão de território perpassa a multiplicidade de formas de apropriação e transformação do espaço, por diferentes grupos e classes sociais. Coriolano e Barbosa (2011) ressalta que a territorialização do espaço implica na apropriação, delimitação e controle do espaço. Nele ocorre a materialização das relações sociais de poder e, assim, produção de territórios em diferentes dinâmicas. Souza (1995) entende o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

O território na Geografia contemporânea é concebido como um espaço vivido, produzido e reproduzido pelas relações sociais, culturais, econômicas e políticas, transcendendo a mera delimitação física (Santos, 1996; Saquet, 2007). Neste contexto, o TBC atua como um agente de coprodução territorial, moldando-o e sendo moldado por ele em suas dinâmicas locais, não se restringindo apenas a atividades econômicas que ocorrem em um determinado local.

Almeida e Emmendoefer (2023) defendem que o TBC é uma prática/modelo, que pode ampliar a capacidade de coproduzir o território por diversas dimensões (ambiental, cultural, econômica, política), devido a característica de ter representantes inseridos na governança territorial, que salvaguardam, no processo decisório coletivo, princípios sustentáveis relacionados a essas dimensões. Logo essa coprodução de caráter endógeno que leva em conta os recursos e interesses da população local, se

diferencia do desencadeado pelo turismo de massa, que se associa a um processo de desenvolvimento exógeno. De acordo com os autores “o TBC não só contribui para moldar as características de um território pelos mecanismos de governança, como também é uma prática de resistência de grupos sociais locais que outrora foram excluídos dos benefícios econômicos do turismo” (Almeida; Emmendoefer, 2023, p. 21).

O TBC, diferente dos modelos convencionais de turismo – onde o território é palco de consumo e/ou adaptação de agentes externos – traz o protagonismo da comunidade na construção e apresentação do seu próprio lugar (Irving, 2006). Assim, ao ser planejada e gerida pela própria comunidade que mobiliza seus membros em prol de um objetivo comum, o TBC acaba por coproduzir o território, pois provoca intervenções e ressignificações no espaço.

Nesse contexto, a comunidade é levada a identificar, organizar e valorizar seus próprios recursos (naturais, culturais, históricos), ao tempo em que se preparam para receber os visitantes. Assim, é atribuído novo valor e significado para elementos que antes passavam despercebidos, tanto para a comunidade quanto para o visitante, os levando a uma nova leitura do território (Brochado; Junior, 2012).

Outro elemento que deve ser levado em consideração ao se tratar o TBC como agente coprodutor do território, é a organização espacial e a infraestrutura, pois a demanda por hospitalidade e serviços turísticos estimula a comunidade a organizar seu espaço. Essa organização pode ser traduzida em melhorias em trilhas e acessos, construção ou adaptação de hospedagens, restaurantes, dentre outras intervenções físicas que são decisões coletivas que refletem a visão da comunidade sobre como seu território deve ser vivenciado e compartilhado

Por fim, não se deve negar a possibilidade de ocorrência de territorialização de novos conflitos e soluções, pois a inserção do turismo no território gera novos usos do espaço, fato este que pode trazer conflitos (Placeres, 2015). No entanto, ao promover a discussão e a participação, o TBC oferece mecanismos para que esses conflitos sejam tratados para que se produzam soluções pela própria comunidade, garantindo a transformação territorial equitativa e sustentável.

2.2 LEGISLAÇÃO APLICADA AO TURISMO

O turismo é uma atividade considerada complexa por seu vulto, movimentando

pessoas, investimentos e lucros, portanto o marco legislativo precisa estar presente nesta matéria, com intuito de regular, regulamentar e descrever em textos legais os formatos condicionados para a prestação de serviços, ensejando a garantia de direitos e deveres daqueles que oportunizam a instrumentalização do turismo e daqueles que dele usufruem, evitando transtornos e litígios.

2.2.1 Legislação Federal

No Brasil, a palavra 'turismo' aparece na Carta Magna de 1988, que abordou a Ordem Econômica e Financeira, no Título VII, e estabeleceu no Capítulo I deste título, os Princípios Gerais da Atividade Econômica, no Art. 180 o turismo aparece expressamente contemplado: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico" (Brasil, 1988).

Citando ainda a Constituição Federal vigente, os princípios específicos à atividade turística estão presentes no Art. 24, Incisos VII e VIII:

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre: VII – proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (Brasil, 1988, s.p.).

Essa regra obriga os entes federados a proteger o patrimônio turístico e a responsabilizar-se pelos possíveis danos a bens e direitos turísticos, contribuindo para a promoção deste setor, na medida que estabelece as diretrizes necessárias para garantir a manutenção dos atrativos e a captação de mais turistas.

No campo infraconstitucional, a primeira menção a uma atividade turística no ordenamento jurídico brasileiro data de 1938, com o Decreto-lei nº406, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no país e sobre a venda de passagens para viagens aéreas, terrestres ou marítimas. Outro primórdio da legislação turística no Brasil foi o Decreto nº55 de 1966, que definiu a política nacional de turismo da época e criou o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo. Tal decreto, segundo Fontes (2016), é considerado o principal antecedente histórico do sistema jurídico desta atividade, pois criou uma estrutura federal sistematizada de administração turística, com papel executivo e um conselho nacional com função normativa.

Em 1991 o Decreto nº 55 de 1966 foi revogado pela Lei nº8.181 de 28 de março de 1991, que deu nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo, conhecida agora como Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), transformando-a de empresa pública em autarquia, com sede em Brasília e com a finalidade de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Turismo (Brasil, 1991), revogada em 2020 pela Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020 (Brasil, 2020).

Outro marco histórico para a legislação brasileira sobre o turismo foi a Lei nº 6.505 de 1977 (Brasil, 1977), que trouxe uma identificação dos prestadores de serviços turísticos, tendo como função principal identificar aqueles que se dedicavam ao setor e que deveriam sofrer um controle efetivo dos órgãos públicos. Tal dispositivo foi revogado em 2008 pela Lei 11.771, que dispõe sobre a política nacional do turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, além de regular o Plano Nacional do Turismo, o Sistema Nacional de Turismo e os prestadores de serviços turísticos, tais como meios de hospedagem, agências de turismo, empresas de transporte e de organização de eventos (Brasil, 2008).

Ademais, foram promulgadas outras normas que atendem a organização do turismo, entre elas a Lei nº 10.683/2003 que criou o Ministério do Turismo e definiu suas competências (Brasil, 2003); a Lei nº 12.591/2012 reconhecendo a profissão de turismólogo (Brasil, 2012); a Lei nº 11.637/2007 (Brasil, 2007b) que dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do selo de qualidade nacional de turismo; o Decreto nº 7.381/2010 (Brasil, 2010) que regulamenta a Lei 11.771/2008 (Brasil, 2008); e diversas portarias que tratam de diferentes assuntos relacionados a atividade.

Mais recentemente a Lei nº 14.002/2020 (Brasil, 2020) autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) extinguindo o Instituto Brasileiro de Turismo, revogando a Lei nº 8.181/1991 (Brasil, 1991). A Lei nº 14.476/2022 dispõe sobre o funcionamento e a operação do Fundo Geral do Turismo, o renomeando como Novo Fungetur, e estabelece as diretrizes para o financiamento de iniciativas no setor turístico (Brasil, 2022). E, por fim a Lei nº 14.978/2024 atualiza e moderniza a Lei Geral do Turismo (Política Nacional do Turismo), promovendo a modernização do setor, trazendo, entre outras alterações importantes, a inclusão do Mapa do Turismo Brasileiro como

instrumento para facilitar o alcance dos objetivos da Política e do Sistema Nacional do Turismo (Brasil, 2024).

A Política Nacional do Turismo, Lei nº 11.771/2008 (Brasil, 2008), embora não crie uma política específica para o TBC, a partir dela foram lançados editais e programas do MTUR que o contemplaram, como o Edital 01/2008, uma chamada pública de propostas para apoio a projetos de incubação de empreendimentos econômicos solidários na cadeia produtiva do turismo, passando a reconhecer as atividades de TBC e a aportar recursos para o fomento de tais iniciativas (Brasil, 2008).

Foi compilado ainda do documento "Política Nacional de Turismo de Base Comunitária: subsídios e orientações técnicas", organizado pelo MTUR em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Não se trata de uma Lei, mas traz um material robusto que visa orientar as práticas de TBC no Brasil (Barreto; Lanzarini, 2023).

Ainda que não haja, no âmbito do aparato legal de esfera federal brasileira, legislação específica aplicada ao Turismo de Base Comunitária, essa modalidade turística é tangenciada e amparada por um conjunto de leis e políticas que tratam do turismo de forma geral. Essas leis apoiam, regulam e incentivam o TBC, trazendo princípios como valorização da cultura, turismo sustentável e protagonismo local.

Merece destaque ainda, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), programa do Governo Federal de fomento descentralizado do turismo coordenado pela EMBRATUR que, embora não esteja vigente, foi uma importante ferramenta de impulsionamento do turismo nos municípios. O programa nasceu com o propósito de implementar um modelo simplificado e uniformizado de gestão da atividade turística, vigorando entre os anos de 1994 e 2000, quando foi substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo, que prioriza o desenvolvimento de roteiros integrados entre localidades (Brasil, 2007c).

O programa dava acesso aos municípios a recursos e ferramentas de grande importância para o desenvolvimento do turismo local, como capacitações e treinamentos, oficinas de elaboração de Planos de Desenvolvimento de Turismo Sustentável, estabelecimento de parcerias e linhas de crédito facilitado (EMBRATUR, 2002). Por levar autonomia e oportunidades para os municípios desenvolverem seus próprios serviços turísticos, assumindo o protagonismo de suas ações, é que o PNMT deve ser relembrado e celebrado como uma importante política que impulsionou o setor turístico em escala municipal por todo o Brasil.

2.2.2 Legislação Estadual

No âmbito estadual, a legislação aplicada ao Turismo de Base Comunitária ainda se encontra em fase de desenvolvimento. Embora alguns estados venham se destacando neste cenário, na grande maioria verifica-se uma lacuna de marcos legais específicos que tratem das peculiaridades do TBC o que reflete na adoção de normativas genéricas do setor turístico.

Nesse contexto, os Estados de Minas Gerais com a Lei nº 23.763/21 (Minas Gerais, 2021), Goiás com a Lei nº 21.052/22 (Goiás, 2022), Pará com a Lei 9.773/22 (Pará, 2022) e Tocantins com a Lei nº 4.134/23 (Tocantins, 2023) se destacam por instituírem legislações específicas, estabelecendo cada um sua Política Estadual de Turismo de Base Comunitária. No estado do Piauí foi promulgada a Lei nº 8.177 de 05 de outubro de 2023 que institui o Sistema Estadual de Turismo, a Política Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Turismo, as Governanças Regionais de Turismo, o Observatório de Inteligência Turística e institui o Sistema de Incentivo Estadual do Turismo (SIETUR).

Dentre os objetivos da Política Estadual do Turismo do Estado do Piauí, merece destaque o XIII:

> XIII - estimular a participação e o envolvimento das comunidades e populações tradicionais no desenvolvimento sustentável da atividade turística, de maneira a promover a melhoria da sua qualidade de vida e a preservação de sua identidade cultural através do despertamento do senso de pertencimento ao lugar (Piauí, 2023, n.p);

Vê-se que este objetivo trata diretamente do turismo de base comunitária, ainda que não cite esta terminologia, porém ao trazer o empoderamento das comunidades e populações tradicionais e o desenvolvimento sustentável do turismo, como promoção de qualidade de vida e preservação da identidade cultural, a política está tratando explicitamente dos pilares do TBC.

De forma indireta, a Política Estadual de Turismo do Piauí, trata de temas relacionados ao TBC, como por exemplo, em seu Art. 3º, ao definir o turismo como conjunto de atividades que podem contribuir com a preservação de ecossistemas e de identidades culturais e para a geração de emprego e renda para as comunidades residentes. Da mesma forma, o Art. 4º estabelece como princípio básico para a Política Estadual de Turismo a preservação cultural e ambiental e o desenvolvimento justo e sustentável (Piauí, 2023).

Pode-se citar ainda a Lei 7.605 de 13 de outubro de 2021 (Piauí, 2021) que instituiu, no âmbito do Estado do Piauí, a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural, que aborda conceitos comuns ao TBC como promoção do patrimônio natural e cultural, valorização dos hábitos e costumes integrantes da cultura local, fortalecimento do desenvolvimento sustentável e consciência ambiental, além de fomentar o associativismo e cooperativismo nas localidades rurais.

2.2.3 Legislação Municipal

O município de José de Freitas, embora não possua leis específicas que tratem do Turismo de Base Comunitária, possui um certo nível de organização em se tratando de regulação do turismo municipal, possuindo Política Municipal do Turismo, Lei nº 1.429 de 20 de julho de 2022 (José de Freitas, 2022a), Conselho Municipal do Turismo, Lei nº 1.358 de 04 de julho de 2019 (José de Freitas, 2019) e Fundo Municipal do Turismo, Lei nº 1.374 de 17 de julho de 2020 (José de Freitas, 2020).

A Política Municipal de Turismo de José de Freitas (José de Freitas, 2022a), em seus objetivos, faz menção a alguns princípios que regem o TBC, como por exemplo o estímulo a atividades de expressão cultural (Art. 5º, XI), apoio a prática de turismo sustentável em áreas naturais (Art. 5º, XII) e preservação da identidade e das tradições culturais das comunidades locais relacionadas com a atividade turística (Art. 5º, XIII).

Em seu Art. 6º, ao tratar do Plano Municipal de Turismo, traz como intuito do plano a promoção da proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse público (III), a mitigação dos passivos socioambientais provocados pela atividade turística (IV) e o estímulo ao turismo responsável praticado em áreas naturais, protegidas ou não (V) (José de Freitas, 2022a).

O município possui outras leis que, embora não sejam específicas para o segmento turístico, ajudam a ordenar o uso do território municipal, trazendo princípios, diretrizes e estratégias importantíssimas para o desenvolvimento da atividade turística no município.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município de José de Freitas, Lei nº 1.422 de 23 de junho de 2022 (José de Freitas, 2022b), tem, dentre seus objetivos, o desenvolvimento sustentável, de forma a promover o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social (Art. 4º, I);

a valorização, proteção e uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico do processo de desenvolvimento da cidade (Art. 4º, III).

A Lei traz ainda, no Art. 4º, §1º o condicionamento da ocupação urbana à preservação das florestas e demais áreas com cobertura vegetal, dos corpos hídricos, complexos lagunares e suas faixas marginais, dos marcos referenciais e da paisagem da cidade , entendendo como paisagem a interação entre o ambiente natural e a cultura, no Art. 4º, § 3º, expressa na configuração espacial resultante da relação entre elementos naturais, sociais e culturais, e nas marcas das ações, manifestações e formas de expressão humana (José de Freitas, 2022b).

Com relação às estratégias do Plano Diretor, pode-se destacar, dentre as que consideram os aspectos ambientais a preservação do patrimônio histórico e cultural (Art. 10, IV) e a promoção de atividades que estimulem a consciência ambiental da comunidade (Art. 10, VII); e dentre aquelas que consideram os aspectos socioculturais o fortalecimento de instâncias de participação e controle social (Art. 11, XIV), o incentivo à produção e divulgação cultural em suas mais variadas manifestações (Art. 11, XXIV) (José de Freitas, 2022b).

Merecem destaque também, dentre as diretrizes do Plano Diretor, aquelas relativas a atividades culturais no município, o desenvolvimento do potencial turístico, de forma sustentável com base no patrimônio histórico, cultural e natural do município (Art. 25, XXIX), incentivo a iniciativas culturais associadas à proteção do meio ambiente (Art. 25, XXXII) e a preservação e divulgação das tradições culturais e populares do município (Art. 25, XXXIV) (José de Freitas, 2022b).

Nota-se que, no aparato jurídico aplicado, de forma direta ou indireta, ao ordenamento da atividade turística em José de Freitas, temas como proteção e conservação ambiental, preservação, promoção e divulgação dos aspectos culturais e a participação da população local em processos decisórios, são temas que se destacam que podem amparar iniciativas ou projetos de turismo de base comunitária no município.

2.3 DESENVOLVIMENTO (LOCAL) SUSTENTÁVEL

O crescimento das atividades econômicas e das populações, nos níveis e padrões de consumo atuais, tende a degradar e destruir o meio ambiente e os

recursos naturais, levando a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população, pois a exploração excessiva e o uso exploratório causam pressão sobre os recursos naturais, tornando-os cada vez mais escassos ou impróprios para o uso.

Os recursos renováveis podem passar a ideia de que são inesgotáveis, no entanto, quando explorados numa intensidade superior ao seu próprio ritmo de recuperação, começam a se esgotar, levando ao desequilíbrio ambiental. A consciência desses limites da natureza requer uma mudança de postura, do próprio modelo de desenvolvimento.

2.3.1 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) é amplamente utilizado em diversos meios e em diferentes contextos e passou por transformações variadas ao longo do tempo, incorporando variados adjetivos para melhor qualificá-lo como social, humano, econômico, sustentado, sustentável, local, dentre outros. Assim o desenvolvimento sustentável, segundo Kronemberger (2011), é uma construção teórica resultante de um longo processo histórico de evolução de paradigmas de relacionamento entre sociedade e natureza.

Não se pretende aqui se debruçar sobre a linha do tempo do desenvolvimento sustentável, pois vasta e rica é a literatura que trata sobre o assunto. Ater-se-á principalmente sobre os conceitos e implicações do termo e da importância de se trabalhar com a dimensão local do desenvolvimento sustentável.

Diante disto, é importante trazer o conceito apresentado no relatório intitulado Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland como “o atendimento às necessidades do presente sem, no entanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras terem as suas também satisfeitas” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987, p. 46). Com base nesse relatório, a noção de DS passou a ser amplamente difundida nos diversos segmentos da sociedade, ocasionando reflexões sobre seu significado real. Contudo, embora seja esta a definição mais usual, há ainda uma falta de consenso sobre ela. Todavia, as definições conservam a ideia de pacto intergeracional e a necessidade de se pensar no uso do território e dos recursos naturais a médio e longo prazo, entre as várias gerações (Kronemberger, 2011).

Para Tagore (2002), embora haja essa falta de consenso entre estudiosos, o conceito de DS tem o mérito de incorporar a percepção multidimensional de desenvolvimento, envolvendo os aspectos econômico, social, ambiental, político, institucional e territorial, sendo que o grande desafio é associá-los na prática.

Portanto, o desenvolvimento sustentável pressupõe mudanças na organização da economia e da sociedade, bem como (re)construção permanente, pois esse desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, embora ele seja importante, não é suficiente, pois o processo não é unidirecional, como preconiza Sachs (2003), mas multidimensional, ou seja, requer mudanças nas dimensões social, ambiental, político-institucional e econômica, contemplando as interações que ocorrem entre elas.

2.3.2 Desenvolvimento local sustentável

O Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) tem sido impulsionado no Brasil a partir de meados da década de 1990, como resultado de mudanças como o crescimento da quantidade de Organizações Não Governamentais (ONGs) com estratégias de atuação local e dos processos de descentralização que se iniciaram com a Constituição de 1988, que contribuíram para a valorização da dimensão local (Kronemberger, 2011). Nesse contexto, surgem organizações para pesquisar o tema e capacitar agentes de desenvolvimento, ampliando-se as metodologias de apoio ao desenvolvimento local.

O Desenvolvimento Local Sustentável tem evoluído partindo de uma formulação teórica para o contexto prático, embasado por um arcabouço analítico e metodológico. Para debater o conceito de DLS adotaram-se as obras de Alcoforado (2006), Buarque (2002) e Kronemberger (2011) por trazerem uma perspectiva prática, permeada por metodologias, técnicas e procedimentos direcionados ao desenvolvimento de planos de desenvolvimento locais. Além disso, a escolha desses três teóricos é justificada por sua ampla utilização em pesquisas que alinham o turismo e o desenvolvimento sustentável como Almeida e Emmendoefe (2024); Canaan (2018); Ferreira e Hilling (2018); Nogueira (2022); Santos e Marinho (2016).

Alcoforado (2006, p. 86) define desenvolvimento local como:

> Uma nova estratégia de desenvolvimento, em que a comunidade assume um

> novo papel: de comunidade demandante, ela emerge como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência. Essa estratégia tem como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida de associados, familiares e da comunidade, maior participação nas estruturas de poder, ação política com autonomia e independência, contribuindo assim para o real exercício da democracia e para a utilização racional do meio ambiente, visando o bem-estar da geração presente e futura.

Tal definição, corrobora com o conceito de desenvolvimento local preconizado por Buarque (2002, p.67), que o entende como

> processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

Aponta ainda que, para ser consistente e sustentável, esse desenvolvimento deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, assegurando ainda a conservação dos recursos naturais locais.

Já para Kronemberger (2011, p. 31), é um

> produto do conhecimento e do aproveitamento das potencialidades, oportunidades, e vantagens comparativas da localidade, que resultam do desenvolvimento simultâneo dos capitais humano, social e produtivo, bem como do uso sustentável do capital natural.

Estratégia para Alcoforado (2006), processo para Buarque (2002) e produto para Kronemberger (2011). Apesar de diferentes perspectivas apresentadas pelos autores, estas não se excluem, pois, devido à sua complexidade, o desenvolvimento pode abranger as três facetas. Como estratégia, traz a ideia de conjunto de decisões e ações tomadas para se alcançar um objetivo de longo prazo; como processo pressupõe um fluxo que transforma *inputs* em *outputs*, agregando valor ao caminho; e como, tem-se a ideia de resultado, dotado de atributos, valores, trazendo soluções para problemas.

Dos conceitos de DLS apresentados por Alcoforado (2006), Buarque (2002) e Kronemberger (2011), pode-se destacar três características fundamentais: a) a elevação da qualidade de vida e a equidade social que se constituem objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo; b) e eficiência e o crescimento econômicos constituem pré-requisitos fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade; c) a conservação ambiental que é um condicionante decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção a

longo prazo, imprescindível para assegurar a qualidade de vida para as gerações futuras e a equidade social de forma sustentável e contínua no espaço e no tempo.

As estratégias de desenvolvimento local, segundo Buarque (2002), devem se estruturar em, pelo menos, três grandes pilares: organização da sociedade contribuindo para a formação de capital social local combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão; agregação de valor na cadeia produtiva, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais; e reestruturação e modernização do setor público local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local. O autor diferencia os desenvolvimentos local, municipal e comunitário.

> O conceito de desenvolvimento local pode ser aplicado a diferentes correntes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala desde a comunidade até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido, bacias ou ecossistemas. O desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município. Pode ser mais amplo que a comunidade menos abrangente que a microrregião ou aglomerado de municípios que formam um espaço homogêneo com afinidade e identidade sociocultural. [...] O desenvolvimento comunitário também é uma forma de desenvolvimento local delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos locais; normalmente não tem uma estrutura político-administrativa e institucional (como a municipalidade), mas tende a apresentar uma grande homogeneidade social e econômica e capacidade de organização e participação comunitária. Em termos de escala, pode ser menor que o espaço municipal (contido em um determinado município) ou cortar mais de um município, estabelecendo relações de parceria político-institucional com diversas instâncias (Buarque, 2002, p. 33).

Kronemberger (2011) elenca ações convergentes e complementares que o DLS deve contemplar:

- descobrir e despertar as vocações locais;
- mobilizar e explorar as potencialidades locais;
- utilizar os recursos naturais locais de forma sustentável;
- sensibilizar e mobilizar a comunidade local para a sua participação no desenvolvimento;
- buscar parcerias para a realização de projetos;
- fazer crescer os níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização social em torno do interesse comuns (formar capital social);
- desenvolver a cooperação e a integração das cadeias produtivas e das redes sociais e econômicas, gerando emprego e renda e atraindo novos

empreendimentos;

- fomentar a cultura empreendedora local;
- elevar a competitividade da economia local, através de atividades econômicas viáveis, com capacidade de concorrer em outros mercados, reduzindo, desse modo, sua dependência externa de recursos; e
- reestruturar e modernizar a gestão pública, para implementar uma governança democrática: formação de parcerias, delegação de poderes, controle social sobre determinadas áreas do desenvolvimento local, transparência e orientação segundo as demandas da comunidade, autonomia relativa das finanças públicas e investimentos a partir dos excedentes gerados, capacitação técnico-profissional.

A partir do entendimento desses elementos, o DLS configura-se como um esforço multidimensional que exige a transição do papel da comunidade de meramente demandante para protagonista e empreendedora, transformadora de sua própria realidade. E para que este processo seja eficiente, as estratégias locais devem unir a eficiência econômica, a equidade social e a conservação ambiental, garantindo a qualidade de vida e a solidariedade intergeracional. Na seção a seguir, irá se abordar como o turismo de base comunitária se relaciona com o desenvolvimento local sustentável a partir de seus princípios.

2.3.3 Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Local Sustentável

Nesse contexto, de um modo geral, o TBC se relaciona com o DLS quando leva em conta fatores institucionais, políticos, econômicos, sociais e ambientais (Almeida; Emmendoefer, 2023). Esse tipo de desenvolvimento busca fortalecer a capacidade decisória da sociedade civil, estimular o crescimento econômico, promover o bem-estar para a população e preservar o meio ambiente, considerando as características e recursos locais.

Neste sentido, desenvolvimento sustentável pode ser entendido como o processo de busca contínua por melhoria da qualidade de vida das populações ao tempo em que garante a saúde do meio ambiente, criando-se condições de avanço da sociedade, sem esgotar ou prejudicar os recursos naturais que a própria sociedade precisa para sobreviver. Tal ascensão não depende de um único fator, mas de um

esforço coordenado, de uma visão de futuro dos(entre os) os principais agentes, como governo, empresas e comunidades (Abramovay, 2010).

Em sua pesquisa, Almeida e Emmendoefer (2023) categorizaram as contribuições do TBC para o DLS em 5 tipos: econômica, ecológica, social, cultural e política. Ressalta-se que essas categorias não podem ser entendidas como os únicos benefícios que o TBC pode gerar, direta ou indiretamente ao DLS. Justificam ainda que as dimensões do desenvolvimento sustentável são promovidas pelo TBC de forma endógena, considerando os recursos e as necessidades dos atores locais. Por isso, trata-se das contribuições do desenvolvimento local sustentável, pois o elemento "caráter endógeno" está no centro das contribuições dimensionais do TBC.

Diferente do turismo de massa, que altera a dinâmica e o uso dos espaços, dificultando o acesso e a permanência de moradores mais pobres em áreas supervalorizadas economicamente, o TBC ocorre em pequena escala, possibilitando a maior convivência entre turistas e prestadores de serviços e preza pela preservação das singularidades do lugar, em relação aos recursos naturais, gastronômicos e culturais (Burgos; Mertens, 2016). Isso faz com que a renda não fique concentrada nas mãos de poucos empresários que não tem ligação com o território e suas vivências, mas que o capital circule entre aqueles que residem e valorizam cada aspecto deste, tanto natural, quanto social (político, cultural, relacional...).

Almeida e Emmendoefer (2023) destacam ainda outras distinções entre o TBC e o turismo de massa: é contrário a projetos urbanísticos que, motivados por interesses de mercado, desencadeiam um processo agressivo de especulação imobiliária; também é avesso a privatização de lugares que, por essência, devem ser públicos, como cachoeiras, linhas de praia, dentre outros. Portanto, o TBC é antagônico ao processo de gentrificação descrito por Fabrino, Nascimento e Araújo (2016), pois defende que as decisões voltadas ao turismo devem atender a interesses locais e coletivos, e não somente a um grupo seleto de pessoas.

Os fundamentos expostos evidenciaram que o TBC e o DLS são conceitos indissociáveis por serem pautados na endogeneidade, no protagonismo social e na gestão participativa do território. Conforme discutido, a eficácia desses modelos depende da capacidade de transformar as potencialidades e recursos locais em ativos que gerem equidade social, eficiência econômica e conservação ambiental. No entanto, para compreender como essas premissas se materializam no território de José de Freitas, e de que forma o TBC pode atuar como fator de transformação, é

necessário o emprego de um percurso metodológico, compreendendo pesquisa de campo de cunho qualitativo e descritivo, fundamentada na etapa de diagnóstico da realidade proposta por Buarque (2002). A sessão METODOLOGIA, delineia os procedimentos técnicos e instrumentos utilizados para a identificação das potencialidades e vulnerabilidades da área de estudo.

3 METODOLOGIA

Nesta seção é apresentado o percurso metodológico da pesquisa científica, expondo e justificando os procedimentos utilizados, incluindo a técnica de amostragem conhecida como bola de neve. Discorre ainda sobre a população e amostragem, instrumentos de coleta de dados e sobre a análise e tabulação dos resultados. A abordagem qualitativa escolhida para o desenvolvimento da pesquisa, permitiu uma compreensão aprofundada do tema estudado. Trata ainda sobre o produto final deste trabalho, uma cartilha direcionada às comunidades freitenses a fim de subsidiar iniciativas de TBC no município.

3.1 MÉTODOS E TÉCNICAS

Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos que possam ser utilizados na prática com o intuito de resolver problemas concretos enfrentados pelas comunidades em José de Freitas, Piauí. Traz uma abordagem descritiva, pois tem o propósito de conhecer, registrar e analisar as características e experiências locais de TBC (Prodanov; Freitas, 2013).

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de campo (Gil, 2002), pois permite a coleta de dados diretamente no local de ocorrência dos fenômenos, sendo bastante difundido em pesquisas envolvendo o TBC, como nos trabalhos de Alcântara e Duarte (2020), Budel, Severini e Rejowski (2023) e Proença e Panosso Neto (2022).

Para o embasamento teórico conceitual desta pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico, realizado nas principais plataformas de busca online como SciELO, Periódicos da CAPES e Google Scholar. Além disso, contou-se com o auxílio da ferramenta de inteligência artificial de pesquisa bibliográfica gratuita Research Rabbit. Essa ferramenta foi utilizada para buscar e visualizar conexões entre artigos científicos, descobrindo assim novos autores e temas relacionados. Permitiu ainda organizar os artigos relevantes em coleções definidas por temas.

Para conceber o percurso metodológico desta pesquisa, considerou-se a primeira etapa do processo de planejamento de que trata Buarque (2002), em sua proposta de metodologia de planejamento para construção do desenvolvimento local sustentável, adaptando-a para os objetivos desta pesquisa. O autor divide tal processo

em quatro etapas: conhecimento da realidade; tomada de decisões; execução do plano; e acompanhamento, controle e avaliação das ações. No entanto, o presente trabalho se concentra na primeira etapa, por se tratar de um diagnóstico da realidade local, não pretendendo se debruçar sobre a elaboração de planos de ação. Dentro dessa perspectiva, serão seguidos os seguintes procedimentos sequenciais e complementares:

a) Delimitação do objeto: definição dos limites físico-geográficos e institucionais, em seu contexto socioeconômico, ambiental e político institucional;
b) Diagnóstico: compreensão da realidade atual, com identificação dos principais problemas e potencialidades locais;
c) Prognóstico: identificação das oportunidades que o contexto abre e oferece para o desenvolvimento local, e dos fatores externos que podem constituir ameaças ao seu desenvolvimento.

3.1.1 População e Amostragem

A população prevista para investigação abrangeu as comunidades, indivíduos, gestores e instituições envolvidas em iniciativas turísticas em José de Freitas. Como técnica de amostragem, optou-se pela *snowball sampling* (amostragem bola de neve), uma técnica não probabilística que não se utiliza de um sistema de referências, mas sim de uma rede de relacionamentos dos membros existentes na amostra (Dewes, 2013). Segundo Vinuto (2014) mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação. Tal técnica seguirá as seguintes etapas:

- Seleção de informantes-chave: lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Serão localizados e escolhidos de duas a quatro sementes, pois tal diversificação do número e tipos de sementes permite ampliar oportunidades de trocas de informações

com maior variabilidade de discursos (Vinuto, 2014). A diversidade de sementes se torna importante para incluir atores cuja rede de relacionamento é mais estreita (Dewes, 2013). Para esta pesquisa, utilizou-se o número de três sementes, a saber: o Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente, o gerente de ações afirmativas da SEMAT, e o Diretor do Instituto Federal do Piauí do Campus de José de Freitas (essa última semente não participa da coleta de dados, porém foi escolhida por ter familiaridade e acesso às comunidades rurais).

- Cadeia de indicações: Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, conforme interesse do pesquisador.

- Ponto de saturação: Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. Para este trabalho, o ponto de saturação foi atingido quando indicações feitas se tratarem de indivíduos ou instituições já incluídas na pesquisa.

A escolha de tal técnica justifica-se por não haver precisão sobre a quantificação da população e por estarem espalhadas em uma rede de relacionamentos desconhecida para o pesquisador. Desse modo, populações raras ou desconhecidas não possuem um registro ou controle de seus membros e constituir uma é uma tarefa difícil ou impraticável, incluindo um alto custo financeiro e de tempo para aplicação (Salganik; Heckathorn, 2004), portanto, a escolha do método bola de neve facilita a identificação e localização dos sujeitos da pesquisa.

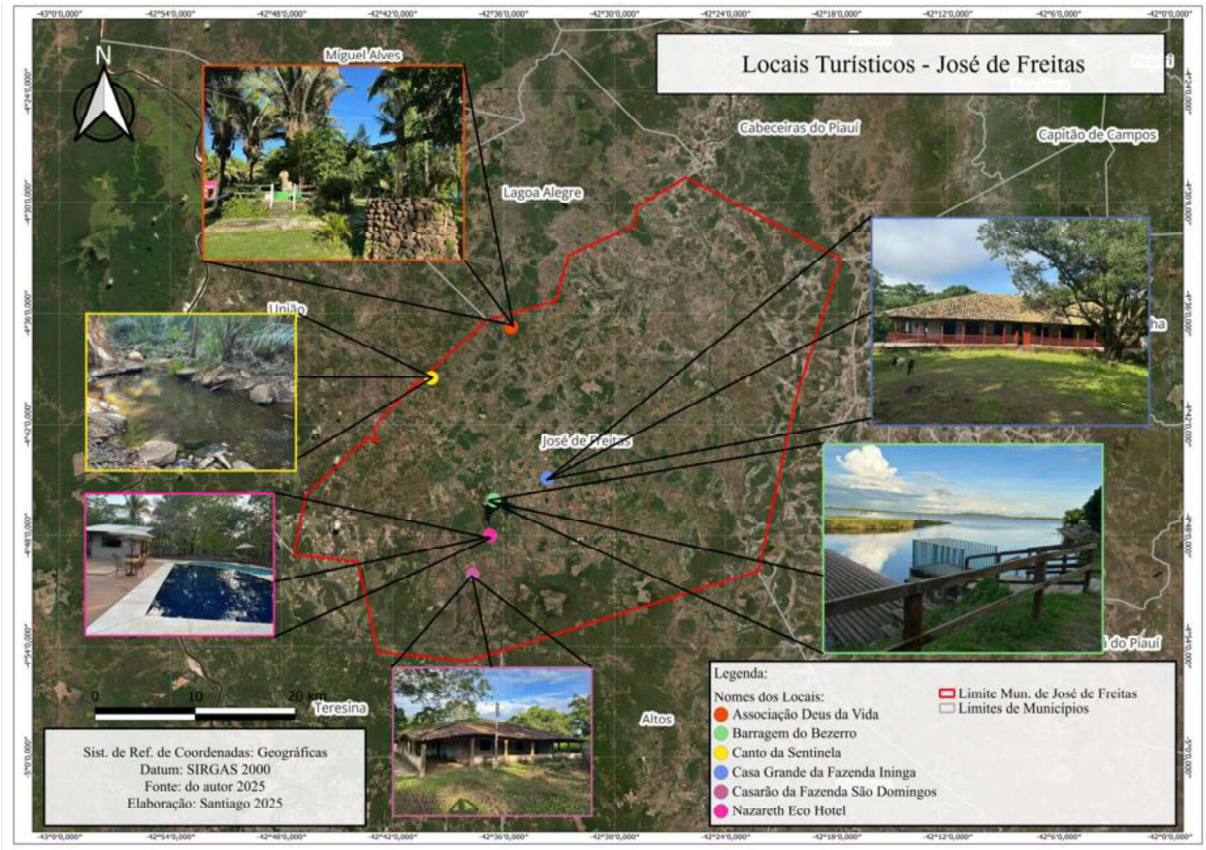
A técnica de amostragem bola de neve tem sido amplamente difundida em pesquisas relacionadas ao TBC, principalmente abrangendo comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, pesqueiras, artesãos entre outros, as quais são de difícil identificação, localização e acesso. Corbari, Bahl e Sousa (2018) estudaram o TBC em comunidades indígenas brasileiras, com o uso da técnica. Faxina, Freitas e Trevizan (2021), a utilizaram para identificar os atores sociais e

líderes comunitários envolvidos com o TBC da comunidade pesqueira Terra Caída em Indiaroba, Sergipe; assim como Martins e Futema (2022), para estudar o TBC no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo. Outros estudos sobre turismo de base comunitária que fizeram uso da técnica de amostragem bola de neve podem ser citados como Colin e Pelicione (2018); Makwindi e Ndlovu (2021); Santos, *et al* (2023); Teles, Oliveira e Webering (2023) e Weng, Alim e Bun (2019).

Assim foram incluídas na pesquisa, as comunidades e/ou locais turísticos que atendem aos seguintes critérios de inclusão: presença de atividade turística intermitente, consolidada ou em processo de consolidação localizadas no município de José de Freitas; existência de atrativos turísticos com potencial reconhecido para o TBC; possibilidade de envolvimento e protagonismo da comunidade local; acesso viável, interesse e disponibilidade da comunidade para participar da pesquisa de campo. Como critérios de exclusão adotou-se: comunidade ou locais que não demonstram interesse em desenvolver atividades turísticas; comunidades ou locais com acesso limitado ou restrições quanto à realização de pesquisas científicas; locais turísticos em que não havia interação direta com alguma comunidade ou moradores locais.

Ao todo, a técnica de amostragem bola-de-de neve possibilitou a prospecção de 9 locais, dos quais 4 são casarões antigos dos períodos Colonial e Imperial do Brasil, sendo estes a Casa Grande do São Domingos, o Casarão da Fazenda Ininga, o Casarão da Olinda e o Casarão do Boqueirão do Adolfo, dos quais, apenas os dois primeiros integraram o objeto desta pesquisa, excluindo-se os dois últimos por não estarem abertos ao público e de não haver pretensão em desenvolver atividades voltadas ao turismo. Além dos casarões, foram indicados um hotel ecológico (Nazareth Eco Hotel), a Comunidade Deus da Vida, a Comunidade Canto da Sentinela, o Polo Turístico da Barragem do Bezerro e a comunidade religiosa Vila Pagã. Esta última, por não estar aberta ao público por um longo período de tempo, devido calendários e tradições da comunidade, não participou do escopo desta pesquisa. Portanto, como observado no Mapa 1, fizeram parte da pesquisa, seis locais turísticos onde já são desenvolvidas iniciativas turísticas com características de base comunitária, ou que tem potencial para tal: Barragem do Bezerro, Comunidade Deus da Vida, Fazenda Ininga, Assentamento São Domingos, Comunidade Canto da Sentinela e Nazareth Eco Hotel.

Mapa 1 – Locais turísticos que fizeram parte da pesquisa de campo, José de Freitas, Piauí.



Fonte: Autora, 2025.

3.1.2 Coleta de dados

No escopo do método adaptado de Buarque (2002), tem-se a delimitação do objeto que se define, nesta pesquisa, como o município de José de Freitas. Os dados geográficos ambientais foram obtidos através de pesquisa bibliográfica e documental, além da busca de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, nd), Serviço Geológico Brasileiro (SGB, 2021) e Agência Nacional Águas e Saneamento Básico (ANA, 2012). Foram gerados mapas temáticos como: mapa de localização do município, geologia, geomorfologia, pedologia, hidrologia e vegetação.

Os mapas foram confeccionados com o auxílio do Software QGiz 3.34. Os dados de geomorfologia e vegetação do município foram obtidos no Banco de Dados e Informações Ambientais-BDiA (IBGE, 2025a, 2025b), escala de 1:250.000; a geologia foi colhida a partir do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM, 2021), escala de 1:2.500.000; o mapa pedológico foi gerado a partir de dados da Carta de Solos 1:5.000.000 do IBGE (Brasil, 2001); o mapa hidrológico foi confeccionado com dados

retirados da Base Hidrográfica Ottocodificada da Agência Nacional de Águas (ANA, 2012) e da carta de Bacias e Divisões Hidrográficas do Brasil (IBGE, 2021); o modelo de elevação do terreno foi obtido através de dados da missão SRTM, programa Copernicus da Agência Espacial Européia (USGS, 2014) com resolução espacial de 30 metros.

Para a identificar e descrever as iniciativas turísticas em José de Freitas foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (gravadas apenas em áudio) dirigidas aos líderes comunitários, agentes públicos e organizações que trabalham na comunidade. Foi elaborado dois roteiros de entrevista conforme propõe Minayo (2014), com vistas a permitir flexibilidade nas conversações, facilitando a absorção de novas informações, desde que relevantes para a pesquisa.

O roteiro de entrevistas para os representantes das comunidades (APÊNDICE E) focou na caracterização das iniciativas, nas principais demandas e carências dessas localidades, e foi elaborado tomando por base os instrumentos de coleta de dados de Nascimento (2020). Já o aplicado aos gestores públicos envolvidos com o turismo (APÊNDICE F), com foco na atuação do poder público e no planejamento de estratégias para desenvolver o turismo em José de Freitas e foi construído segundo os estudos de Barreto (2018), Dores (2015) e Santos (2023). Adaptações foram necessárias neste roteiro quando aplicado à Fazenda Ininga e ao Nazareth Eco Hotel, por se tratarem de propriedades privadas, não foram levantadas questões de associativismo e cooperativismo, e o termo comunidade foi substituído por propriedade. Identificadas as iniciativas, elas foram georreferenciadas para elaboração do mapa dos locais turísticos de José de Freitas.

Para a fase de diagnóstico local, foi realizada a caracterização dos aspectos sociais/culturais, ambientais e das condições de infraestrutura dos pontos visitados, para isso se utilizou a observação sistemática. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a observação sistemática ou estruturada, utiliza instrumentos para coleta de dados ou fenômenos observados, fazendo uso de ficha de campo (APÊNDICE G). Este instrumental permitiu a caracterização dos aspectos sociais/culturais, ambientais, e as condições de infraestrutura dos locais visitados, gerando quadros que caracterização de locais turísticos, que podem ser observados nos Quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Quadro 1 – Caracterização de local turístico, Casarão do Assentamento São Domingos

NOME	Casarão do Assentamento São Domingos	DATA DA VISITA	21 de abril de 2025
LOCALIZAÇÃO	Assentamento São Domingos	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	4° 50' 5.76" S, 42° 37' 40.30" W.
ACESSO	Situado a 12,2 km de distância do centro de José de Freitas. Sendo 7,2km de asfalto pela PI-113 e mais 5 km por estrada vicinal em boas condições		
CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA VISITA	Vista ocorreu no período da tarde, por volta das 16h00, condições climáticas favoráveis, temperatura amena, céu parcialmente nublado, brisas leves.		
DESCRIÇÃO GERAL	Trata-se de um antigo casarão do período Colonial (Século XVIII), que pertencia a família Castelo Branco. A Fazenda teve seu nome em homenagem a São Domingos Gusmão, santo de devoção bastante difundido em Portugal e Espanha. A fazenda possuiu centenas de pessoas escravizadas para a mão de obra em construção, lavoura e pecuária, além dos serviços domésticos. Em meados do século XIX, a Casa Grande do São Domingos teve seu apogeu com a venda de gado sob direção de Jacob Manoel d'Almendra e seu declínio no final do século XIX devido às transformações dos valores rurais, em decorrência, sobretudo, da abolição da escravatura em 1888, na gestão de Lina Leonor e Jacob de Almendra Freitas. Após este declínio a fazenda foi desmembrada entre seus herdeiros, no século XX. Hoje, a área da fazenda abriga o Assentamento da Reforma Agrária São Domingos. Não existe uma gestão específica para o cuidado com o casarão e o mesmo se encontra em estado de abandono, com sua estrutura física comprometida pois parte do teto desabou. No seu interior há a presença de resíduos sólidos como sacos plásticos e papéis, além de dejetos de animais de criação da comunidade local. A população que reside no Assentamento realiza a limpeza periódica (roçado) dos arredores do casarão, com intuito de manter boa visibilidade, mas nenhuma outra atividade é realizada pelos moradores. O local é visitado em sua maioria por curiosos que desejam conhecer um pouco da história do antigo casarão e por pesquisadores, estudantes e instituições de ensino básico e superior. Nos arredores do Casarão há um poço cacimbão e uma piscina, construídos em pedra por mão de obra escrava.		
ATRATIVOS TURÍSTICOS	Turismo Histórico: Casarão, poço e piscina do período colonial, construídos por mão de obra escravizada. Turismo de Aventura/Ecoturismo: Trilhas em meio a mata nativa, presença do Riacho São Domingos com uma pequena que d'água, nascente de águas cristalinas.		
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	Não possui equipamentos e serviços voltados ao turismo. A comunidade não conta com guia turístico cadastrado na Secretaria de Turismo, no entanto os próprios moradores conduzem as eventuais visitas. A comunidade conta com dois bares, um sendo restaurante, que fornece, bebidas e refeições aos visitantes, no entanto o foco é o atendimento aos moradores locais.		
POTENCIAL PARA O TBC	O local tem potencial para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, no entanto são necessárias reformas e a revitalização do casarão. Vê-se ainda a necessidade de investimentos em treinamentos para a comunidade atuarem de forma mais eficaz no turismo.		

Fonte: Autora, 2025.

Quadro 2 – Caracterização de local turístico, Associação Deus da Vida

NOME	Associação Deus da Vida	DATA DA VISITA	01 de maio de 2025
LOCALIZAÇÃO	Comunidade Deus da Vida, Zona Rural de José de Freitas – PI.	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	4° 36' 44.45" S, 42° 35' 38.63" W.
ACESSO	localizado a 22 km do centro de José de Freitas, acesso por via asfaltada pela PI-366 por 20 km e mais 2 km por estrada vicinal, em bom estado e bem sinalizada.		
CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA VISITA	Vista ocorreu no período da tarde, entre 15h50min e 17h00, condições climáticas favoráveis, temperatura amena, céu limpo, sem presença de nuvens, ocorrência de brisas leves.		
DESCRIÇÃO GERAL	Trata-se de uma comunidade que começou por iniciativa de Maria Lucineide da Silva, em 2010. Aos poucos, foram chegando mais moradores para viverem no local e hoje a iniciativa conta com 10 famílias. A Comunidade é voltada para a religiosidade possuindo diversas esculturas de figuras folclóricas e religiosas fabricadas por um artesão local. As estruturas físicas são, em grande parte construídas em materiais ecológicos, como barro (pau-a-pique) com teto de palha de babaçu, recurso abundante na região.		
ATRATIVOS TURÍSTICOS	Na Comunidade Deus da Vida se destacam como atrativos turísticos a culinária regional, o artesanato produzido e vendido na loja da comunidade, os elementos religiosos como capelas, imagens e esculturas de santos, estruturas físicas voltadas ao turismo como piscina, passarelas e chalés, além da beleza natural do lugar envolto em vegetação nativa primária com a presença de extensas matas de cocais.		
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	Possui restaurante que serve comidas típicas regionais, piscina, dois chalés (1 para família e 1 para casal), 4 sanitários, casa da árvore com passarela suspensa, quitanda comunitária, loja de artesanato, coreto, gruta, capela. Estruturas em bom estado de conservação. A comunidade realiza terços religiosos todas as terças, o restaurante com a área da piscina é aberto ao público de quinta a domingo, além disso realiza uma feira de exposição artesanal 1 vez por ano, com venda de artesanato, comidas típicas e música ao vivo.		
POTENCIAL PARA O TBC	A comunidade realiza o turismo de base comunitária mesmo sem ter o conhecimento sobre o assunto. O protagonismo local é visível nas atividades turísticas e religiosas praticadas ali. A comunidade participa ativamente de todos os serviços, tarefas e afazeres voltados ao turismo. A divulgação é realizada através da rede social da comunidade (plataforma Instagram).		

Fonte: Autora, 2025.

Quadro 3 – Caracterização de local turístico, Barragem do Bezerro

NOME	Barragem do Bezerro	DATA DA VISITA	06 de maio de 2025
LOCALIZAÇÃO	Bairro Vila São Francisco, José de Freitas- PI	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	4° 46' 5.19" S, 42° 36' 31.20" W
ACESSO	Situada a 3,5km do centro de José de Freitas, com acesso através da PI-115 por 4,2 km, em seguida dobrando-se a esquerda por mais 600 metros pela rua da Barragem. Acessos em boas condições		
CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA VISITA	Visita ocorreu no período da tarde, por volta das 17h00, condições climáticas favoráveis, temperatura amena, céu parcialmente nublado, ocorrência de brisas leves.		
DESCRIÇÃO GERAL	Trata-se de corpo hídrico (barramento do Riacho do Bezerro) com capacidade de 10.000.000m³, uma obra do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Defesa Civil (SEDEC), inaugurada em 1993. São realizadas atividades como caiaque, canoagem, pesca e banho. Nota-se		

	uma má gestão dos resíduos sólidos no local, pois há presença de lixo espalhado nos arredores da barragem e até mesmo no corpo hídrico, a coleta é realizada pela prefeitura duas vezes na semana, contudo o condicionamento é de responsabilidade dos barraqueiros.
ATRATIVOS TURÍSTICOS	O Polo Turístico da Barragem do Bezerro apresenta como atrativos turísticos, além da beleza natural, a prática de esportes como canoagem, caiaque e pesca esportiva como atrativos turísticos. A culinária foi mencionada como ponto forte, somando-se a estruturas físicas como quadras de esportes e 43 quiosques (barracas) que servem comidas e bebidas aos visitantes.
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	Conta com 43 barracas distribuídas ao redor do corpo hídrico, as barracas vendem alimentação e bebidas, contam com banheiros. O local possui estacionamento, quadra poliesportiva e dois mirantes nas bases do sangradouro. A estrutura física do local encontra-se bem preservada devido às reformas recentes realizadas pela SEDEC. A estrutura física das barracas é de responsabilidade dos barraqueiros, portanto observa-se que existem algumas em completo estado de abandono, enquanto outras possuem boa estrutura ou foram reformadas recentemente.
POTENCIAL PARA O TBC	A iniciativa possui potencial para o turismo de base comunitária, os donos de barraca são moradores locais e toda a mão de obra empregada é local, além disso, boa parte dos fornecedores também é local, no entanto, ainda possui características do turismo de massa como a intensa visitação que se concentra principalmente nos finais de semana e a exploração não sustentável do meio ambiente.

Fonte: Autora, 2025.

Quadro 4 – Caracterização de local turístico, Casa Grande da Fazenda Ininga

NOME	Casa Grande da Fazenda Ininga	DATA DA VISITA	11 de maio de 2025
LOCALIZAÇÃO	Fazenda Ininga, José de Freitas-PI	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	4° 44' 54.74" S, 42° 33' 37.08" W
ACESSO	Partindo do centro de José de Freitas, segue 2,6 km pela PI-113 até a entrada da fazenda, seguindo mais 300m por estrada vicinal à esquerda até a Casa Grande.		
CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA VISITA	Visita ocorreu no período da manhã, entre 8h15min e 9h00, condições climáticas favoráveis, temperatura amena, céu parcialmente nublado, ocorrência de brisas leves.		
DESCRIÇÃO GERAL	Construída em 1823 (período Brasil Imperial) e pertenceu à família Sampaio Castelo Branco. Passou por uma reconstrução ao ser adquirida pelo Professor Paulo Libório, sendo transformada em museu que abriga móveis, utensílio artefatos de grande valor histórico como por exemplo um carta escrita a punho pelo Padre Joaquim José de Sampaio Castelo Branco (1860-1892), sacerdote, professor e escritor abolicionista. Dentre as peças que compõem o acervo da Casa Grande tem-se os móveis originais da casa como camas, roupeiros, mesas e cadeiras, fotos dos antigos moradores da residência. Mas o que chama atenção é o ambiente de trabalho de escravizados que possui utensílios de uso cotidiano e instrumentos de trabalho como engenho, carro de bois, serrotes, dentre outros, em ótimo estado de conservação. Para visitação, atualmente, é necessário a autorização do atual proprietário, o Desembargador Lirton Nogueira.		
ATRATIVOS TURÍSTICOS	A propriedade conta com atrativos turísticos históricos pela presença do próprio Casarão do Período do Brasil Imperial, e acervo histórico preservado, como registro de compra e venda de escravizados, uma carta escrita a punho pelo Pe. Sampaio, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho e mobília original.		
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	A propriedade conta, além da Casa Grande, uma casa menor onde estão localizadas as ferramentas de trabalho e utensílios dos escravizados. A Casa		

	grande conta com dois banheiros para uso dos visitantes. Foi informado no momento da entrevista que a propriedade conta ainda com uma nascente e um açude, contudo não foi possível a visitação na ocasião.
POTENCIAL PARA O TBC	A propriedade possui grande potencial histórico turístico devido a preservação do acervo que abriga. Possui ainda potencial para turismo ecológico pois é cercada de vegetação, possivelmente secundária em estágio bastante avançado de sucessão ecológica, com viabilidade para trilhas, contando ainda, segundo relatos do encarregado, com uma nascente e um açude com vasta beleza natural. Para a implantação do turismo de base comunitária, faz-se necessário estratégias de inclusão da comunidade local na participação da iniciativa turística.

Fonte: Autora, 2025.

Quadro 5 – Caracterização de local turístico, Nazareth Eco Hotel

NOME	Nazareth Eco Hotel	DATA DA VISITA	10 e 18 de setembro de 2025
LOCALIZAÇÃO	Localidade Segurança II	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	4º 48’ 1” S; 42º 36’ 44” W
ACESSO	O acesso se dá pela Rodovia PI-113, partindo-se do centro urbano de José de Freitas, por 7,1km, seguindo pela direita, na estrada da localidade Segurança II, segue por mais 3,5km por estrada vicinal, em boas condições.		
CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA VISITA	A visita ocorreu em duas ocasiões. Em 10/09/2025 ocorreu a entrevista no horário de 16h00, céu com presença de poucas nuvens. Devido à baixa luminosidade, procedeu-se a outra visita em 18/09/2025 por voltas das 8h30min para registro fotográfico. A manhã estava ensolarada, céu com poucas nuvens e ausência de ventos na maior parte do tempo.		
DESCRIÇÃO GERAL	Trata-se de uma propriedade de uma propriedade de 1.174 hectares, cercada por uma rica biodiversidade, que já foi residência da família Freitas, dedicada por muitos anos `criação de gado e a atividade de haras. Com o falecimento do patriarca, a propriedade permaneceu fechada por um período, até que um dos herdeiros decidiu transformá-lo em um empreendimento voltado ao turismo ecológico, com foco na observação de aves silvestres. O Hotel adaptou a estrutura original da Fazenda Nazareth, ampliando e adicionando chalés para a acomodação dos hóspedes.		
ATRATIVOS TURÍSTICOS	O hotel conta com 3 lagos naturais, sendo um deles voltado para a prática de remo com caiaque, possui duas trilhas com 12 km em meio a mata nativa, um píer nas margens da Barragem do Bezerro, voltado para a contemplação do pô do sol, uma cachoeira chamada cachoeira da gruta.		
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	São 15 apartamentos na modalidade chalé, piscina para adultos e crianças, passeios de bicicleta, observação de pássaros, trilha encantada voltada para o público infantil com visita ao pomar, ao meliponário de abelhas sem ferrão, e aos animais presentes na propriedade como coelhos, caprinos e galinhas. Possui um píer principal na Barragem do Bezerro, e uma passarela sobre um lago da propriedade. O abastecimento de energia da propriedade é realizado por meio de painéis fotovoltaicos. Possui restaurante e *playground*.		
POTENCIAL PARA O TBC	A propriedade possui grande beleza cênica e estruturas voltadas ao serviço turístico em perfeitas condições. Por ser um empreendimento voltado ao turismo ecológico, as atividades do hotel são direcionadas à educação ambiental e à conservação do meio ambiente. Portanto, apesar de se tratar de uma propriedade privada, há grande potencial para o Turismo de Base Comunitária. Contudo são necessárias estratégias para o envolvimento da comunidade local nas atividades turísticas.		

Fonte: Autora, 2025.

Quadro 6 – Caracterização de local turístico, Canto da Sentinela

NOME	Grutas Canto da Sentinela	DATA DA VISITA	25 de setembro de 2025
LOCALIZAÇÃO	Comunidade Canto da Sentinela, zona rural de José de Freitas-PI	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	S 4º 39'30"; W 42º 39' 54"
ACESSO	O acesso se faz pela Rodovia PI-366, seguindo por 10km partindo do centro de José de Freitas até a entrada da comunidade Jacu, à esquerda. Seguindo por mais 5,9 km por estrada vicinal até a entrada da comunidade Canto da Sentinela, à esquerda, e por mais 0,9 km até o núcleo populacional. O percurso até as grutas se faz a pé, e tem uma extensão de aproximadamente 6km.		
CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA VISITA	A visita ocorreu no período da manhã, no horário de 8h30min, céu limpo, ocorrência de ventos eventuais, temperatura amena no início da manhã, com aumento de temperatura no final da manhã.		
DESCRIÇÃO GERAL	Trata-se um lugar com rica biodiversidade e geodiversidade com ocorrência de cavernas do tipo abrigo e toca (Brasil, 2014). Ocorrem também outras formas como blocos de rochas, marmitas e quedas d'água ao longo de um paredão e fendas de rocha, encaixadas em uma falha na rocha. Há a ocorrência de pequenos estalactites e estalagmites em duas das principais cavernas, devido a concentração de carbonato de cálcio na água que infiltra na rocha e goteja lentamente, depositando o material e formando as estruturas que medem poucos centímetros. O percurso é feito em meio à matas de cocais bem preservadas onde há o extrativismo de coco babaçu para fabricação artesanal do azeite de coco pelas quebradeiras locais. Ocorrem diversas nascentes de contato e de fendas, por todo o percurso , além de piscinas naturais que dessedentam a fauna silvestre.		
ATRATIVOS TURÍSTICOS	Conta com duas cavernas com desenvolvimento horizontal de cerca de 20 metros, de entrada única, com ocorrência de estalactites e estalagmites. Possui quedas d'água que, devido ao período de estiagem, não apresentavam água durante a visita, cuja maior é a cachoeira do Pinga, com cerca de 18 metros de altura. Além de piscinas naturais, nascentes por todo o percurso. Nas proximidades da localidade, há a ocorrência do morro do urubu, uma formação rochosa, onde ocorrem romarias que atraem os moradores de diversas localidades do município.		
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	A comunidade não conta com equipamentos e serviços voltados à atividade turística. A visitação é realizada pelos moradores locais de maneira informal. Há um bar na localidade, que conta com banheiro, campo de futebol e quadra de tênis, cuja estrutura física é simples, não conta com restaurante.		
POTENCIAL PARA O TBC	O local possui grande potencial para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, principalmente para a modalidade turismo de aventura, por possui trilhas em meio aos paredões de níveis de dificuldade que vão de baixa a alta. Há o potencial para esportes como rapel. A tradição das quebradeiras de coco, aliado à religiosidade, pertencimento e conhecimento popular local, representam as dimensões culturais e sociais do TBC. Há o interesse coletivo de alavancar esse tipo de turismo na localidade.		

Fonte: Autora, 2025.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim assegurar a anuência quanto à participação na pesquisa (APÊNDICE H).

Além disso, esse instrumental foi utilizado para a identificação dos desafios e potencialidades, foco principal desta etapa (Buarque, 2002) para o TBC em José de

Freitas, também possibilita a identificação de oportunidades e ameaças, parte que corresponde a fase de prognóstico.

Os desafios e potencialidades (diagnóstico), junto com as oportunidades e ameaças (prognóstico), serão levantados com base nas seguintes dimensões:

- Aspectos ambientais
- Aspectos Sociais
- Aspectos Econômicos
- Aspectos Estruturais
- Governança

Tais dimensões foram elencados levando-se em consideração os critérios de classificação de TBC preconizados pelo MTUR (Brasil, 2010), além de consultas a trabalhos científicos que utilizaram a análise de SWOT[3] (Stregths, Weaknesses, Opportunities, Threats) para realizar o diagnóstico de um local, como Dantas e Melo (2008) e Porto *et al* (2019).

3.1.3 Análise e tabulação dos dados

Foram realizadas o total de oito entrevistas, sendo dois gestores público (Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo e Gerente de Ações Afirmativas – SEMAT), e quatro representantes das comunidades: o Presidente da Associação dos Moradores do Assentamento São Domingos, a Fundadora da Comunidade Deus da Vida, a ex-Presidente da Associação dos Barraqueiros e Trabalhadores do Polo Turístico Barragem do Bezerro, o encarregado e cuidador da Fazenda Ininga, a gerente do Nazareth Eco Hotel e uma moradora, quebradeira de coco da comunidade Canto da Sentinela. As entrevistas ocorreram entre 10 de abril a 25 de setembro de 2025, através do aplicativo “gravador” de smartphone e transcritas pelo Aplicativo de IA Clipto.

A análise de tabulação dos dados obtidos na pesquisa se deu conforme a Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que se constitui como um conjunto de técnicas utilizadas na busca e reconhecimento do conteúdo das mensagens investigadas. A

[3] A análise de SWOT, segundo Dantas e Melo (2008), é um sistema simples utilizado para posicionar ou verificar a posição estratégica de uma empresa, negócio ou seguimento, no ambiente em questão. Trata-se de uma sigla de origem na língua inglesa, um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

técnica foi empregada com o auxílio do ATLAS.Ti 25, que se trata de um Software de Análise Qualitativa Assistida por Computador (CAQDAS), utilizado na gestão, exploração e análise do conteúdo das entrevistas transcritas. Através do programa, foram feitas as etapas de leitura e organização do material, codificação e categorização do conteúdo.

A etapa de codificação gerou 97 códigos, agrupados em 11 categorias: atrativos turísticos, atuação do poder público, principais carências da comunidade, tipo de envolvimento comunitário com o turismo, formas de organização do turismo, percepção sobre turismo de base comunitária, desafios, oportunidades, pontos fortes, pontos fracos e programas e projetos.

Para garantir maior coesão, clareza na sequência de sentidos, nos resultados da pesquisa, algumas categorias foram integradas como formas de organização do turismo e envolvimento comunitário com o turismo, pontos fortes e pontos fracos, e desafios e oportunidades.

A partir deste levantamento foi elaborada a matriz de SWOT, estruturada em variáveis internas (forças e fraquezas) e variáveis externas (oportunidades e ameaças), que permite o cruzamento de oportunidades e forças e das fragilidades com as ameaças, possibilitando assim visualizar os pontos críticos, tanto positivos quanto negativos para o TBC e, consequentemente, para o DLS.

Como objetivo final e produto desta pesquisa, foi elaborada uma cartilha contendo conceitos, características e ferramentas úteis para desenvolver e/ou fortalecer projetos de turismo de base comunitária, que será disponibilizada em meio digital às comunidades, gestores, líderes, e demais interessados, como subsídio na busca por informações e saberes sobre TBC e desenvolvimento local sustentável.

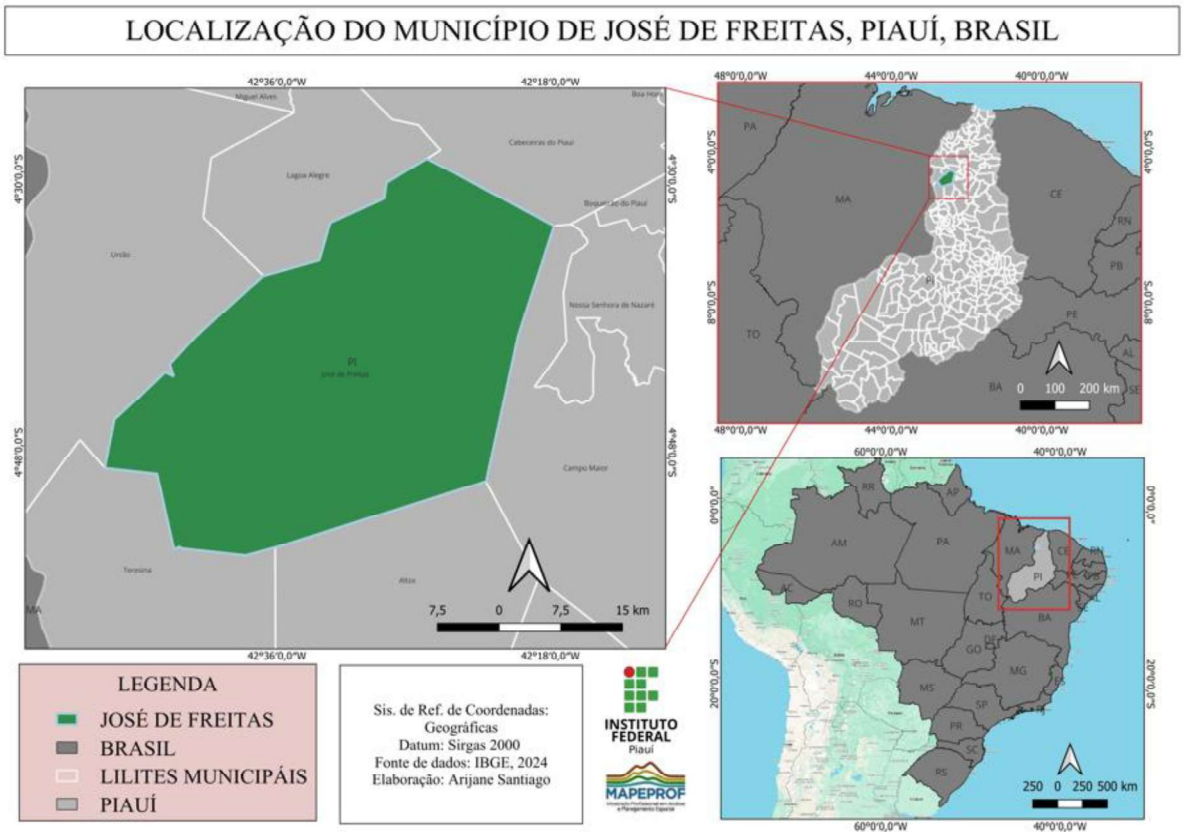
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Esta seção é dedicada a apresentar a área de estudo e suas características ambientais que servirão de pano de fundo para interpretação dos resultados da pesquisa. Inicia-se com a localização geográfica do município de José de Freitas para logo em seguida se ater aos seus aspectos históricos, seguidos da caracterização físico-natural do município.

3.2.1 Localização

Geograficamente, o município de José de Freitas (Mapa 2) está posicionado entre as coordenadas geográficas 04°45’23’’ de latitude Sul e 42°34’32’’ de longitude Oeste, integrando a microrregião de Teresina e o Território de Desenvolvimento Entre Rios. Ao Norte o município faz limite com Lagoa Alegre, Cabeceiras do Piauí e Campo Maior; ao Sul limita-se com os municípios de Altos e Teresina; ao Leste com o município de Campo Maior e ao Oeste com os municípios de União, Lagoa Alegre e Teresina (Fundação CEPRO, 2000).

Mapa 2 – Mapa de localização do município de José de Freitas, Piauí



Fonte: Autora, 2025.

O acesso até o núcleo urbano do município de José de Freitas, partindo da capital Teresina, se dá percorrendo a Rodovia PI-114 por 48km. Esta importante rodovia, também dá acesso ao município, partindo-se dos municípios localizados a nordeste, como Cabeceiras do Piauí (47,4km) e Barras (74,4km). Partindo-se do município vizinho, Lagoa Alegre, situado ao Norte, a via de acesso é a Rodovia PI-366, e fica a 32,3km de distância.

3.2.2 Aspectos Históricos e Formação Administrativa

A formação do município de José de Freitas está ligada à chamada “civilização couro”, época do início do século XVIII em que a capela, juntamente com a fazenda e a família, formava a pedra fundamental de muitas comunas (Chaves Filho, 2025).

Nesse contexto, as primeiras incursões nas terras do Município foram realizadas pelo português Manoel Carvalho de Almeida, Comissário Geral de Cavalaria que. No princípio do século XVIII, edificou, na fazenda Boa Esperança, uma capela dedicada à Nossa Senhora do Livramento. Ao redor da capela desenvolveu-se a povoação e, em 1874, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora do Livramento e o distrito de Livramento, três anos depois desmembrado do Município de União (Carvalho, 1994).

Em 1877, Jacob de Almendra Freitas, Senhor da Casa de São Domingos, regressou de Portugal, trazendo seu irmão, José de Almendra Freitas na qualidade de Procurador da Casa de São Domingos. Residindo na fazenda Havre de Graça, próximo à Capela do Livramento, passou a exercer influência marcante em toda a comunidade e de tal sorte ficou ligado à terra, que seu nome deu origem ao topónimo do Município.

Desse modo, José de Freitas inicia-se com a chegada de famílias oriundas de Portugal, e pela união dessas famílias com casamento de Francisco Paula Freitas com Maria Francisca de Almendra, em 19 de agosto de 1804, nascendo dessa união João Manuel de Freitas, pai de José Rodrigues de Almendra da Fonseca Freitas, mais conhecido nos relatos históricos como José de Freitas (Silva, 2002).

A povoação foi elevada à categoria de Vila de Nossa Senhora do Livramento em 22 de maio de 1877 (Governo de Graciliano de Paula Batista), pela Resolução Provincial nº945, e teve sua instalação no dia 07 de abril de 1878 (governo de José de Araújo Costa), tornando-se assim emancipado e passando a ser chamada de Livramento

Em 07 de julho de 1924, pela Lei nº1.088, o Governador Matias Olímpio de Melo, elevou a vila Nossa Senhora do Livramento (ou simplesmente Livramento), à categoria de cidade. E em 18 de março de 1931, através do decreto nº 1.186, Joaquim Lemos Cunha, Oficial do Exército, designado Interventor Federal Provisório do Piauí, dava à Livramento o nome de José de Freitas em homenagem a José Rodrigues de Almendra da Fonseca Freitas, logo após seu falecimento em 1 de março de 1931,

por sua intensa dedicação à terra que o adotou (Carvalho, 1994).

Segundo o historiador e escritor local Chavinha (Chaves Filho, 2025), o núcleo populacional deste município, desde Fazenda Boa Esperança, até sua emancipação era composto em quase sua totalidade pela família Castelo Branco, até mesmo a Fazenda São Domingos (hoje Assentamento São Domingos, onde situa-se a antiga Casa Grande), pois apesar de ter como proprietário Jacob Manoel de Almendra, este casou-se com D. Lina Clara Castelo Branco.

3.2.3 Caracterização Físico-natural de José de Freitas

São apresentados a seguir os aspectos físicos e naturais da área de estudo, iniciando-se com os aspectos climáticos e hidrográficos da região, seguidos da descrição das formações geológicas e formas de relevo que compõem a paisagem de José de Freitas, Piauí. Concluindo com o retrato da vegetação local e de seus solos associados.

3.2.3.1 Geologia e Geomorfologia

Considerando os aspectos geológicos do município de José de Freitas, as unidades litológicas que afloram nos limites territoriais do município pertencem às coberturas sedimentares das formações Pedra de Fogo, Longá, Piauí e Poti. Os sedimentos mais recentes da Formação Pedra de Fogo reúnem: arenito, folhelho, calcário e silexito. As litologias que integram a Formação Piauí são: arenito, siltito e calcário. Por sua vez, os sedimentos mais recentes da Formação Poti são formados por arenito, folhelho e siltito. Em menor expressão, repousam no limite do extremo nordeste do município os sedimentos da Formação Longá, agrupados por arenito, siltito, folhelho e calcário (Aguiar; Gomes, 2004).

As Formações Longá e Poti integram o Grupo Canindé. A formação Longá é constituída de folhelhos cinza-escuros, físseis e micromicáceos, intercalados por siltitos cinza, micáceos e laminados. Esse conjunto estratigráfico foi depositado em ambiente nerítico plataformal, sob condições de baixa energia deposicional (Lima; Brandão, 2010).

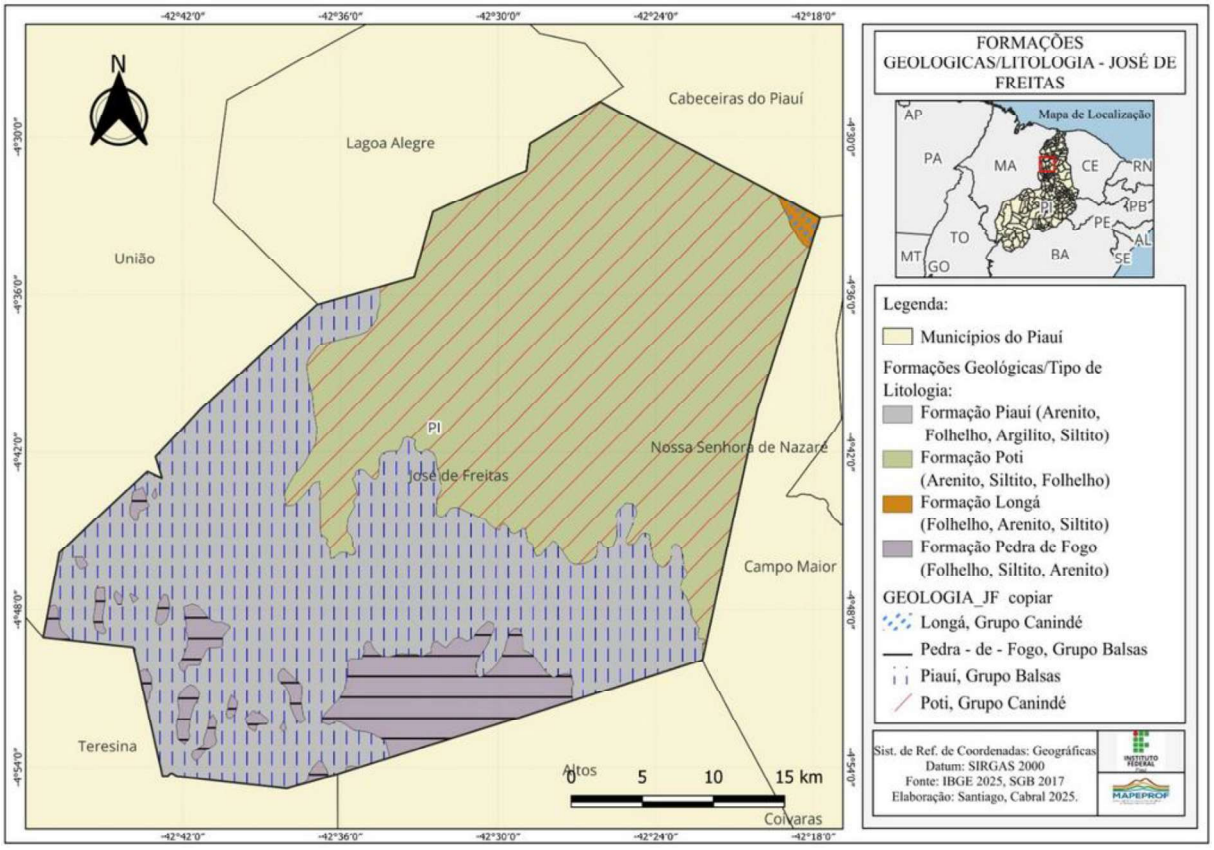
Os depósitos da Formação Poti foram depositados em ambiente deltaico e em planícies de maré, no início do Carbonífero, é formada por arenitos de finos a médios,

subangulosos e argilosos e siltitos cinza. Há ainda a ocorrência de folhelos pretos, micáceos e carbonosos, localmente com a ocorrência de carvão nas porções mais inferiores (Lima; Brandão, 2010).

As Formações Pedra de Fogo e Piauí pertencem ao grupo Balsas. Datada do Carbonífero Superior (subbdivisão do período Carbonífero, Era Paleozóica), a Formação Piauí apresenta em sua parte superior uma sequência continental de folhelhos e argilitos, de cor avermelhada, localmente com a presença de calcários. Predominam em sua seção inferior bancos espessos de arenitos de granulometria finas a médias, homogêneos, pouco argilosos e de cor róseo-avermelhada (Lima; Brandão, 2010). A Formação Piauí apresenta-se como uma faixa quase contínua na direção norte-sul, mais ou menos irregular e paralela ao curso fluvial do rio Parnaíba (Jacomine, 1986).

A Formação Pedra de Fogo foi depositada no início do Permiano (há 298,9 a 252,17 milhões de anos), apresenta arenitos inferiores eólicos e arenitos superiores litorâneos. Há também a ocorrência de folhelhos e arenitos depositados em planície de maré, somado a presença de intercalações de calcários, silexitos e evaporitos (Lima; Brandão, 2010). O Mapa 3 exibe as formações de embasamento geológico do município de José de Freitas.

MAPA 3 - Formações geológicas do município de José de Freitas



Fonte: Autora, 2025.

Ao observar o mapa geológico de José de Freitas (Mapa 4), percebe-se que o município apresenta quatro formações geológicas distintas, Formações Pedra de Fogo, Piauí, Poti e Longá. Há uma maior predominância espacial das formações Poti e Piauí que ocupam 49,40% e 42,47% da área do município respectivamente, com a ocorrência de intercalações espaçadas da Formação Pedra de Fogo, com uma área de 7,83% do total. A Formação Longá representa uma restrita e confinada ocorrência de 0,31% da área na porção nordeste do município.

Geomorfologicamente, as feições da região de José de Freitas apresentam características inerentes à estrutura da bacia sedimentar do Parnaíba, estando inseridas nas regiões geomorfológicas das Baixas Chapadas e Tabuleiros do Médio rio Parnaíba. As compartimentações geomorfológicas do município são: Baixada de Campo Maior, Tabuleiros do Parnaíba, Patamares do Parnaíba, Vãos do Médio Parnaíba. Em termos espaciais, há uma expressiva predominância da Baixada de Campo Maior, com variação entre 50 e 150 metros de altitude (superfícies mais rebaixadas); e os Tabuleiros do Parnaíba, com altimetria variando entre 180 e 550

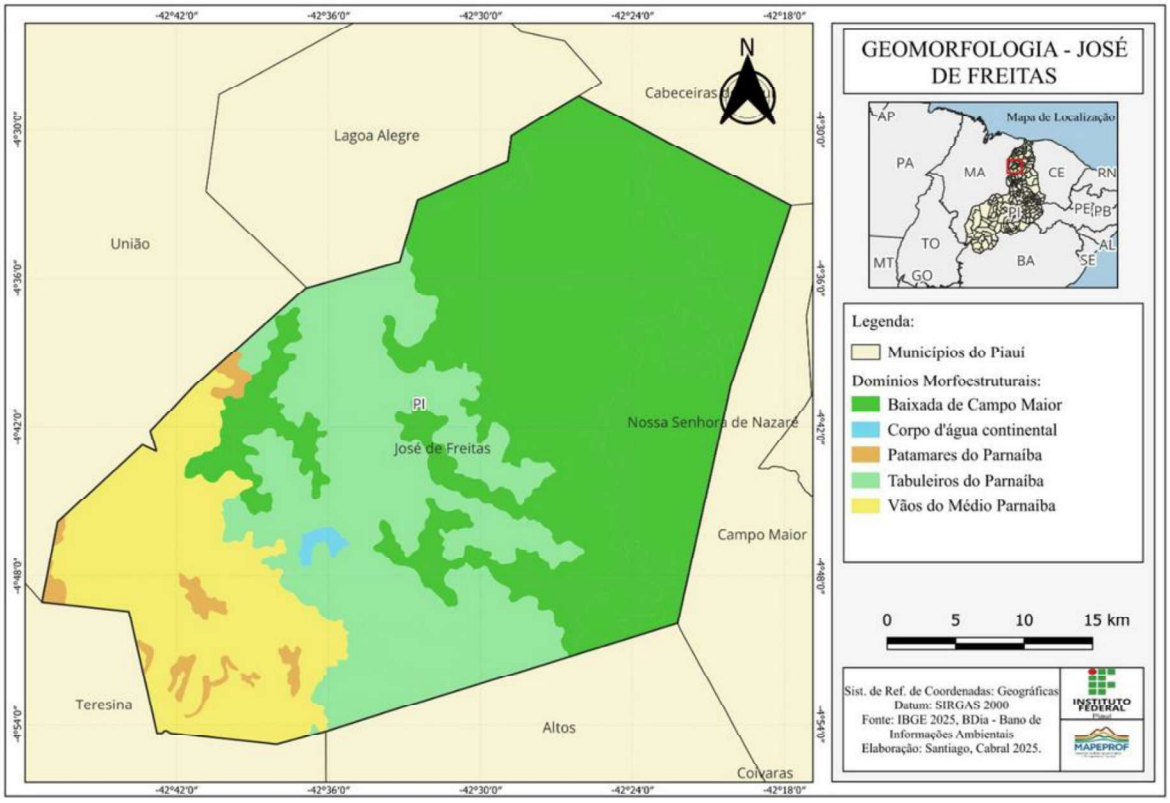
metros de altitude (superfícies mais elevadas) (IBGE, 2025b).

Em 2024, Lima propôs a atualização da classificação geomorfológica do Piauí realizada na década de 1980. O novo mapeamento resultou na identificação de quatro unidades morfoestruturais, seis regiões geomorfológicas e vinte e uma unidades de relevo, destacando os tipos de modelado de denudação e acumulação.

As regiões geomorfológicas caracterizadas são: a) Depressão Sertaneja Periférica à Bacia Sedimentar do Parnaíba, que corresponde a terrenos cristalinos sob clima semiárido, incluindo montanhas cristalinas e superfícies aplainadas com inselbergs; b) Região Leste do Piauí, unidades como a Cuesta Secundária da Ibiapaba e pedimentos com feições ruiniformes; c) Região Sul do Piauí, caracterizada por grandes chapadas e baixadas sob influência de clima tropical; d) Região Centro-Norte do Piauí, que inclui baixos platôs e superfícies sedimentares dissecadas com morros residuais; e) Chapadas Tabulares e Pedimentos, engloba o Platô do Grajaú, o Platô das Mangabeiras e porções do Platô do Araripe; e f) Região do Litoral Piauiense, formada pelos Tabuleiros Costeiros e pelas Planícies Costeiras e Fluviomarinhas, incluindo o Delta do Parnaíba e campos de dunas móveis. De acordo com a nova classificação proposta por Lima (2024), o município de José de Freitas, situado em uma área de transição próxima aos municípios de Teresina e Altos, enquadra-se predominantemente em duas unidades de relevo características, que são os baixos platôs do Centro-Norte e a superfície sedimentar dissecada com morros residuais

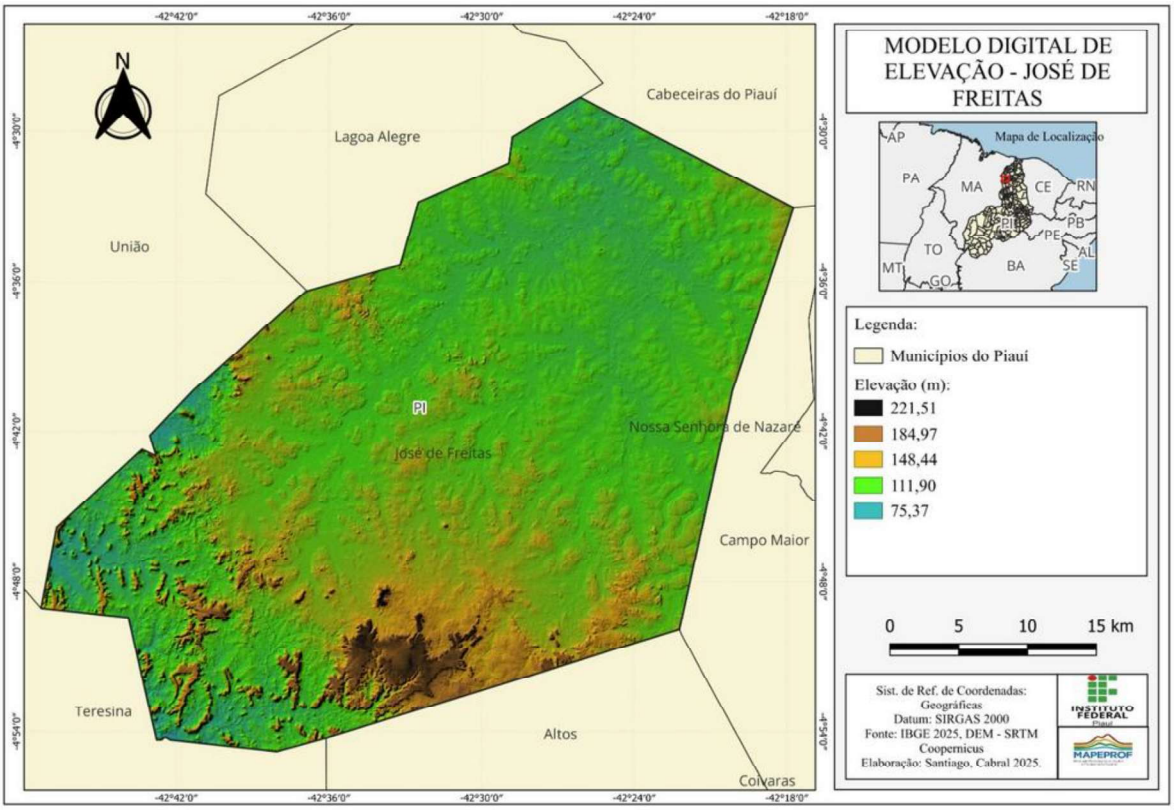
As formas de relevo do município compreendem superfícies aplainadas com a ocorrência de áreas deprimidas; superfícies tabulares (baixas chapadas); relevo plano com suaves ondulações, com altitude variando entre 150 e 300 metros; superfícies onduladas; relevo movimentado e superfícies tabulares de cimeira (Aguiar; Gomes, 2004). O Mapa 4 mostra as formações de embasamento geológico do município de José de Freitas.

MAPA 4 – Aspectos geomorfológicos do município de José de Freitas



Fonte: Autora, 2025.

MAPA 5 – Modelo Digital de Elevação do município de José de Freitas



Fonte: Autora, 2025.

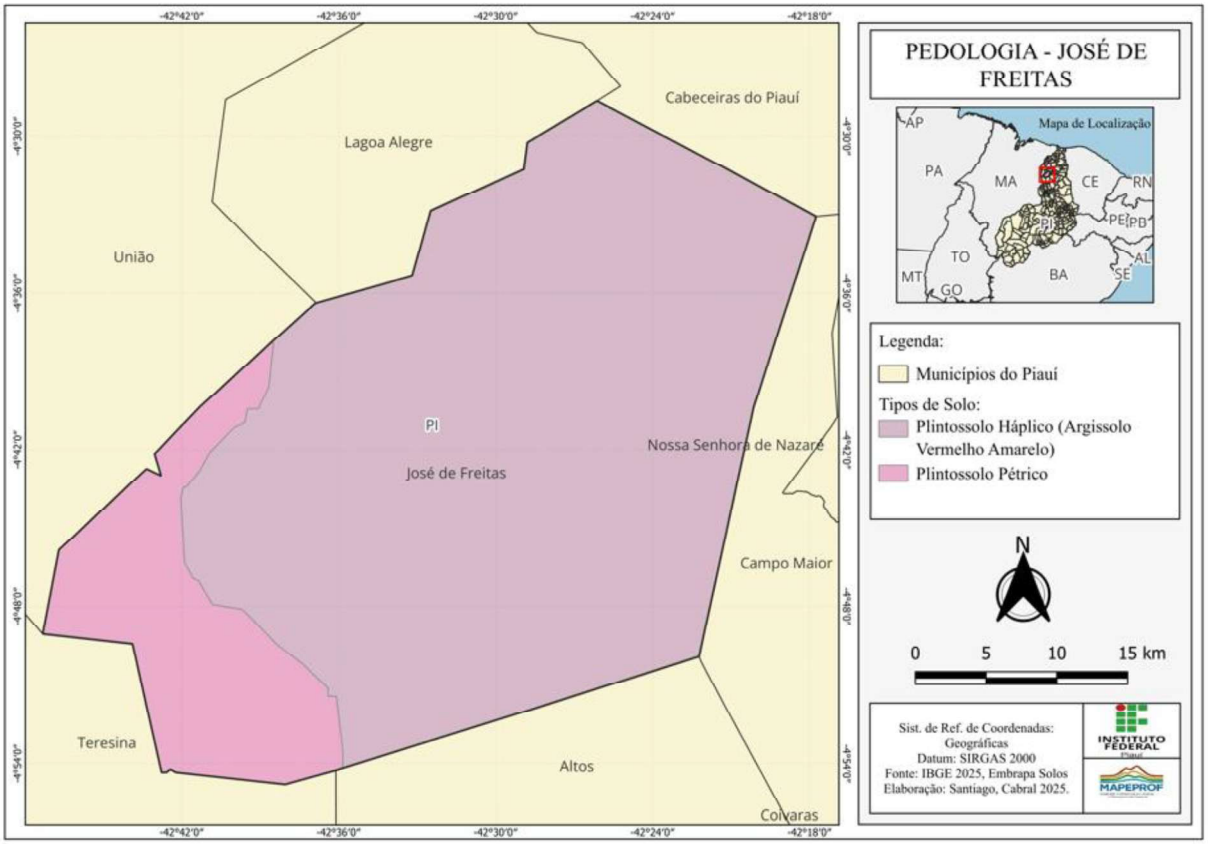
Observa-se que as maiores altitudes do município de José de Freitas estão localizadas na porção Sul e Sudoeste, ultrapassando os 220 metros de altitude (Tabuleiros do Parnaíba), conforme mostra a legenda do Mapa 5. Já as menores cotas altimétricas encontram-se na região Norte do município (Baixada de Campo Maior).

3.2.3.2 Vegetação e pedologia

O município José de Freitas localiza-se em uma faixa de transição de biomas (ecótono). Segundo dados do Banco de Dados e Informações Ambientais (BDIA), vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025a), José de Freitas apresenta duas regiões fitoecológicas, representadas por áreas de contato (ecótonos) e Floresta Estacional Semidecidual. A primeira corresponde a uma área de 91,55% enquanto a segunda ocupa 8,45% da área do município (IBGE, 2025a).

Quanto aos aspectos pedológicos do município de José de Freitas, conforme mostra o mapa de Pedologia (Mapa 6), o município apresenta diferentes tipologias de solos presentes em seu território. A descrição dos solos ocorrentes no município baseou-se na classificação da Embrapa (Santos *et al*, 2018) e do BDIA (IBGE, 2023). De acordo com a classificação do BDIA (IBGE, 2023), encontram-se duas ordens de solos no município, os latossolos e os plintossolos. Considerando as subordens, há a ocorrência de latossolo amarelo, plintossolo argilúvico e plintossolo pétrico.

MAPA 6 – Pedologia do Município de José de Freitas



Fonte: Autora, 2025.

Os plintossolos argilúvico distrófico têm ampla predominância e caracterizam-se por apresentarem materiais de composição argilosas, com coloração aparente e que endurecem ao serem expostos. São solos com saturação por bases baixas (menor que 50%) na maior parte dos horizontes B ou C (Santos *et al*, 2018; BDIA, 2023).

Os latossolos amarelo distróficos apresentam significativa alteração, com elevado conteúdo de sesquióxidos. Grupamento de solos com horizonte B latossólico. Solos de cor amarela. Apresentam saturação por bases inferior a 50% e que apresentam saturação por bases menor que 50% na maior parte dos primeiros 100cm do horizonte B (inclusive BA) (Santos *et al*, 2018; BDIA, 2023).

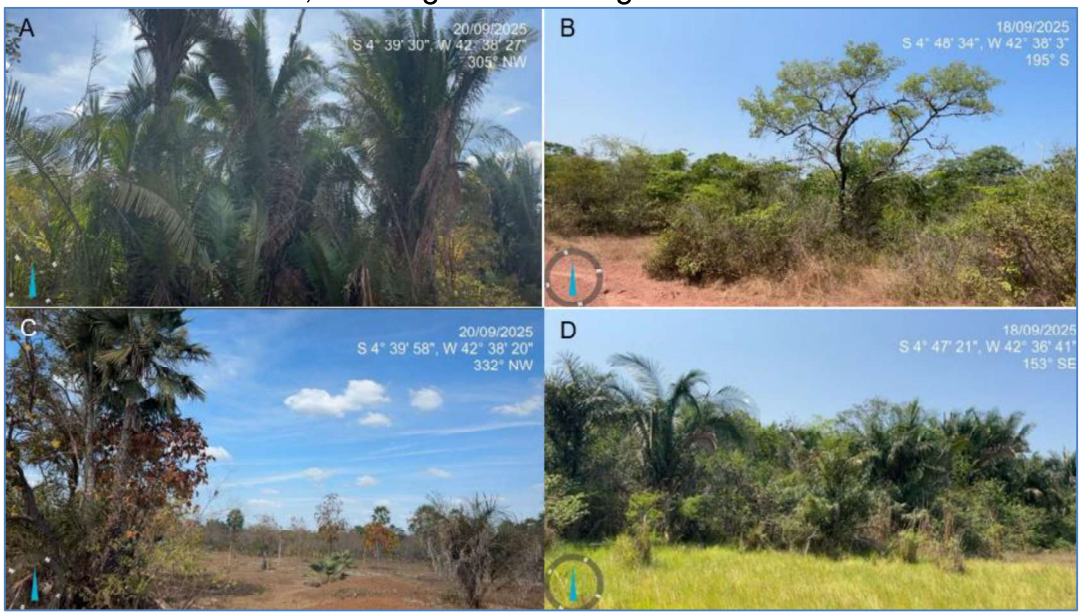
Ocorrem ainda, acompanhando os vales dos rios, porções de neossolos flúvicos formados por sobreposição de camadas de sedimentos aluviais recentes, sem relações pedogenéticas entre elas, devido seu baixo desenvolvimento pedogenético. Apresentam espessura e granulometria diversificada ao longo do perfil, causada pela diversidade de material de origem e pelas variações na sua deposição (Santos *et al*,

2018). Tais solos não são contemplados no Mapa Pedológico gerado para a área de estudo devido a escala utilizada de 1:5.000.000.

É pertinente ressaltar que houveram atualizações na nomenclatura dos solos, a saber: Argissolo vermelho amarelo (anteriormente denominado Podzólico Vermelho-Amarelo), Latossolos Amarelos, Argissolo acinzentado (anteriormente denominado Podzólico Acinzentado), Gleissolo, Argissolo vermelho-amarelo eutrófico (anteriormente denominado Podzólico Vermelho-Amarelo Eutrófico), Plintossolo, Neossolo flúvico (anteriormente denominado Solos Aluviais) e Neossolo quartzarênico (anteriormente denominado Areias Quartzosas) (Santos *et al*, 2018). Quanto às formações vegetais de José de Freitas, as áreas de Savana Arborizada correspondem por 58,25%, as áreas de Savana-Estépica Arborizada representam 32,51%, a Floresta Estacional Semidecidual Submontana ocupa 7,69% e outros 1,55% são de áreas de agricultura (IBGE, 2023).

A cobertura vegetal de José de Freitas está diretamente associada aos solos do município e caracteriza-se pela ocorrência de transições entre a vegetação típica dos biomas caatinga e cerrado (subtipo caducifólio), floresta ciliar de carnaúba e caatinga de várzea, ocorrendo secundariamente transições vegetais, do tipo caatinga hiperxerófila e/ou cerrado subcaducifólio/floresta subcaducifólio e/ou carrasco (Aguiar; Gomes, 2004).

Figura 1 – Contexto de cobertura vegetal em José de Freitas: a) vegetação de palmeiral; b) vegetação de caatinga arbórea-arbustiva; c) vegetação característica de área de transição de Caatinga e Cerrado; d) vegetação característica de mata de ciliar, na margem da Barragem do Bezerro



Fonte: Autora, 2025.

Quanto ao uso e cobertura da terra, dados do MapBiomas (2025) apontam que em 2023 o município de José de Freitas possuía 56,3% de área recoberta por vegetação nativa, desse total, 54,8% correspondiam às Formações Florestais e 1,5% de Áreas Naturais não Florestais. Por outro lado, o uso agropecuário representa 42,2% da área do município, sendo 38,9% de áreas de pastagem, 1,7% de agricultura, e 1,6% de mosaico de usos. O Mapa 8 mostra as formações vegetais do município de José de Freitas.

3.2.3.3 Clima e Hidrografia

O estado do Piauí, localizado em uma faixa de transição climática, apresenta diferentes características, tendo parte do seu território influenciado pela considerável umidade oriunda da Amazônia e outra a influência da semiaridez do Nordeste Oriental (Lima, 1982, 2017). Essa combinação faz com que o estado apresenta alternâncias na ocorrência e na circulação das águas em seu território, ainda que cerca de 80% de seu espaço esteja assentado numa estrutura geológica de rochas sedimentares (Lima, 2017; Lima, 1982).

O clima de José de Freitas é caracterizado como Tropical alternadamente úmido e seco, apresentando duas estações bem definidas, com o período seco durando em média seis meses e média de precipitação pluviométrica de 1.484,7mm (Fundação CEPRO, 2000).

Tomando como referência a classificação climática de Köppen, mais difundida no Brasil, o estado do Piauí apresenta três tipos climáticos, a saber: “As”; “Aw” e “BSh”. Atua no município de José de Freitas o tipo climático “As”, caracterizado como quente e úmido, chuvas de verão e outono influenciados pelos deslocamentos sazonais da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), em forma de massa de ar convectiva. A estação chuvosa estende-se de janeiro a maio, com o trimestre mais chuvoso nos meses de fevereiro, março e abril. Em contrapartida, agosto, setembro e outubro formam o trimestre mais seco (Fundação CEPRO, 2000).

Relativo à temperatura média anual do ar, o município de José de Freitas apresenta valores próximos a 27,0°C de temperatura (Lima; Assunção, 2002), em relação às médias de mínima e de máxima, estas variam entre 22°C a 37° C

(Fundação CEPRO, 2000). De modo geral, observa-se no território piauiense a ocorrência das maiores médias de temperatura do ar à superfície serem registradas na estação do verão e as menores na estação do inverno (Lima; Júnior, 2020).

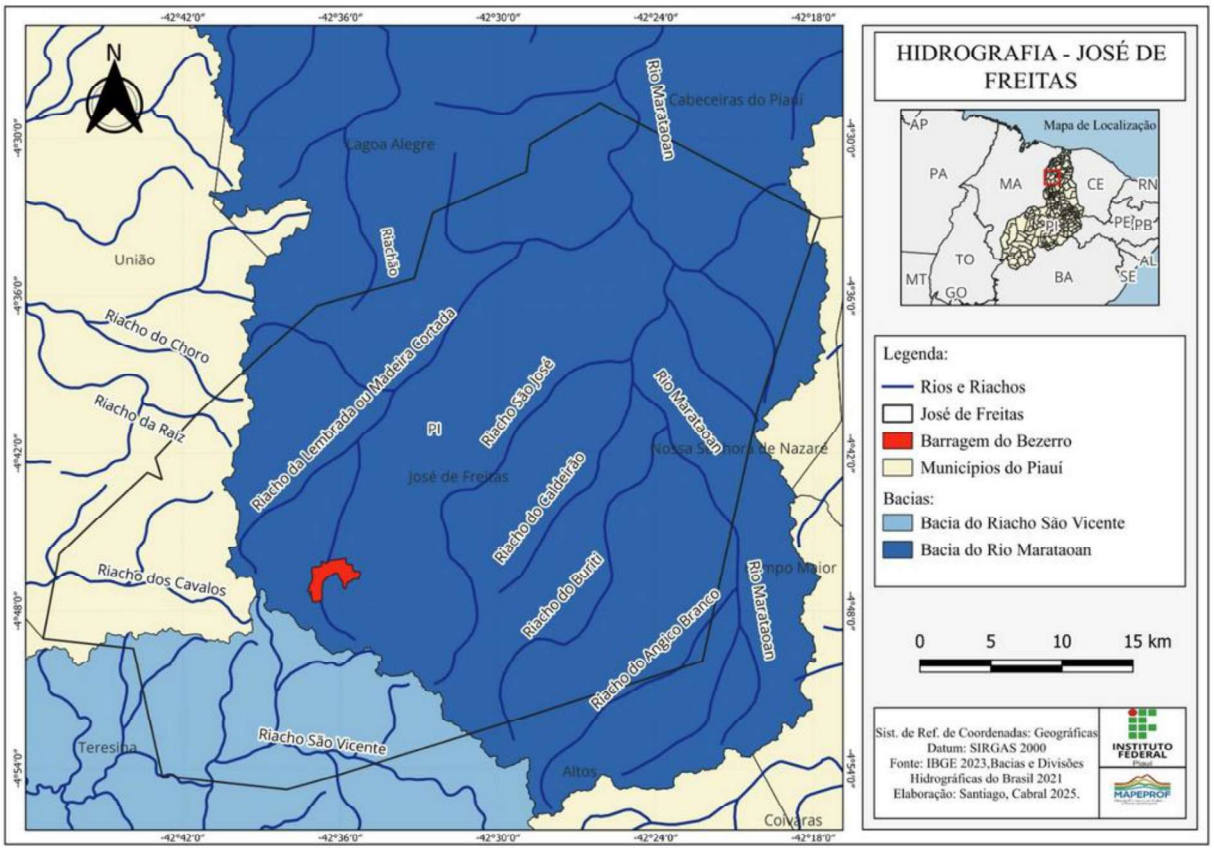
O território piauiense apresenta uma grande disponibilidade hídrica, sobretudo com a ocorrência de grandes volumes de águas subterrâneas, com destaque também para a presença de lagoas naturais, açudes e lagos de barragens. A rede hidrográfica do estado é comandada em maior parte pelo rio Parnaíba, além de um conjunto de pequenos rios litorâneos que em menor escala espacial drenam o território piauiense (Lima, 2017).

A barragem do Bezerro é um dos mais importantes atrativos e locais turísticos do município de José de Freitas, o balneário recebe frequentadores de vários municípios do entorno, principalmente de Teresina. A barragem, ou açude dos Bezerros (Figura 1-a), é um represamento artificial do rio Bezerro, pertencente à bacia do rio Longá e integra um conjunto de 22 açudes estratégicos que comportam uma capacidade superior a 10.000.000 m3 de água, tendo capacidade para 11.000.000 m3. A Barragem do Bezerro faz parte de um conjunto de obras de barramento em José de Freitas, composto também pelo Açude Novo e Açude da Pitombeira (Figura 1-b, Figura 1-c) O Mapa 7 exibe os aspectos hidrográficos do município de José de Freitas.

Figura 2 – Contexto hidrológico de José de Freitas: a) Barragem do Bezerro; b) Açude Novo; c) Açude da Pitombeira

Fonte: Autora, 2025.

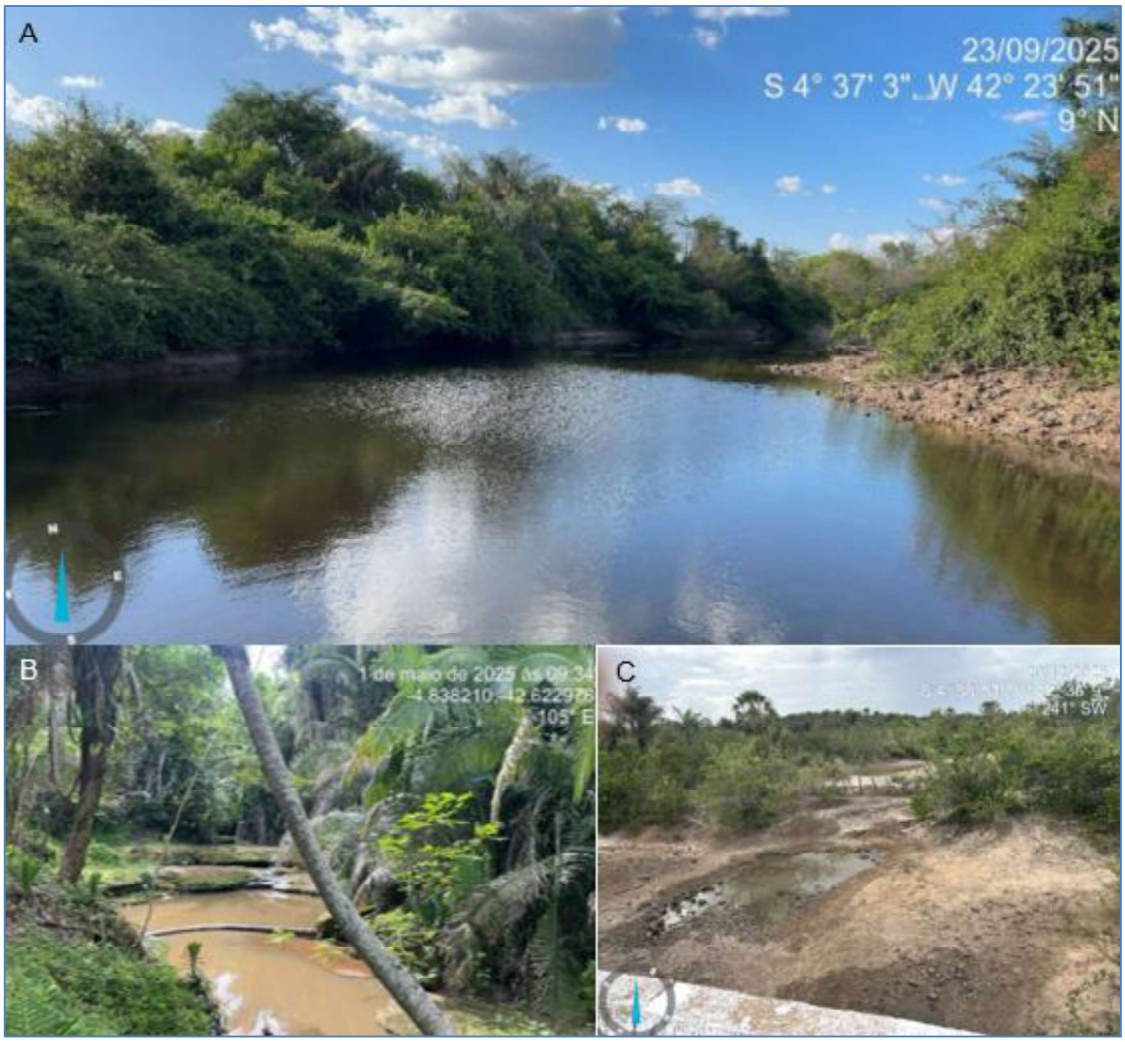
MAPA 7 – Hidrografia do município de José de Freitas



Fonte: Autora, 2025.

De acordo com a representação do Mapa 7, o território do município de José de Freitas é drenado por rios e riachos, encontrando-se abarcado pelas bacias do rio Marataoan e do riacho São Vicente. O rio de maior expressão em termos de volume de água e extensão é o rio Marataoan. Outros cursos fluviais importantes são os riachos da Lembrada ou Madeira Cortada, riacho da Raiz, riacho do Buriti, riacho do Caldeirão, riacho São Vicente, riacho do Angico Branco, riacho São José, estes desembocam no rio Marataoan.

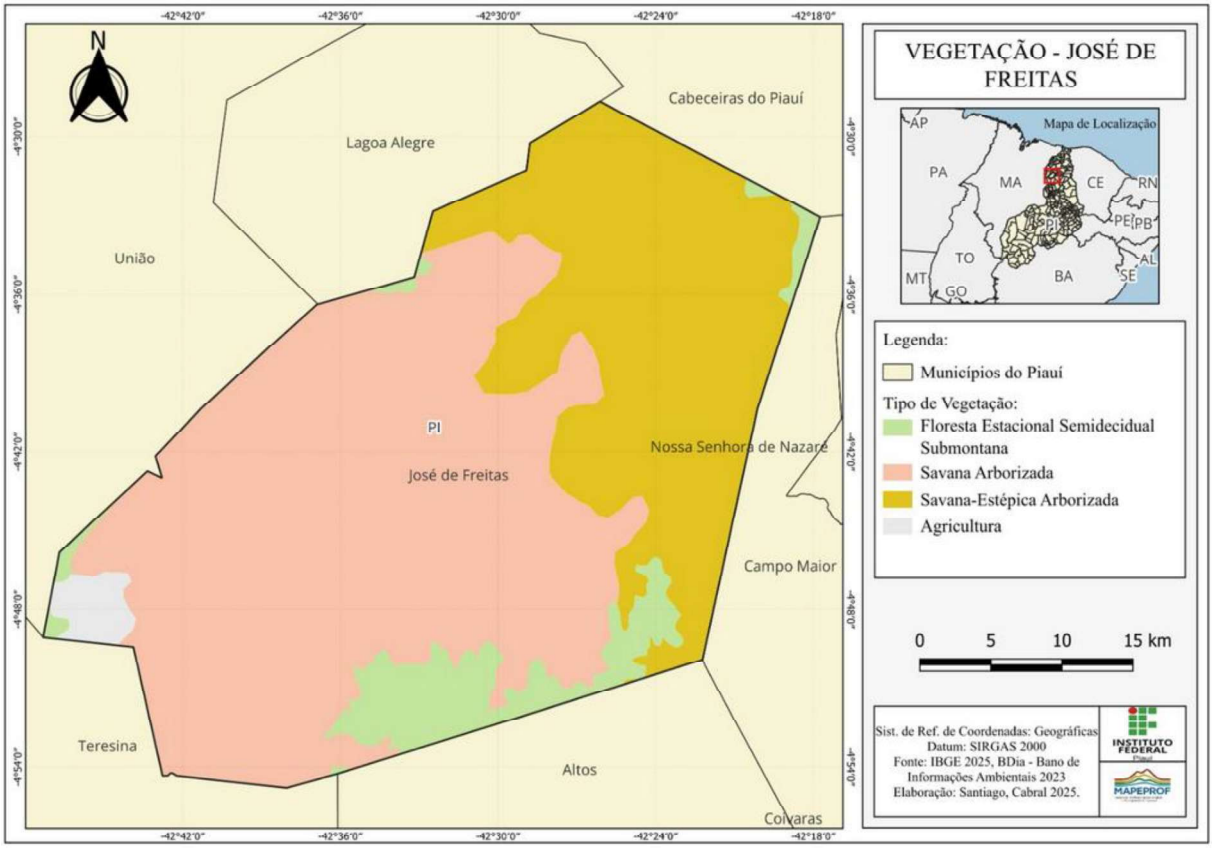
Figura 3 – Contexto hidrográfico de José de Freitas. a) Imagem do rio Marataoan de regime perene, trecho sob a ponte da Holinda; b) riacho efêmero São Domingos em período chuvoso; c) riacho efêmero sob a quarta ponte na Rodovia PI-366, sentido José de Freitas a Lagoa Alegre, em período de estiagem.



Fonte: Autora, 2025.

Pode-se observar que a hidrografia de José de Freitas é formada por reservas de águas doce caracterizadas por rios perenes como o, Rio Marataoan e por riachos efêmeros que apresentam volume significativo de águas somente no período chuvoso, a exemplo do riacho são domingos, que apresentam pouco ou nenhum volume de água na estiagem, como mostra a figura 3, e por barragens, açudes e lagoas, distribuídos de forma desigual por todo o território do município.

MAPA 8 – Formações vegetais do município de José de Freitas



Fonte: Autora, 2025.

Quanto à espacialização dos aspectos expostos no mapa temático de vegetação, percebe-se uma variedade de características fitogeográficas no município de José de Freitas, sendo representada em sua grande maioria pela Savana Arborizada e Savana-Estépica Arborizada. Considerando a ocorrência de Floresta Estacional Semidecidual, Espírito-Santo *et al*. (2006) apontam que a floresta estacional decidual ou florestas secas são encontradas nas regiões tropicais e apresentam uma sazonalidade climática, com uma estação chuvosa e outra seca durante o ano.

A fauna associada à vegetação que predomina em José de Freitas, tem sido pouco explorada em trabalhos acadêmicos, no entanto, pode-se citar o trabalho de Santos *et al* (2005), que estudou a avefauna na área do Nazareth Eco Hotel, registrando 179 espécies pertencentes a 44 famílias, distribuídas em 18 ordens, sendo que as famílias com maior riqueza de espécies foram: Emberezidae (29 ssp.), Tyrannidae (25 ssp.). Podem ser citados ainda os trabalhos de Feitosa *et al* (2008), que estudaram quatro espécies de tephritídeos do gênero Anastrepha (*A. obliqua, A.*

serpentina, A. distincta e A. ethalea. A. obliqua e A. serpentina); e de Carvalho e Avelino (2010), que estudaram a composição e a diversidade de fauna de aranhas da Fazenda Nazareth (hoje Nazareth Eco Hotel), identificando 38 espécies e 31 famílias

4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados o produto e os subprodutos que resultaram das pesquisas deste trabalho. Como produto, elaborou-se uma cartilha informativa, em formato digital e disponível no Apêndice A, e como subprodutos foram gerados dois artigos científicos, os quais são apresentados na íntegra nos Apêndices B, C e D a seguir.

4.1 PRODUTO

A cartilha informativa foi elaborada no âmbito das pesquisas do Mestrado Profissional em Análise de Planejamento Espacial é intitulada de “TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: José de Freitas trilhando o caminho para o Desenvolvimento Local Sustentável” e foi produzida com a utilização da plataforma de design gráfico Canva, e está disponível digitalmente através do link < https://drive.google.com/file/d/17EGyHhm79pTZDj2vnxaxbAeXQg7WQvwS/view?usp=sharing> e presente no Apêndice A deste relatório. As comunidades e iniciativas participantes desta pesquisa, bem como os agentes do poder público local ligados ao turismo, receberão cópia impressa deste produto. Além disso, será articulada a possibilidade um encontro com as comunidades, gestores públicos, instituições de ensino locais e demais interessados para o desenvolvimento de uma oficina abrangendo a apresentação da Cartilha, como utilizá-la, e promovendo um debate entre comunidades receptoras e demais entidades participantes, expondo os principais desafios e oportunidades que o TBC pode trazer como ferramenta para o desenvolvimento local sustentável em José de Freitas.

A proposta de oficina terá como objetivo capacitar as lideranças comunitárias, gestores públicos e demais interessados, no uso da cartilha como instrumento de planejamento, fortalecimento e protagonismo local na gestão do turismo. Poderá ser divida em quatro momentos, a saber: 1- sensibilização e alinhamento conceitual: breve exposição sobre o TBC e o DLS e como eles se alinham; 2- Manuseio guiado da cartilha: apresentação da estrutura do produto, com foco na seção “mão na massa” que oferece um guia prático para o desenvolvimento e fortalecimento do TBC; 3- Worksho prático de diagnóstico: utilizando a técnica de FOFA, os participantes irão identificar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças de sua própria realidade; e

4-Planejamento e encaminhamento: utilização da seção “Recursos e Parcerias” para mapear onde buscar ajuda e apoio institucional e técnico.

O objetivo principal deste produto é fornecer, para a comunidade freitense em geral, um material de fácil acesso, claro e objetivo, contendo informações sobre o que é turismo de base comunitária, como ele se relaciona com o desenvolvimento local sustentável e como ele pode servir de ferramenta para atingir esse desenvolvimento. Para as comunidades que desenvolvem ou se interessam em desenvolver atividades turísticas de forma mais democrática e de forma sustentável, essa cartilha servirá como subsídio valioso para tirar do papel projetos de turismo de base comunitária, envolvendo todos os interessados e sobre onde procurar parcerias para essa caminhada.

Tal produto foi elaborado de forma a atender toda a comunidade freitense, apresentando uma linguagem acessível, de fácil compreensão, tanto para os cidadãos comuns freitenses, gestores públicos, lideranças comunitárias, bem como estudantes, pesquisadores, profissionais do turismo e turistas que se interessam pela temática abordada.

A capa da figura se apresenta na Figura 4-a e o seu índice na Figura 4-b, logo abaixo, revelando a estrutura do produto que conta com oito seções:

Figura 4 – Aspecto da Cartilha: a) Capa; b) Índice

Fonte: Autora, 2025.

Na primeira seção, “Apresentação”, são apresentados os objetivos da cartilha, o público a quem ela é destinada e qual a sua importância dentro do cenário do turismo em José de Freitas. Em seguida o leitor é convidado a conhecer um pouco do rico patrimônio histórico, cultural e natural de José de Freitas, na seção “Conhecendo José de Freitas”, onde são apresentados alguns locais turísticos rurais e urbanos, além de eventos importantes do calendário local. Nesta mesma seção são introduzidos ao leitor os locais turísticos que fizeram parte desta pesquisa, com uma breve descrição seguida por registro fotográfico.

A seção denominada “O que é Turismo de Base Comunitária” traz os conceitos e princípios do TBC, como ele se diferencia do turismo convencional, usando alguns exemplos práticos, para que o leitor possa compreender melhor como ele pode ser aplicado para beneficiar diretamente as comunidades. Em “O TBC como ferramenta para o desenvolvimento local sustentável” se mostra como esta modalidade turística se relaciona com o DLS nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A seção seguinte, “Mão na Massa: guia prático para planejar o TBC”, traz um

passo-a-passo para a comunidade organizar, planejar e tirar do papel uma iniciativa de TBC, com dicas de como identificar o potencial turístico local, de como envolver a comunidade e definir quais atividades serão oferecidas aos visitantes. Aqui, incentiva-se o público-alvo a utilizar ferramentas mais precisas de diagnóstico da realidade local, como a análise de SWOT, também conhecida como Matriz de FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) trazendo-se os resultados obtidos ao aplicar a metodologia para avaliar as forças, fraquezas, desafios e oportunidades para o desenvolvimento do TBC em José de Freitas, a qual é apresentada no Quadro 7.

Quadro 7 – Análise de SWOT aplicada ao diagnóstico sobre o turismo em José de Freitas, Piauí.

	CONTRIBUI PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM JOSÉ DE FREITAS	DIFICULTA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM JOSÉ DE FREITAS
ASPECTOS INTERNOS	FORÇAS	FRAQUEZAS
	Belezas naturais	Ausência de roteiro turístico organizado
	Biodiversidade	Difícil acesso a algumas localidade
	Geodiversidade	Condições precárias das estradas vicinais
	Culinária local	Ausência de policiamento rotineiro
	Hospitalidade	Ausência de fiscalização ambiental e sanitária
	Secretaria de meio ambiente e turismo atuante	Iluminação precária dos pontos turísticos
	Proximidade com a capital	Deficiência nos serviços de manutenção e limpeza dos locais turísticos
	Segurança nos eventos	Falta de qualificação profissional voltada ao turismo
	Riqueza histórica	Pouca divulgação (marketing) dos atrativos turísticos
	Riqueza cultural	Baixa visitação em períodos de baixa temporada
	Produção artesanal	Falta de conhecimento sobre turismo de base comunitária
	Boas estruturas físicas voltadas ao turismo	Depredação do patrimônio natural e histórico
	Presença de centro de exposição de produtos artesanais locais	Sinalização precária das vias de acesso
	Fortes tradições culturais e religiosas	Pouca capacitação da mão de obra local
	Preocupação com a conservação ambiental	Saneamento básico precário
	Eventos consolidados como Zé Pereira e Festas Juninas	Estradas mal sinalizadas
	Presença do IFPI	Áreas de interesse turístico em propriedade privadas
ASPECTOS EXTERNOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Crescimento econômico para o município	Falta de recursos financeiros para o poder público
	Localização geográfica favorável	Desmatamento e queimadas da vegetação nativa próximo aos locais turísticos
	Possibilidade de promoção de esportes de aventura	
	Possibilidade de promoção do turismo ecológico	Degradação ambiental dos recursos naturais
	Possibilidade de promoção do turismo cultural	Falta de planejamento
	Tráfego pela Rodovia PI-113	Dificuldade de captação de recursos pelas comunidades
	Incremento para o setor de hotelaria local	Pouca sensibilidade ambiental dos turistas
	Reconhecimento do município como polo turístico	Pouca valorização dos atrativos turísticos pelos moradores locais
	Investimentos do poder público no turismo nas comunidades	
	Incremento de renda para os moradores das comunidades visitadas	Falta de apoio do poder público
	Participação em feiras e eventos	Pensamento individualista dos associados ou comunitários
		Acesso a cursos de capacitação

Fonte: Autora, 2025.

A matriz acima foi obtida através da análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas e dos dados obtidos com a aplicação de ficha de campo nos locais turísticos visitados. Ela está estruturada em aspectos internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e desafios), conforme metodologia proposta por Dantas e Melo (2008) e Porto *et al* (2019), os quais se baseiam em cinco eixos: 1) social, que

engloba questões culturais, religiosas e tradições, modos de vida, pensamentos e convicções da população; 2) econômico, contemplando fatores como distribuição de renda, investimentos, produção de bens e oferta de serviços turísticos que podem gerar lucro, renda ou ganhos para as comunidades e para o município como um todo; 3) ambiental: traz fatores naturais, físicos, climáticos, ligados à fauna e à flora, relevo, localização geográfica, dentre outros; 4) infraestrutura, envolve obras de infraestrutura que atendem diretamente ou indiretamente ao turismo, de responsabilidade do poder público ou de iniciativa privada; e 5) gestão, que são fatores associados à administração pública e iniciativa privada, quanto à organização, planejamento, projetos, incentivos, dentre outros.

Em seguida, em “Recursos e Parcerias”, são listadas informações sobre onde encontrar apoio e financiamento para iniciativas de TBC, com exemplos de instituições que podem oferecer recursos e parcerias estratégicas para fortalecer o TBC em José de Freitas. Por fim, tem-se as “Considerações finais” do produto, destacando mais uma vez sua importância e reafirmando a sua intenção em incentivar práticas de turismo cada vez mais sustentáveis e democráticas. E logo em seguida, são elencadas as referências usadas como embasamento teórico para a construção da cartilha, através do sistema numérico, por ordem em que aparecem no texto.

4.2 SUBPRODUTOS

Como subprodutos foram confeccionados três artigos, os quais constam integralmente nos Apêndices B e C e D, respectivamente. O primeiro trata-se de revisão de literatura; o segundo de um artigo original sobre os dados obtidos através da pesquisa de campo, focando no diagnóstico de potencialidade, desafios e oportunidades para o TBC em José de Freitas, o terceiro, também original traz uma análise territorial sobre o TCB em José de Freitas, com foco em cinco dimensões (eixos) de sustentabilidade do turismo local, conforme Buarque (2002). No quadro abaixo (Quadro 8), pode-se verificar o título, ano de produção, a situação quando à publicação e, em caso de publicação, informações quanto ao periódico.

Quadro 8 – Subprodutos elaborados

Título	Ano	Situação quanto à publicação	Periódico
Desenho teórico sobre iniciativas de turismo de base comunitária em comunidades tradicionais no território brasileiro	2024	Publicado	Revista de Geografia (Recife) V. 41, No. 5.
Diagnóstico de Potencialidades, desafios e oportunidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária em José de Freitas, Piauí	2025	Submetido	Revista Geonordeste
Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Local Sustentável: um diagnóstico territorial em José de Freitas, Piauí.	2026	Aceito para publicação	VII Fórum Internacional do Semiárido

Fonte: Autora, 2025.

A produção e a publicação de artigos científicos em periódicos de reconhecida relevância acadêmica são de grande importância no percurso acadêmico do mestrado profissional, pois trazem os resultados obtidos, tanto durante a pesquisa bibliográfica que embasou teoricamente o desenvolvimento do trabalho, quando na aplicação da metodologia proposta por esta pesquisa. Além, do produto, que consiste na Cartilha, os artigos confeccionados produzem conhecimento que são compartilhados, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a população em geral.

Os artigos produzidos, possibilitam a exposição dos resultados obtidos de forma mais profunda, acadêmica, confrontados com a literatura científica que aborda o tema, algo que não se pode obter através do produto, por ser algo voltado para as comunidades, cuja linguagem deve ser clara, de simples compreensão, e cujos textos devem ser sucintos e objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada em José de Freitas, Piauí, possibilitou comprovar que o Turismo de Base Comunitária pode ser concebido como uma estratégia viável e necessária para o impulsionamento do Desenvolvimento Local Sustentável no território. A pesquisa identificou seis locais com potencial relevante, incluindo associações organizadas, como a Comunidade Deus da Vida, patrimônios históricos, como os casarões coloniais, e atrativos naturais, como a Barragem do Bezerro e o Canto da Sentinela. Nesse contexto, a pesquisa possibilitou identificar, caracterizar e mapear essas iniciativas e, por fim, consolidar os saberes locais em uma cartilha digital, produto técnico voltado a subsidiar a autonomia das comunidades receptoras.

Foi possível observar, através da análise de SWOT, que, embora o município possua forças internas significativas representadas pelo associativismo e pela riqueza do patrimônio material e imaterial, a consolidação do TBC enfrenta entraves estruturais severos. A análise por meio da matriz SWOT revelou que a carência de infraestrutura básica, especificamente em saneamento, iluminação e manutenção de estradas, e a atuação ainda tímida do poder público municipal representam as principais ameaças à perenidade das iniciativas. Dessa forma, a transição do turismo convencional para o modelo de base comunitária exige não apenas o protagonismo das famílias locais, mas também um suporte institucional que garanta os direitos básicos de cidadania e o fomento técnico e financeiro.

Um ponto relevante a ser destacado é a eficácia da técnica de amostragem bola-de-neve (*snowball sampling*) para a identificação e acesso aos locais turísticos e comunidades envolvidas na pesquisa, por se tratar de uma área tão vasta como o município de José de Freitas, ela possibilitou estabelecer uma amostra exequível, facilmente consolidada por critérios de exclusão e inclusão já expressos na seção 3.1 MÉTODOS E TÉCNICAS. Uma vez que este tipo de amostragem não probabilística se baseia em uma cadeia de relacionamentos, tais indicações forneceram um aspecto importante para a pesquisa de campo, um nível prévio de confiança, pois a aproximação já havia sido mediada pela onda de indicações anterior, isso favoreceu a receptividade e um vínculo preestabelecidos, tornando esta etapa menos dificultosa e preparando o ambiente para a aplicação dos instrumentos de coletas de dados.

Embora essa técnica seja adequada para acessar populações de difícil alcance e seja bastante difundida em pesquisas envolvendo TBC, ela apresenta algumas

limitações a serem superadas. Uma delas é a limitação da amostra por um possível viés institucional, uma vez que os informantes-chave (*seeds*) foram pessoas ligadas ao poder público, que pode ter condicionado a indicação de comunidades ao conhecimento e ligação desses informantes com os locais indicados. No entanto, a participação de informante ligado à instituição de ensino IFPI, ampliou a rede de indicações, amenizando tal viés. Outra limitação da aplicação desta técnica é que, por não ser probabilística, os resultados obtidos não podem ser generalizados para as demais comunidades freitenses, pois não assegura uma representatividade estatística (Dewes, 2013). No entanto, não é de interesse desta pesquisa apresentar dados quantitativos sobre a realidade local, nem tão pouco fazer generalizações, uma vez que tais comunidades são marcadas por profunda heterogeneidade e complexidade de realidades, saberes, modos de vida, que não se reproduzem em toda e qualquer comunidade.

Pode-se levantar ainda como limitação da pesquisa, o contraste conceitual entre os princípios do TBC e a inclusão de empreendimentos privados no escopo da pesquisa, como o Nazareth Eco Hotel e a Fazenda Ininga, fato que levou a adaptação do roteiro de entrevistas para tais locais turísticos, limitando questões como associativismo e cooperativismo. O TBC, em seu cerne, exige autogestão e protagonismo comunitário na oferta de bens e serviços turísticos, e nesses empreendimentos, o que ocorre é um turismo ecológico com características de base comunitária, por empregar mão de obra local e por valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural de José de Freitas. No entanto, tais estabelecimentos, podem fortalecer uma rede de TBC no município, com estratégias de inclusão e participação comunitária de forma mais democrática.

Apesar de tais limitações, pesquisa permitiu concluir que o TBC em José de Freitas atua como um agente de coprodução territorial, permitindo que a comunidade ressignifique seu espaço e valorize saberes tradicionais, como a culinária e o artesanato, como ativos para a geração de renda e preservação ambiental. Assim, a eficácia desse modelo para o desenvolvimento local está condicionada ao fortalecimento da governança participativa e à superação do individualismo, assegurando que os benefícios da atividade turística sejam distribuídos de forma igualitária entre as comunidades. Isso reforça que o sucesso do TBC depende de um engajamento coletivo contínuo e de um planejamento que respeite a identidade sociocultural do povo freitense se contrapondo ao turismo de massa.

Para o desenvolvimento de pesquisas futuras, sugere-se que sejam realizados estudos que analisem as redes sociais para compreender melhor como se dão as relações de poder e os conflitos territoriais internos, além de ampliar o escopo da pesquisa, abrangendo outras comunidades que, porventura da limitação da rede indicações ou em detrimento de limitações de acesso, tenham ficado de fora desta pesquisa. Além disso, futuros trabalhos podem envolver a investigação de formas de integração entre os empreendimentos privados e as comunidades, analisando de que forma tais estabelecimentos podem fortalecer uma cadeira de TBC no município, tornando a atividade turística ainda mais democrática e sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. **Novos Estudos**, v. 87, p. 97-113, jul. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/hfsJ9MWhbhC4MmrkFmYxSJq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02 set. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Catálogo de Metadados da ANA Rios**. [Arquivo digital]. Brasília, DF: ANA, 2012. Disponível em: https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/a01764d3-4742-4f7d-b867-01bf544dde6d. Acesso em: 21 jun. 2025.

AGUIAR, R. B; GOMES, J. R. C**. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de José de Freitas**. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

AGUILAR, A. L. D., REYES, J. E. Family Relations and Socio-Ecological Resilience within Locally-Based Tourism: The Case of El Castillo (Nicaragua). **Sustainability**, v.12, n. 15, p. 1-26, 2020. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/12/15/5886. Acesso em: 28 nov. 2023.

ALCÂNTARA, L. C. S.; DUARTE, A. P. P. Saberes e Modos de Vida: por um Projeto Coletivo de Turismo de Base Comunitária na Comunidade Ribeirinha São Gonçalo Beira Rio, Mato Grosso, Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 53, p. 202–221, 6 nov. 2020. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10346. Acesso em: 29 jun. 2024.

ALCOFORADO, F. **Globalização e desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, Manaus, v. 4, n. 1, p. p. 9–28, 2012. DOI: 10.29327/233099.4.1-1. Disponível em: //periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/208. Acesso em: 6 jun. 2024.

ALMEIDA, F. A. B.; CASTRO, J. F. de. Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 66-81, dez. 2017. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1161. Acesso em: 28 nov. 2023.

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo,** [S. l.], v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.21680/2357-8211.2023v11n1ID29163. Disponível em:

https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/29163. Acesso em: 7 jul. 2024.

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFE, M. L. Iniciativas cooperativistas do turismo de base comunitária brasileiro e seus efeitos para o desenvolvimento local sustentável. **CODS - Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2024. Disponível em: https://codsunama.org/ojs/index.php/br/article/view/99. Acesso em: 12 set. 2025.

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFE, M. L. Dimensões socioterritoriais que o turismo de base comunitária pode coproduzir através da governança pública**. Informe GEPEC**, ISSN: 1679-415X, TOLEDO, v. 27, n.2 edição especial: Urbanização em contexto periférico, p. 9-28, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374789040. Acesso em: 12 set. 2025.

ANSARAH, M. G. R. Teoria geral do turismo. *I n*: ANSARAH, M. G. R. (Org.). **Turismo**: como aprender, como ensinar. São Paulo: SENAC, 2001. 2 v.

ARRUDA, D. D. O.; GONÇALVES, J. P. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola. **Interações (Campo Grande)**, p. 107–123, 28 jan. 2020. Disponível em: https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1968. Acesso em 26 mai. 2024.

ASSIS, G. C.; PEIXOTO, R. C. D. O turismo é uma dádiva? Uma “etnografia das trocas” e a oferta da experiência “chamada” Turismo de Base Comunitária em Anã/Santarém/Pará. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 2, p. 144–160, 13 maio 2019. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1568. Acesso em: 29 jun. 2024.

BALIEIRO, E. O.; MACEDO, R. M. Gestão participativa democrática, impasses, conquistas e desafios: uma análise realizada no município de Espinosa/MG. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.61 , p., Mai. 2022. Disponível em: https://share.google/xjS30ESjjj5OjjTMv. Acesso em: 10 set. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BARRETO, C. E. S. **Turismo de base comunitária:** uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico nas comunidades Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, Pacatuba, Sergipe. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo), Instituto Federal de Sergipe. Sergipe, 88f. 2018.

BARRETO, L. M. T. S.; LANZARINI, R. **Política Nacional de Turismo de base Comunitária**: subsídios e orientações técnicas. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023.

BARRETO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em análise**, v.15, n. 2, p. 133-149, novembro, 2004. Disponível em: https://share.google/58OPuw6Z2IaNEgig4. Acesso em: 10 set. 2025.

BARRETO, M. O Turismo na história. In: BARRETO, Margarita. **Manual de iníciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas - Sp: Papirus Editora, 2003. cap. 5. p. 43-57.

BENITES, M.; MAMEDE, S. Ecoturismo de Base Comunitária na Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS): planejamento e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 13, n. 1, 2 fev. 2020. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6778. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18 do Decreto lei nº1.439, de 30 de dezembro de 1975; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19701979/l6505.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. 55. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.181 de 28 de março de 1991**. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8181.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. (Revogado pela Lei nº 13.502, de 2017) Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.637, de 28 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo; altera o art. 15 da Lei no 11.371, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências. Presidência da República, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11637.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil : Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007c.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**: uma viagem de inclusão. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: : 27 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7381.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12591.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020**. Autoriza o Poder Executivo federal a criar a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), na forma de serviço social autônomo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14002.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.476, de 14 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo e passa a denominá-lo Novo Fungetur; altera as Leis nºs 11.771, de 17 de setembro de 2008, 14.002, de 22 de maio de 2020, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga o Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14476.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.978, de 25 de novembro de 2024**. Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para definir como atribuição do Governo Federal a formulação, a coordenação e a execução do Plano Nacional de Turismo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14978.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BROCHADO, Cássia; JUNIOR, José Manoel Carvalho. Turismo de Base Comunitária: um potencial para o desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 250-264, ago. 2012. Disponível em: https://periodicos.unirio.br/cadernovirtualturismo/article/view/2870/2662. Acesso em: 14 jun. 2025.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUDEL, L.; SEVERINI, V. F.; REJOWSKI, M. Dimensões da Hospitalidade no Turismo de Base Comunitária: simbologias, ritos e artefatos na casa de farinha em Mangabeira. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 17, p. 2497, 16 jan. 2023. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2497. Acesso em: 26 mai. 2024.

BURGOS, A.; MERTENS, F. As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. **Tourism & Management Studies**, vol. 12, núm. 2, 2016, pp. 18-27. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305771107_As_redes_de_colaboracao_no_turismo_de_base_comunitaria_implicacoes_para_a_gestao_participativa. Acesso em: 28 nov. 2023.

CANAAN, R. P. **Design de Serviços Turísticos:** diretrizes para valorização do território a partir das competências locais. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design. Rio de Janeiro, 2018. 253 f.: il. color.; 30 cm

CARDOSO, T. S.; BOMFIM, N. R. Turismo de base comunitária quilombola na Bahia (Brasil): Uma práxis educativa decolonial e transmoderna. **Turismo e Sociedade**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 201–219, 2022. DOI: 10.5380/ts.v15i2.86476. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/86476. Acesso em: 28 nov. 2023.

CARVALHO, P. L. L. **José de Freitas**: passado e presente. Timom: Expansão, 1994.

CARVALHO, L. S.; AVELINO, M. T. L. Composição e diversidade da fauna de aranhas (Arachnida, Aranae) da Fazenda Nazareth, município de José de Freitas, Piauí, Brasil. **Biota Neotrop**, v.10, n. 3, p. 21-31, set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bn/a/nXh5djc8C6wcsLbd7h3WrZD/abstract/?lang=pt. Acesso em: 25 mar. 2026.

CHAVES FILHO, B. A. **Memórias do Chavinho**. Edição Especial. José de Freitas: [s.n], 2025.

COELHO, E. D. Á.; GONTIJO, B. M. O processo de organização para o turismo nas comunidades ribeirinhas da Reserva Amanã, AM. **Turismo e Sociedade**, v. 14, n. 3, 24 mar. 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/79715.

Acesso em 29 jun. 2024.

COLIN, E. C. S.; PELICONI, M. C. F. Territorialidade, desenvolvimento local e promoção da saúde: estudo de caso em uma vila histórica de Santo André, São Paulo. **Saúde Soc.** São Paulo, v.27, n.4, p.1246-1260, 2018. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-979239. Acesso em: 29 jun. 2024.

COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. D. R. D. A relação entre atores e seus impactos: o caso do turismo em comunidades indígenas brasileiras. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 2, 20 nov. 2018. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1235. Acesso em 29 jun. 2024.

CORIOLANO, L. N; BARBOSA, L. M. Rede de territórios solidários e turismo de base local no Ceará –Brasil. **Revista Geográfica de América Central** (Costa Rica), vol. 2, pp. 1-26, julio-diciembre, 2011. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820829. Acesso em: 26 set. 2024.

DANTAS, N. G. S.; MELO, R. S. O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabiana/PB. **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n.1, 2008. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/272. Acesso em: 02 set. 2025.

DEWES, J. O. **Amostragem bola de neve e respondente-driven sampling:** uma descrição dos métodos. Monografia (Bacharel em Estatística). Departamento de Estatística, Universidade Deferal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2013.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 ed. Ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2001

DORES, L. A. O. **Turismo de base comunitária como indutor de desenvolvimento local**: um estudo da realidade e potencialidades no Distrito de Porto Salvo, município de Vigia de Nazaré-PA. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, Pará, 115f. 2015.

EMBRATUR. **Retratos de uma caminhada**: PNMT 8 anos. Gerência de Programas Nacionais; Supervisão de Projetos de Descentralização. Brasília: EMBRATUR, 2002. 139 p.: il.; color.

ESPÍRITO-SANTO, M. M.; FAGUNDES, M.; NUNES, Y. R. F.; FERNANDES, G. W.; AZOFEIFA, G. A. S.; QUESADA, M. Bases para a conservação e uso sustentável das florestas estacionais deciduais brasileiras: a necessidade de estudos multidisciplinares. **Revista Unimontes Científica**, v. 8, n. 1, 2006.

FABRINO, N. H; NASCIMENTO, E. P; ARAÚJO, H. C. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 16, núm. 3, dez., 2016, p. 172-190. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1154/115449790013.pdf. Acesso em 12 jun. 2024.

FAXINA, F.; FREITAS, L. B. A.; TREVIZAN, S. D. P. Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem de Sá – Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. e16311, 25 mar. 2021. https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/16311. Acesso em: 29 jun. 2024.

FEITOSA, S. S. *et al.* Flutuação populacional de moscas-das-frutas (*Diptera*: *Tephritidae*) associadas a variedades de manga no município de José de Freitas-Piauí. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal - SP, v. 30, n. 1, p. 112-117, março 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbf/a/5wy8ZnbVxB9pQZrMkT7Cwwm/abstract/?lang=pt. Acesso em: 25 mar. 2026.

FERREIRA, D. L. G.; CORDEIRO, J.; CALAZANS, G. M. O turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e aspectos culturais da Serra dos Alves, Itabira (MG). **Research, Society and Development**, v. 8, n. 1, p. e381507, 1 jan. 2019. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/507. Acesso em 14 jun. 2024.

FERREIRA, D. J. N.; HILLING, C. Juventude Rural e Protagonismo: caminhos para o desenvolvimento local. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar,** Tupã, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 2, p. 200–227, 2018. Disponível em: https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/82. Acesso em: 12 set. 2025.

FONTES, V. R. P. O direito do turismo e as estruturas organizacionais do setor. **R. Fac. Dir.**, Fortaleza, v. 37, n. 1, p. 33-53, jan./jun. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34567/1/2016_art_vrpfontes.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025. **Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020**:

FRANZ, N. M; ANDREOLI, A. V; SILVA, C. L. Gestão participativa, práticas de governança e o desenvolvimento em cidades turísticas de pequeno porte. **Revista de Estudios Urbanos Regionales (EURE)**. v.47, n.141, p.95-115, mai., 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/pdf/eure/v47n141/0717-6236-eure-47-141-0095.pdf. Acesso em 26 mai. 2024.

FUNDAÇÃO CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas. **Perfil dos Municípios.** Teresina: Fundação CEPRO, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDWASSER, M. J. Estudos de comunidade: teoria e/ou método? **Revista de Ciências Sociais,** Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-81, 1974. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4606/1/1974_art_MJGoldwasser.pdf. Acesso em: 04 fev. 2024.

GOIÁS. **Lei nº 21.052, de 15 de julho de 2021**. Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia, GO: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2021. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/104208/pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. de. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 161–179, 2020. DOI: 10.7784/rbtur.v14i1.1736. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1736. Acesso em: 29 mar. 2024.SILVA

HUNZIKER, W., KRAPF, K. **Fundamentos da Teoria Geral do Turismo**. Zurique: Polygraphischer, 1942.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Bacias e Divisões Hidrográficas do Brasil**. [Rio de Janeiro], 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/31653-bacias-e-divisoes-hidrograficas-do-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: 21 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados e Informações Ambientais (BDiA)**: Vegetação. [Rio de Janeiro], [s.d.]. Disponível em: https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/vegetacao. Acesso em: 21 jun. 2025-a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados e Informações Ambientais (BDiA)**: Geomorfologia. [Rio de Janeiro], [s.d.]. Disponível em: https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia. Acesso em: 21 jun. 2025-b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).). **Banco de Dados e Informações Ambientais (BDiA)**: Solos. [Rio de Janeiro], 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/15829-solos.html. Acesso em: 21 jun. 2025.

IRVING, M. de A. Turismo e comunidades tradicionais: uma análise da dimensão socioespacial. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 11-18, jun. 2006. Disponível em: https://periodicos.unirio.br/cadernovirtualturismo/article/view/1749/1649. Acesso em: 14 jun. 2025.

JACOMINE, P. K. T. **Levantamento exploratório-reconhecimento de solos do**

Estado do Piauí. Rio de Janeiro, EMBRAPA-SNLCS/SUDENE-DRN, 1986.

JOSÉ DE FREITAS (Município). Lei nº 1.358, de 04 de julho de 2019. Cria o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de José de Freitas**, José de Freitas, PI, 04 jul. 2019. Disponível em: https://diariooficial.josedefreitas.pi.gov.br/?ano=2020&categoria=todas&titulo=. Acesso em: 20 jun. 2025.

JOSÉ DE FREITAS (Município). Lei nº 1.374, de 17 de julho de 2020. Institui o Fundo Municipal de Turismo de José de Freitas e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de José de Freitas**, José de Freitas, PI, 17 jul. 2020. Disponível em: https://diariooficial.josedefreitas.pi.gov.br/?ano=2020&categoria=todas&titulo=. Acesso em: 20 jun. 2025.

JOSÉ DE FREITAS (Município). Lei nº 1.429, de 20 de julho de 2022a. Dispõe sobre a Política Municipal do Turismo, institui o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de José de Freitas**, José de Freitas, PI, 20 jul. 2022. Disponível em: https://diariooficial.josedefreitas.pi.gov.br/?ano=2020&categoria=todas&titulo=. Acesso em: 20 jun. 2025.

JOSÉ De FREITAS (Município). Lei nº 1.422, de 23 de junho de 2022b. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município de José de Freitas-PI e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de José de Freitas**, José de Freitas, PI, 23 jun. 2022. Disponível em: https://diariooficial.josedefreitas.pi.gov.br/?ano=2020&categoria=todas&titulo=. Acesso em: 20 jun. 2025.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento Local Sustentável**: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 200

LEMOS, Leandro. **Turismo**: que negócio é esse?: Uma análise da economia do turismo. Campinas-SP: Papirus, 1999 (Coleção Turismo)

LENZ,, T. C. Z. **Teoria geral do turismo**. Indaial: Uniasselvi, 2011. 193 p. il.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. de A.; OLIVEIRA, E. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. 2094, 2022. DOI: 10.7784/rbtur.v16.2094. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2094. Acesso em: 5 jun. 2024.

LIMA, I. M. M. F. Geomorphology of Piauí State. *In*: CLAUDINO-SALES, V.; SOBRINHO, J. F. (eds.). Geomorphology of the Northeast Region of Brazil. Cham: **Springer Nature**, 2024. p. 49-79. (The Latin American Studies Book Series). DOI:

https://doi.org/10.1007/978-3-031-58874-7_3.

LIMA, I. M. M. F. **Caracterização Geomorfológica da Bacia Hidrográfica do Rio Poti.** Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de geociências–UFRJ, Rio de Janeiro**,** 1982.

LIMA, I. M. M. F. Hidrografia do Estado do Piauí, disponibilidades e usos. *In:* AQUINO, C. M. S. A.; SANTOS, F. A. **Recursos Hídricos do Estado do Piauí: fundamentos de gestão e estudos de casos em bacias hidrográficas do centro-norte piauiense**. Cap. 3. Teresina: EDUFPI, 2017, p.43-68.

LIMA, M. G.; ASSUNÇÃO, H. F. **Estimativa da temperatura do ar no Piauí**. Teresina: UFPI, 2002. 48p.

LIMA; E. A. M; BRANDÃO, R. L. Geologia. *in.* PFALTZGRAFF, Pedro Augusto dos Santos. **Geodiversidade do estado do Piauí**. Recife: CPRM, 2010. 260 p.

LIMA, M. G.; JÚNIOR, A. S. A. Climas do estado do Piauí e suas relações com a conservação do solo. *In:* **Climas do Piauí: interações com o ambiente**. Teresina: Edufpi, 2020, p. 16-36.

MACIVER, R. M.; PAGE, C. H.; Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. *In*: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 117-131.

MASINA, R. **Introdução ao estudo do turismo**: conceitos básicos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MAKWINDI, N.; NDLOVU, J. Prospects and Challenges of Community-Based Tourism as a Livelihood Diversification Strategy at Sehlabathebe National Park in Lesotho. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. p. 333-348, 2021. Disponível em: https://www.ajhtl.com/uploads/7/1/6/3/7163688/article_22_10_1_333-348.pdf. Acesso em 24 jul. 2024.

MAPBIOMAS. **Conheça os dados do município de José de Freitas** (PI) (2205508). Disponível em: plataforma.brasil.mapbiomas.org/territorio/30775https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/territorio/30775. Acesso em: 16 jun. 2025.

MARTINS, M. R.; FUTEMMA, C. O turismo como um bem comum e o papel da juventude em sua gestão no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 59, 3 jun. 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76646. Acesso em: 14 jun. 2024.

MENDONÇA NETO, M. T. DE; NASCIMENTO, M. A. L. DO. Turismo de Base Comunitária e Gestão Participativa em Áreas Protegidas. **Ateliê do Turismo**, v. 8, n. 1, p. 109-133, 25 jan. 2024. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/19539. Acesso em 14

nov. 2024

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.763 de 06 de janeiro de 2021**. Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária. Belo Horizonte, MG: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2021. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23763/2021. Acesso em: 19 fev. 2025.

NASCIMENTO, F. G. **Turismo de base comunitária como alternativa para o desenvolvimento rural**: a experiência da comunidade de Chã do Jardim, Areia – PB. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 98f. 2020.

NOGUEIRA, D. R. C. **Turismo e Agenda 2030**: sistema de indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para avaliar o turismo local. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

OBERG, L. P. O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro. v.18, n. 2, p. 709-728, mai./ag0., 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v18n2/v18n2a18.pdf. Acesso em: 14 ju. 2024.

ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

OMT- Organização Mundial do Turismo. **Anuário de estatísticas del turismo**, Ed. Madri,vl.1,1992

OVENSY, M; TAYLOR, D.C. Stars in the rearview mirror: The Grand Tour as a guide to the development of space tourism**. International Hospitality Review**. v. 36, n. 2, p. 278-287, 2022. Avaliable in: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IHR-03-2021-0025/full/html. Acesso em: 03 oct. 2024.

OZORIO, R. Z. Turismo de base comunitária e resiliência socioecológica em espaços territoriais protegidos e adjacências: uma revisão de metodologias aplicadas**. Cadernos de Geografia** nº 46, pp. 65-76, 2022. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/cadernosgeografia/article/view/12128/9084. Acesso em: 12 jun. 2024.

PALÁCIOS, M. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. *In*: A. A. Rubin (Org), **Idade mídia**. Salvador: UFBA, 2001.

PARÁ. **Lei nº 9.773, de 27 de dezembro de 2022**. Institui a Política Estadual do Turismo de Base Comunitária no Estado do Pará. Belém, PA: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2022. Disponível em: https://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/alerta-legislativo/LO9773.pdf. Acesso

em: 19 fev. 2025.

PERONI, N. **Ecologia de populações e comunidades** / Nivaldo Peroni e Malva Isabel Medina Hernández – Florianópolis : CCB/EAD/UFSC, 2011.

PIAUÍ. **Lei nº 7.605, de 13 de outubro de 2021**. Institui, no âmbito do Estado do Piauí, a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural e dá outras providências. Disponível em: https://agroecologiaemrede.org.br/wp-content/uploads/2022/12/frm_experiencia-t8-uab-13kph-5fb453c6-7166-40b5-9932-cccebc491f1c-3.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

PIAUÍ. **Lei nº 8.177, de 5 de outubro de 2023**. Institui o Sistema Estadual de Turismo, a Política Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Turismo – CET, as Governanças Regionais de Turismo, o Observatório de Inteligência Turística do Piauí e o Sistema de Incentivo Estadual ao Turismo – SIETUR, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.pi.leg.br/norma/5847#:~:text=Institui%20o%20Sistema%20Estadual%20de,Incentivo%20Estadual%20ao%20Turismo%20-%20SIETUR. Acesso em: 27 jun. 2024.

PINHEIRO, C. R. S.; SOUZA, L. E. S. D. Entre Mangues e Guarás: o Turismo de Base Comunitária na Ilha do Lençóis em Cururupu (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 17, n. 1, 1 fev. 2024. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/15506. Acesso em 29 jun. 2024.

PLACERES, Cláudia Cristina. **Turismo de Base Comunitária no Assentamento Agroecológico de Roça Nova, Aracruz, ES**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/10200. Acesso em: 14 jun. 2025.

PORTO, B. M.; PHILIPPI, D. A.; LEITE, V. A. W.; ARRUDA, D. de O. O planejamento estratégico do turismo em um destino turístico brasileiro: uma análise calcada na ferramenta da matriz SWOT. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação** (EIGEDIN), [S. l.], v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/8670. Acesso em: 02 set. 2025

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico,. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROENÇA, A. R. G. B.; PANOSSO NETTO, A. Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança “Pisasú Sarusawa” (Rio Cuieiras -Amazonas). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. 2408, 24 fev. 2022. Disponível em: https://www.rbtur.org/rbtur/article/view/2408. Acesso em: 26 mai. 2024

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho

decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SALGANIK, M. J.; HECKATHORNS, D. D. S. Sampling and estimation in hidden populations using respondente-driven sampling. **Sociological Methodology**. V.34, n. 1, p. 139-240, dez. 2004. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.0081-1750.2004.00152.x. Acesso em: 03 jul. 2024.

SANTOS, L. C. R. et al. Arranjo Institucional e socioprodutivo, correlações e sustentabilidade: um estudo de caso no município de Salvador, Bahia. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**. v.8, n.3, p. 397-417, set./dez, 2019. Disponível em: https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/3625. Acesso em 14 jun. 2024.

Santos, H. G. dos, et al. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5. ed., rev. e ampl. − Brasília, DF : Embrapa, 2018.

SANTOS, M. S. et al. As comunidades de aves na área do Eco Resort Nazareth, município de José de Freitas, Piauí. In: VII Congresso de Ecologia do Brasil, 2005, Caxambu-MG. **Anais eletrônicos [...**]. Caxambu: SEB, 2005. Disponível em: https://seb-ecologia.org.br/revistas/indexar/anais/viiceb/resumos/799a.pdf. Acesso em: 02 set. 2025

SANTOS, J. et al. Turismo de base comunitária no entorno do Parque de Ibitipoca: um estudo de caso das Vila dos Moreiras. In: LADWIG, N. I.; SUTIL, T. **Planejamento e Gestão Territorial**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2023.

SANTOS, F. N.; MARINHO, L. Turismo, Sustentabilidade, Desenvolvimento Local e a Questão do Turismo Litorâneo. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 67–82, 2016. DOI: 10.17648/raoit.v10n2.4143. Disponível em: https://publicacoes.unigranrio.edu.br/raoit/article/view/4143. Acesso em: 12 set. 2025.

SANTOS, T. C**. Caminhos para o Turismo de base comunitária em Nossa Senhora das Dores, Sergipe.** Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo), Instituto Federal de Sergipe. Aracaju, 162 f. 2023.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 1996. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB). **Litoestratigrafia integrada do Brasil ao Milionésimo**. [Arquivo digital - Shapefile]. 2021. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/22527. Acesso em: 21 jun. 2025.

SILVA, F. P. S.; MATTA, A. E. R.; SÁ, N. C. DE. Turismo de Base Comunitária no

Antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 79-92, ago. 2016. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1149. Acesso em: 28 nov. 2023.

SILVA, M. do A. H. da. **História e memória das primeiras instituições escolares de José de Freitas – PI (1928 a1971),** Editora Livramento, EDUFPI, 2002.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

TAGORE, M. P. B. Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável: a experiência do Prorenda Rural-Pará. *In*: PARÁ. Secretaria Executiva de Agricultura. **Planejando o desenvolvimento local**. Belém: Prorenda Rural-Pará, 2002.

TELES, B. A. W.; OLIVEIRA, C. T. F.; WEBERING, S. I. Diálogos Entre Turismo e Economia Solidária nas Instituições de Ensino Superior Públicas Fluminenses. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 17, n. 3, dezembro/2023. Disponível em: https://submissao.semead.com.br/25semead/anais/arquivos/1186.pdf?. Acesso em: 29 jun. 2024.

TEIXEIRA, F. R; VIEIRA, F. D; MAYR, L. R. Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de Clusters. **Rev.Tur., Visão e Ação**, v21, n2, p. 02-21, Mai./Ago. 2019. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/14533. Acesso em: 14 jun. 2014.bra

TOCANTINS. **Lei nº 4.134, de 12 de janeiro de 2023**. Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária. Palmas, TO: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, 2023. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_4134-2023_61903.PDF. Acesso em: 19 fev. 2025.

TOWNER, J.; WALL, G. History and tourism. **Annals os Tourism Research**. v. 18, p. 71-84, 1991. Avaliable in: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/016073839190040I. Access on: 03 oct. 2024.

TROPPMAIR, H. – **Biogeografia e meio ambiente**, 7ª ed., Rio Claro, Ed. do autor, 2006, 206 p.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY (USGS). **Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) 1 Arc-Second Global**. [S. l.], 2014. Disponível em: https://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: 21 jun. 2025.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977.

Acesso em: 23 jun. 2024.

WENG, J. T.; ALIM, M. A.; BUN, T. H. Community based tourism re-visit intention: tourists' perspective. **International Journal of Business and Society**, v. 20, n. 2, p.585-604, 2019. Disponívelem:https://www.researchgate.net/publication/334413614_COMMUNITY_BASED_TOURISM_RE-VISIT_INTENTION_TOURISTS%27_PERSPECTIVE. Acesso em: 23 jul. 2024.

ZANETONI, J. P. F. et al. Turismo de Base Comunitária (TBC) como fonte de renda para Assentamentos da Agricultura Familiar. **Economia & Região**, v. 10, n. 3, p. 103–120, 7 abr. 2022. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/45182. Acesso em 29 jun. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTILHA APRESENTADA COMO PRODUTO DA PESQUISA DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ANÁLISE DE MAPEAMENTO ESPACIAL

INSTITUTO FEDERAL
Piauí

MAPEPROF
Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

José de Freitas trilhando o caminho para o desenvolvimento local sustentável

Teresina, PI
2026

INSTITUTO FEDERAL
Piauí

MAPEPROF
Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial

Arijane-Adne Santiago Alves
Glairton Cardoso Rocha

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

José de Freitas trilhando o caminho para o desenvolvimento local sustentável

Teresina, PI
2026

FICHA TÉCNICA

Elaboração
Tcng. Arijane-Adne Santiago Alves
Prof. Dr. Glairton Cardoso Rocha

Cartilha apresentada como produto para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial – MAPEPROF

Design Gráfico
André Barros

AGRADECIMENTOS

Ao IFPI

Ao MAPEPROF

À SEMAT

Ao Prof. Santos (IFPI)

ÍNDICE

Apresentação 6

Conhecendo José de Freitas 7

O que é Turismo de Base Comunitária (TBC)? 11

O TBC como ferramenta para o Desenvolvimento Local Sustentável 13

Mão na Massa: guia prático para planejar o TBC 16

Recursos e Parcerias: A Caixa de Ferramentas do TBC 20

Um Último Recado 23

Referências 24

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha foi preparada durante as pesquisas no Programa de Mestrado Profissional em Mapeamento e Análise Espacial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), sobre o Turismo de Base Comunitária como ferramenta para o desenvolvimento local sustentável em José de Freitas – PI. Ela foi escrita para você, freitense, unindo estudos científicos com a riqueza das vivências e experiências compartilhadas por cada comunidade.

Nosso objetivo é apoiar quem já recebe ou deseja receber visitantes de forma única e organizada, oferecendo orientações práticas para fortalecer o Turismo de Base Comunitária (TBC), um modelo de turismo que coloca a comunidade no controle, valorizando a cultura, protegendo o meio ambiente, e garantindo que os benefícios reais fiquem com quem vive e trabalha no território.

Acreditamos que, quando planejamos o turismo de forma coletiva e consciente, conseguimos preservar nossos costumes, gerar renda e fortalecer nossa identidade. Por isso, esse material foi pensado para ser um guia útil e simples, ajudando as comunidades a se organizarem com autonomia e participação de todos.

Desejamos que essa cartilha ajude a construir um turismo mais justo, solidário e sustentável para o povo freitense, valorizando sempre o encontro enrte o conhecimento e a prática local.

Boa leitura e boa caminhada!

7

Conhecendo José de Freitas: riquezas históricas e naturais

O município de José de Freitas, localizado na região Norte do estado do Piauí, a cerca de 48 km de Teresina, é um território repleto de riquezas naturais, culturais e históricas, muitas das quais ainda pouco conhecidas ou exploradas pelo turismo tradicional. Essas riquezas, quando valorizadas de forma coletiva, consciente e participativa, se transformam em um forte alicerce para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC).

Barragem do Bezerro

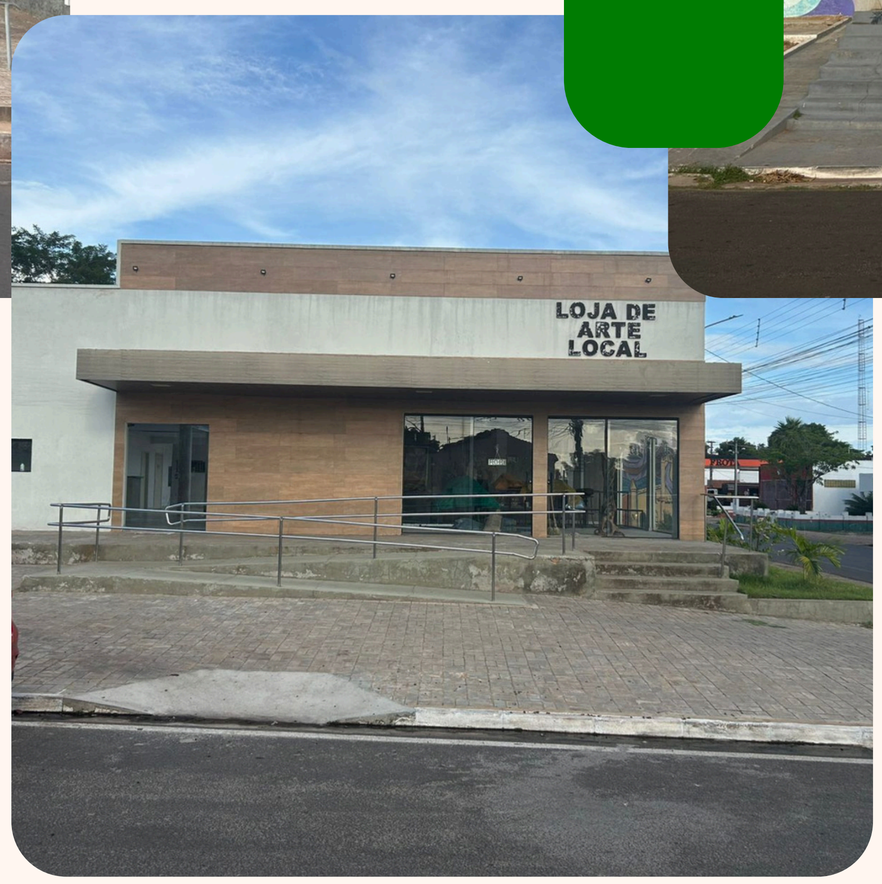
Festejos de Nossa Senhora do Livramento, dezembro de 2026.

Entre os principais atrativos naturais do município destaca-se a Barragem do Bezerro, uma das maiores do estado, que oferece belas paisagens, práticas de lazer, pesca artesanal e opções de convivência com a natureza. Os festejos de Nossa Senhora do Livramento já fazem parte do calendário religioso da região e atrai milhares de fieis até a praça central em um evento de fé e tradição.

Mas não fica só nisso! Em José de Freitas você pode conhecer o Morro do Fidié, com suas escadarias e obras de arte, a loja local de Artesanato que abriga a produção de diversos artesãos locais, o Teatro Municipal, além de uma arquitetura histórica riquíssima.

Morro do Fidié

Teatro Municipal Barítono Raimundo Pereira



Loja de Arte Local

Mas existe um potencial em José de Freitas que poucos conhecem e ele está nas comunidades locais, no meio rural, entre matas e rios. Aqui temos, fazendas históricas, hotéis ecológicos, cachoeiras, rios, nascentes e até cavernas que abrigam formações naturais chamadas de estalactites e estalagmites.

Vamos conhecer um pouco dessa riqueza!

José de Freitas possui diversas comunidades com locais turísticos com grande potencial para o Turismo de Base Comunitária, tanto em locais públicos quanto em propriedades privadas, não só na cidade como no interior. Vamos conhecer algumas delas

Fazenda Ininga

Construída em 1823 no período do Brasil Imperial, este antigo casarão abriga um riquíssimo acervo histórico escravocrata, como mobílias, documentos, utensílios domésticos e ferramentas de trabalho. É um verdadeiro museu onde se pode revisitar o passado.

Parte do acervo do Casarão da Fazenda Ininga

Casarão do São Domingos

Vista externa do Casarão do São Domingos

O casarão do Assentamento São Domingos foi construído no século XVIII e pertenceu à família Castelo Branco. Apesar de estar abandonado e de não possuir mais seu acervo original, o local ainda encanta por sua história e beleza.

Comunidade Deus da Vida

Exemplo prático de TBC, a Comunidade Deus da Vida se consolidou como local turístico em José de Freitas, oferecendo lazer, culinária, artesanato, cultura e tradição. Possui chalés de hospedagem e toda a sua estrutura é feita com recursos naturais presentes na própria localidade.

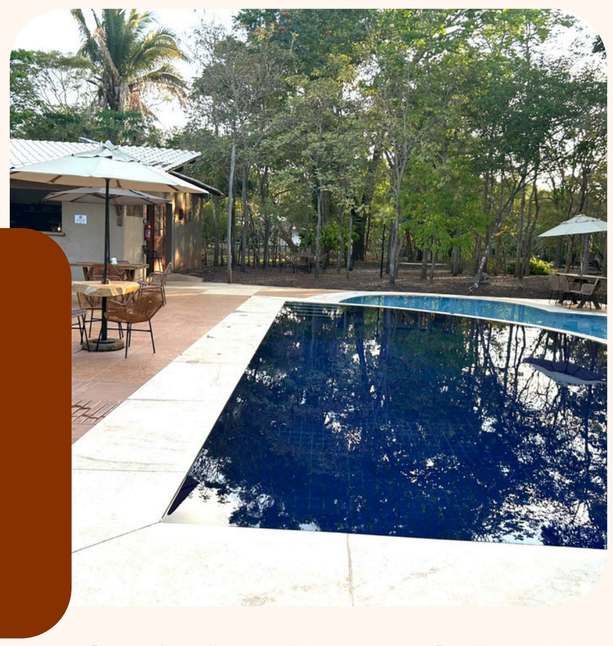
Chalés de hospedagem na Comunidade Deus da Vida

Barragem do Bezerro

É o local turístico mais conhecido da cidade, foi inaugurada em 1993 e desde então oferece lazer e diversão para visitantes de todos os lugares. Possui 43 quiosques que servem bebidas e alimentação, além de práticas esportivas.

Barracas ao lado do sangradouro, Barragem do Bezerro

Nazareth Eco Hotel



Inaugurado em dezembro de 2020, onde antes era uma fazenda da família Freitas, hoje abriga um hotel ecológico com foco na observação de pássaros e passeios sustentáveis. Além da hospedágem e alimentação, os visitantes tem acesso ao píer, 3 lagos, cachoeira, meliponário, pomar e diversas outros atrativos turísticos.

Área da piscina, Nazareth Eco Hotel

Canto da Sentinela

A comunidade Canto da Sentinela abriga um segredo conhecido por poucos: cavernas e cânions de beleza incomparável. Com paredões rochosos e cachoeiras em meio à mata preservada, é uma ótima opção para quem gosta de aventura e contato com a natureza.

Caverna na comunidade Canto da Setinela

O que é Turismo de Base Comunitária (TBC)?

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é um jeito de receber visitantes onde a própria comunidade assume o papel principal, decidindo como organizar e cuidar das atividades turísticas[1]. Diferente do turismo comum, que geralmente é feito por empresas de fora interessadas apenas no lucro, o TBC foca no desenvolvimento local de forma correta e duradoura. Dessa forma, o objetivo é proteger a natureza, dar valor à cultura e garantir que os ganhos e benefícios fiquem diretamente com quem mora e trabalha no território [2].

Conceitos e princípios do TBC

O TBC é guiado por princípios éticos e sociais, entre os quais se destacam:

- **Protagonismo comunitário:** a comunidade decide como o turismo será desenvolvido, o que será ofertado e como os visitantes serão recebidos[2];
- **Coletividade:** os lucros e benefícios são divididos entre os moradores, fortalecendo a economia local[3];
- **Valorização cultural:** saberes, tradições, culinária, artesanato e festas populares são respeitados e integrados à experiência turística[4];
- **Sustentabilidade ambiental:** as atividades turísticas são planejadas de modo a conservar os recursos naturais para as gerações futuras[5];
- **trocas justas:** promove-se o encontro respeitoso entre visitantes e comunidades, com trocas culturais enriquecedoras para ambos.[6]

Exemplos práticos de TBC

- **Hospedagem familiar:** em vez de hotéis, os visitantes se hospedam nas casas de moradores, com quem compartilham refeições, histórias e costumes ou em pequenas pousadas e acampamentos (camping).
- **Oficinas culturais e saberes locais:** turistas participam de atividades como oficinas de artesanato, produção de farinha, tecelagem ou culinária tradicional, valorizando os conhecimentos da comunidade.
- **Trilhas ecológicas conduzidas por moradores:** guias locais conduzem caminhadas por trilhas naturais, contando a história da região, das plantas medicinais, das lendas e da relação da comunidade com a terra.
- **Festas e celebrações tradicionais:** visitantes são convidados a participar de eventos comunitários, como festejos religiosos, rodas de capoeira ou danças típicas, vivenciando de forma respeitosa a cultura local.

Como o TBC pode beneficiar a comunidade

- Geração de renda local com menor impacto ambiental[3]
- Fortalecimento da autoestima e da identidade cultural[4]
- Criação de oportunidades de trabalho, especialmente para mulheres e jovens[7]
- Incentivo à conservação do patrimônio natural e histórico[4]
- Autonomia das comunidades, que passam a ter maior controle sobre seu território e suas decisões[1]

O TBC como ferramenta para o Desenvolvimento Local Sustentável

O Desenvolvimento Local Sustentável é um jeito de trazer crescimento a uma cidade ou território, cuidando, ao mesmo tempo, do dinheiro, das pessoas e da natureza. O objetivo é garantir que o progresso seja equilibrado, dure por muitos anos e, principalmente, conte com a participação de todos nas decisões.[10 11] É um processo que dá força para a população local usando o que ela tem de melhor como os talentos, cultura e belezas naturais, sempre respeitando o meio ambiente para melhorar, de verdade, a vida de trabalha e vive no território.[9]

Princípios do Desenvolvimento Local Sustentável

Participação comunitária: as decisões devem ser tomadas com o envolvimento direto das pessoas que vivem no território.[9]

Valorização da identidade local: tradições, saberes, cultura e modos de vida são respeitados e incentivados.[9]

Sustentabilidade ambiental: uso inteligente dos recursos naturais, com foco na conservação e no equilíbrio ecológico.[9]

Inclusão social e igualdade: busca por justiça social, distribuição de oportunidades e redução das desigualdades.[11]

Economia solidária e diversificada: incentivo à geração de renda por meio de atividades econômicas integradas à realidade local.[11]

14

A relação entre o Desenvolvimento Local Sustentável e o Turismo de Base Comunitária

O Turismo de Base Comunitária é uma estratégia que está ligada diretamente ao desenvolvimento local sustentável, pois coloca a comunidade como protagonista do processo turístico, promovendo impactos positivos de três formas importantes:[9, 10, 11]

Dimensão Econômica

O TBC gera renda para a própria comunidade, por meio da hospedagem familiar, da venda de artesanato (como na loja de artesanato da Comunidade Deus da Vida), alimentação típica, passeios com guias e outros serviços locais.

Loja de artesanato da Comunidade Deus da Vida

Quitanda comunitária da Comunidade Deus da Vida

Os lucros são divididos de forma coletiva, contribuindo para o fortalecimento da economia local, diminuindo a necessidade de depender de grandes empresas que vem de fora.

Estimula a comunidade a trabalhar unida e a formar seus próprios pequenos negócios , garantindo que fiquem onde vivem, sem precisar buscar trabalho em outros lugares.

produção artesanal da Comunidade Deus da Vida

Dimensão Social

- Valoriza o saber tradicional, a cultura, a memória e o modo de vida das comunidades.

- Fortalece a autoestima e o pertencimento, ao reconhecer o papel das pessoas locais como anfitriãs e guardiãs do patrimônio, ou seja, responsáveis por cuidar da história e dos bons do local.

- Incentiva a organização comunitária, a cooperação entre moradores e a formação de redes de apoio.

- Gera oportunidades de trabalho, principalmente para jovens, mulheres e povos tradicionais.

Dimensão Ambiental

O turismo comunitário é baseado no uso sustentável dos recursos naturais, respeitando os limites do meio ambiente.

Estimula práticas de educação ambiental, reflorestamento, proteção de nascentes e rios, cuidado com as florestas e animais.

Se preocupa com os danos que o turismo pode causar na natureza, como a poluição do solo, das a´guas e a devastação da natureza.

16

Mão na Massa: guia prático para planejar o TBC

Organizar uma atividade de turismo de base comunitária pode parecer um grande desafio, mas é um caminho possível e que pode gerar renda, valorizar a cultura local e preservar o meio ambiente. Mas é preciso planejamento, união e compromisso de todos. A seguir, apresentamos um passo a passo simples e prático para tirar essa ideia do papel.

Converse com a comunidade

Comece ouvindo as pessoas. Reúna moradores, lideranças, jovens, artesãos, agricultores, grupos culturais e demais interessados. Explique o que é o TBC e escute as ideias, sonhos e preocupações de cada um sobre receber visitantes.

Dica: Formar e registrar uma Associação é o caminho ideal para desenvolver uma atividade de TBC com responsabilidade e compromisso, além de faciliar no momento de buscar parcerias e financiamento. Mas para isso é necessário formar uma diretoria, elaborar o estatuto social e o regimento interno, realizar reuniões periódicas e registrar formalmente a Associação. Para mais informações, procure o Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica de sua cidade

Identifique os potenciais turísticos locais

Observe o que o território tem de especial. Podem ser:

· Belezas naturais (rios, serras, lagoas, trilhas);
· Cultura viva (danças, festas, lendas, religião, música);
· Saberes tradicionais (artesanato, culinária, agricultura, medicina natural);
· História local (patrimônio, personagens históricos, arquitetura).

Dica: Faça um inventário com fotos, anotações e relatos sobre o que pode interessar aos visitantes.

Faça um diagnóstico da sua comunidade

Uma ótima ferramenta para planejar o turismo de base comunitária e tirar essa ideia do papel é um estudo conhecido como FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Atraves dessa investigação, é possível conhecer os pontos fortes e fracos de cada comunidade, além das oportunidades e ameaças que podem surgir durante o percurso.[12, 13]

Anote quais são os pontos forte e fracos da sua comunidade e quais seriam as possíveis oportunidades de crescimento e ameaças que podem prejudicar o tusimo na comunidade. Veja abaixo o exemplo de FOFA que preparamos para o TBC em José de Freitas:

CATEGORIA	VARIÁVEIS INTERNAS (Controláveis)	VARIÁVEIS EXTERNAS (Não controláveis)
PONTOS POSITIVOS	**FORÇAS**	**OPORTUNIDADES**
	• **Patrimônio e Cultura:** Riqueza histórica (casarões), culinária marcante e festas consolidadas (Zé Pereira/Festas Juninas) • **Ativos Naturais:** Alta biodiversidade e belezas naturais preservadas • **Apoio e Logística:** Hospitalidade do povo, proximidade com a capital e presença do IFPI e SEMAT.	• **Novos Mercados:** Potencial para turismo de aventura, ecológico e cultural. • **Desenvolvimento Econômico:** Geração de renda direta para moradores e setor hoteleiro. • **Visibilidade:** Fluxo de pessoas pela PI-113 e participação em feiras de turismo.
PONTOS NEGATIVOS	**FRAQUEZAS**	**AMEAÇAS**
	• **Infraestrutura Crítica:** Estradas precárias, falta de sinalização, iluminação e saneamento básico nos locais turísticos. • **Gestão e Marketing:** Falta de roteiros organizados, baixa divulgação e carência de qualificação profissional. •**Patrimônio em Risco:** Depredação de locais históricos e atrativos em terras privadas.	• **Riscos Ambientais:** Desmatamento, queimadas e baixa consciência ecológica de visitantes. •**Obstáculos Político-Financeiros:** Escassez de verbas públicas, falta de planejamento e dificuldade em captar recursos. • **Fator Social:** Individualismo nas comunidades e baixa valorização dos próprios atrativos pelos moradores.

Matriz de FOFA elaborada a partir da pesquisa de campo nas comunidades de José de Freitas PI. Elaboração própria, 2025.

Forme um grupo de trabalho

Monte um grupo responsável por planejar e acompanhar os próximos passos. É importante que as pessoas que formem o grupo sejam partcipativas e que todo passo dado seja comunicado à comunidade.

Dica: Distribua tarefas e responsabilidades para que todos se sintam parte do projeto.

Defina o que será oferecido aos visitantes

Pense: o que a comunidade pode e quer oferecer?
· Hospedagem familiar?
· Alimentação típica?
· Oficinas de artesanato, agricultura ou culinária?
· Rodas de conversa, trilhas guiadas ou apresentações culturais?

Dica: Comece com o que a comunidade já faz bem!
O visitante quer viver experiências únicas e marcantes.

Planeje com responsabilidade

Organize tudo com cuidado:
· Quem vai receber os visitantes?
· Quais os dias e horários das atividades?
· Qual será o valor cobrado?
· Como será feita a limpeza, segurança e recepção?

Dica: Coloque tudo no papel! Elabore um plano simples, com cronograma e metas. Registrar ajuda a manter o foco.

Capacite a comunidade

Busque apoio para treinamentos e oficinas nas áreas de:

· Atendimento ao visitante
· Higiene e manipulação de alimentos
· Gestão coletiva
· Educação ambiental
· Comunicação e mídias sociais

Dica: Parcerias com universidades, Instituto Federal, ONGs e órgãos públicos podem ajudar com formações gratuitas.

Divulgue a iniciativa

Com o grupo unido e as atividades organizadas, é hora de contar para o mundo:

· Use redes sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp);
· Faça cartazes e panfletos;
· Participe de feiras, eventos e redes de turismo local.

Dica: Fotos bonitas e relatos reais dos visitantes ajudam a atrair mais pessoas.

Receba com carinho e avalie sempre

O acolhimento é o coração do TBC. Receba os visitantes com respeito, simplicidade e afeto. Depois das visitas, avaliem juntos o que deu certo e o que pode melhorar.

Dica: Mantenha o foco nos princípios do TBC — participação, respeito e sustentabilidade.

LEMBRE-SE

O TBC é um caminho coletivo. Cresce com o tempo, com os aprendizados, com os erros e os acertos. O mais importante é que seja feito com o povo, para o povo, respeitando o jeito de ser da comunidade e cuidando do território.

Recursos e Parcerias: A Caixa de Ferramentas do TBC

iniciar do zero ou fortalecer uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária exige união, organização e também apoio técnico e financeiro. Felizmente, existem diversas instituições públicas, privadas e ONGs que oferecem editais, capacitações, consultorias e parcerias voltadas ao desenvolvimento local sustentável.

A seguir, apresentamos dicas e exemplos de onde buscar esse apoio:

Ministério do Turismo (MTur)

· Oferece linhas de financiamento e apoio técnico para iniciativas de turismo sustentável.
· Projetos como o “Experiências do Brasil Rural” e o “Experiências do Brasil Original” podem ajudar a desenvolver o TBC.
· Site: **www.gov.br/mtur**

MINISTÉRIO DO **TURISMO**

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

· Realiza capacitações, consultorias e apoio à formalização de pequenos negócios comunitários.
· Possui ações específicas para turismo rural e de base comunitária.
Site: **www.sebrae.com.br**

SEBRAE

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

· Apoia comunidades rurais com foco na agricultura familiar e no turismo rural comunitário.
· Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pode viabilizar acesso a crédito rural para infraestrutura e serviços.

IFPI e Universidades Públicas

· Instituições como o Instituto Federal do Piauí (IFPI), a UFPI e outras universidades da região oferecem projetos de extensão, estágios, assessorias técnicas e apoio científico.
· Essas parcerias são importantes para capacitação, mapeamento do potencial turístico e elaboração de projetos.

INSTITUTO FEDERAL
Piauí

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

· A unidade do SENAC em José de Freitas pode ser uma forte aliada das comunidades, oferecendo cursos e capacitações necessárias ao desenvolvimento e fortalecimento do TBC;
· Confira a disponibilidade de cursos e capacitações gratuitas ou pagas.
Site: **https://www.pi.senac.br/**

Senac

Parcerias locais em José de Freitas

· A Prefeitura Municipal de José de Freitas, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) pode ser uma forte aliada das comunidades nesse processo, pois com o desenvolvimento do turismo local, todos se beneficiam e o município ganha destaque!

DICAS FINAIS PARA ACESSAR APOIO:

· Organize a comunidade e formalize o grupo (associação, cooperativa ou coletivo informal);

·Elabore um pequeno projeto ou plano de ação com objetivos claros e realistas;

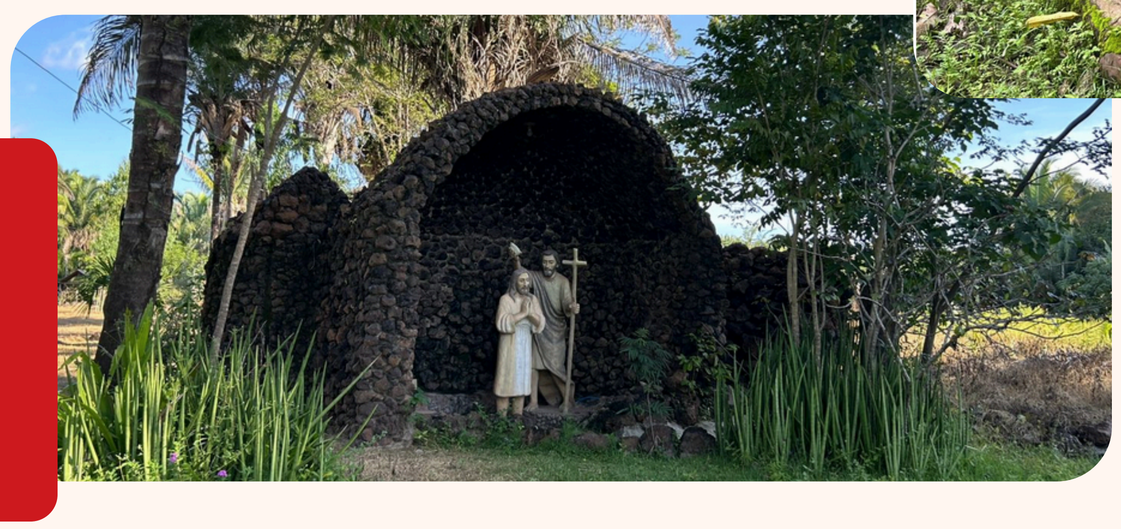
·Busque ajuda de instituições de ensino para escrever projetos;

·Fique atento(a) a editais abertos, chamadas públicas e programas sociais;

·Participe de eventos, feiras e encontros de turismo comunitário para divulgar sua iniciativa.

O fortalecimento do TBC depende da articulação entre a força da comunidade e o apoio institucional disponível. Com planejamento, parceria e persistência, é possível transformar o potencial turístico local em uma fonte de renda, inclusão e valorização do território.

Aspectos culturais, religiosos e naturais que podem ser valorizados no Turismo de Base Comunitária em José de Freitas. À Esquerda, escultura do pescador em lago artificial na Comunidade Deus da Vida; abaixo, poço rústico, construído por escravos no São Domingos; e abaixo, à esquerda, imagens religiosas na Comunidade Deus da Vida.



UM ÚLTIMO RECADO

Ao longo desta cartilha, buscamos apresentar os fundamentos, caminhos e possibilidades do Turismo de Base Comunitária como uma ferramenta para o fortalecimento do desenvolvimento local sustentável em José de Freitas – PI. Reunimos informações e orientações práticas que visam apoiar as comunidades locais na construção de experiências turísticas que valorizem o território, a cultura e o modo de vida das pessoas.

Mostramos que José de Freitas possui riquezas naturais e históricas, tradições populares e saberes tradicionais que podem ser transformados em produtos turísticos sustentáveis e inclusivos, gerando renda e oportunidades sem abrir mão da preservação e da identidade local. Principamente, apresentamos um passo a passo prático, com dicas sobre como mobilizar a comunidade e organizar as atividades que serão oferecidas aos visitantes.

Com isso, reafirmamos que o Turismo de Base Comunitária é mais do que uma atividade econômica, é uma forma de resistência e valorização da vida comunitária. É uma oportunidade de olhar para o lugar onde se vive com orgulho e perceber que a beleza, a história, os saberes e os afetos que ali existem são também patrimônio coletivo que merece ser partilhado com o mundo, sempre com respeito, reciprocidade e consciência.

Que esta cartilha sirva como sementinha de inspiração, apoio e incentivo para que mais comunidades em José de Freitas possam florescer através do turismo, promovendo um desenvolvimento justo, solidário e sustentável, feito por quem vive no território e para quem ama o território.

REFERÊNCIAS

[1]FABRINO, N. H; NASCIMENTO, E. P; ARAÚJO, H. C. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. Caderno Virtual de Turismo, vol. 16, núm. 3, dez., 2016, p. 172-190. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1154/115449790013.pdf. Acesso em 12 jun. 2024.

[2]MENDONÇA NETO, M. T. DE; NASCIMENTO, M. A. L. DO. Turismo de Base Comunitária e Gestão Participativa em Áreas Protegidas. Ateliê do Turismo, v. 8, n. 1, p. 109-133, 25 jan. 2024. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/19539. Acesso em 14 nov. 2024.

[3]FERREIRA, D. L. G.; CORDEIRO, J.; CALAZANS, G. M. O turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e aspectos culturais da Serra dos Alves, Itabira (MG). Research, Society and Development, v. 8, n. 1, p. e381507, 1 jan. 2019. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/507. Acesso em 14 jun. 2024.

[4]BUDEL, L.; SEVERINI, V. F.; REJOWSKI, M. Dimensões da Hospitalidade no Turismo de Base Comunitária: simbologias, ritos e artefatos na casa de farinha em Mangabeira. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 17, p. 2497, 16 jan. 2023. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2497. Acesso em: 26 mai. 2024.

[5] OZORIO, R. Z. Turismo de base comunitária e resiliência socioecológica em espaços territoriais protegidos e adjacências: uma revisão de metodologias aplicadas. Cadernos de Geografia nº 46, pp. 65-76, 2022. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/cadernosgeografia/article/view/12128/9084. Acesso em: 12 jun. 2024.

[6]CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. D. R. D. A relação entre atores e seus impactos: o caso do turismo em comunidades indígenas brasileiras. Caderno Virtual de Turismo, v. 18, n. 2, 20 nov. 2018. Disponível em:http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1235. Acesso em 29 jun. 2024.

7 CARDOSO, T. S.; BOMFIM, N. R. Turismo de base comunitária quilombola na Bahia (Brasil): Uma práxis educativa decolonial e transmoderna. Turismo e Sociedade, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 201–219, 2022. DOI: 10.5380/ts.v15i2.86476. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/86476. Acesso em: 28 nov. 2023.

8 BURGOS, A.; MERTENS, F. As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. Tourism & Management Studies, vol. 12, núm. 2, 2016, pp. 18-27. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305771107_As_redes_de_colaboracao_no_turismo_de_base_comunitaria_implicacoes_para_a_gestao_participativa. Acesso em: 28 nov. 2023.

9 ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. Revista de Turismo Contemporâneo, [S. l.], v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.21680/2357-8211.2023v11n1ID29163. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/29163. Acesso em: 7 jul. 2024.

10 BUARQUE, S.C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

11 KRONEMBERGER, Denise. Desenvolvimento Local Sustentável: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2011.

12 DANTAS, N. G. S.; MELO, R. S. O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabiana/PB. Caderno Virtual de Turismo, v.8, n.1, 2008. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/272. Acesso em: 02 set. 2025.

13 PORTO, B. M.; PHILIPPI, D. A.; LEITE, V. A. W.; ARRUDA, D. de O. O planejamento estratégico do turismo em um destino turístico brasileiro: uma análise calcada na ferramenta da matriz SWOT. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), [S. l.], v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/8670. Acesso em: 02 set. 2025.

APÊNDICE B – ARTIGO: DESENHO TEÓRICO SOBRE AS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Revista de Geografia (Recife) V. 41, Nº. 5, 2024

https://doi.org/10.51359/2238-6211.2024.264991

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

PKS PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT

REVISTA DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS OPEN JOURNAL SYSTEMS

https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia

Desenho teórico sobre as iniciativas de turismo de base comunitária em comunidades tradicionais no território brasileiro

Arijane-Adne Santiago Alves[1] - Orcid: https://orcid.org/0009-0004-4585-367X
Glairton Cardoso Rocha[2] - Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1706-7338

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Teresina-Piauí, Brasil *
[2] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Teresina-Piauí, Brasil **

Artigo recebido em 23/11/2024 e aceito em 28/11/2024

RESUMO

Este artigo teve como objetivo discutir, à luz da literatura científica, as características do Turismo de Base Comunitária e de que forma elas contribuem para a dinâmica de comunidades tradicionais, dentro de um contexto nacional. Trata-se de uma análise bibliográfica elaborada a partir de publicações indexadas nas principais plataformas científicas como SciELO e Google Acadêmico, cuja busca ocorreu entre maio e junho de 2024. Os achados da pesquisa foram categorizados, apresentados e discutidos em três categorias, que se apresentam nos quatro tópicos de discussão que formam o desenvolvimento deste artigo: Formas de organização do TBC em comunidades Tradicionais; Impactos socioculturais do TBC em comunidades tradicionais; Relações entre visitantes e comunidades receptoras; e principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento do TBC em comunidades tradicionais. A pesquisa possibilitou concluir que, apesar de grandes desafios que as comunidades tradicionais enfrentam para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, este tem se mostrado como uma estratégia viável para essas comunidades, possibilitando geração de renda, protagonismo de atores locais, manutenção dos modos de vida peculiares de cada povo e equilíbrio ambiental.

Palavras-chave: comunidades tradicionais; desenvolvimento sustentável; impactos socioculturais; turismo de base comunitária

* Aluna do Programa de Mestrado em Análise e Planejamento Espacial (IFPI). Email: aneadne@gmail.com
** Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Email: glairtongeo@ifpi.edu.br

Theoretical design on community-based tourism initiatives in traditional communities in brazil

ABSTRACT
This article aims to discuss, in the ligth of scientific literature, the characteristics of community-based tourism and how they contribute to the dynamics of traditional communities, within a national contexto. This is a bibliographic analysis prepared from publications indexed in the main scientific platforms such as SciELO and Google Scholar, whose search took place between May and June, 2024. The research findings were categorized, presented and discussed in four categories, which are presented in the four discussions topics that form the development of this article: forms of organization of CBT in traditional communities; sociocultural impacts in traditional communities; relations between visitors and host communities; and main challanges and opportunities for the development of CBT in traditional ccommunities. The research made it possible to conclude that, despite the gret challanges that traditional communities face in developing community-based tourism, it have proven to be a viable strategy for these communities, enabling income generations, protagonism for local players, maintenance of the unique ways of life of each people and environmental balance.

Keywords: traditional communities; sustainable development; sociocultural impacts; community-based tourism.

Diseño teórico sobre iniciativas de turismo comunitário em comunidades tradicionales del territorio brasileño

RESUMEN
Este artícilo tuvo como objetivo discutir, a la luz de la literatura científica, las características del turismo de base comunitária y como contribuyen a la dinâmica de las comunidades tradicionales, dentro de um contexto nacional. Se trata de um análisis bibliográfico elaborado a partir de publicaciones indexadas em las principales plataformas científicas como SciELO y Google Scolar, cuya búsqueda se realizo entre mayo y junio de 2024. Los resultados de la investigacíon se classificaron, presentaron y discutieron em tres categorias, los cuales se presentan em los cuatro temas de discusíon que forman el desarrollo de este artículo: formas de organización de TBC em comunidades tradicionales; impactos socioculturales de la TBC em las comunidades tradicionales; relaciones entre visitantes y e comunidades anfitrionas; e principales desafios y oportunidades para el desarrollo del TBC em comunidades tradicionales. La investigacíon permitió concluir aque, a pesar de los grandes desafios que enfrentan las comunidades tradcionales em el desarrollo del turismo comunitário, esta há demonstrado ser uma estratégia viable para estas comunidades, ya que permite la generacíon de ingresos, protagonismo de los actores locales, mantenimiento de las formas de vida peculiares de cada pueblo y equilíbrio ambiental.

Palabras clave: comunidades tradicionales; desarrollo sostenible; impactos socioculturales; turismo comunitario.

INTRODUÇÃO

O turismo de base comunitária (TBC) é manifestado por pequenas empresas e organizações familiares que ofertam produtos e serviços turísticos com base nos recursos e práticas locais (Aguilar; Reis, 2020). Diferente do turismo de massa, o TBC apresenta a população local como protagonista do planejamento, execução e controle das atividades turísticas.

Além disso, o TBC é uma ferramenta importante para enfatizar o valor do patrimônio ambiental local, devido sua capacidade de promover o conhecimento de práticas das comunidades tradicionais a respeito do espaço que em habitam e por possuírem uma relação identitária com a natureza (Almeida; Emmendoefer, 2023).

Tais características do TBC são bastante vantajosas para os povos e comunidades tradicionais que, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPTC (Brasil, 2007) consiste em grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuindo formas próprias de organização que transmitem pela tradição os seus conhecimentos, inovações e práticas gerados. Esses grupos se organizam de formas distintas, ocupam e usam territórios e recursos naturais para manter sua cultura, tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, economia e ancestralidade (Oliveira; Sauer, 2021).

Por essas características, turistas vêm procurando cada vez mais destinos que lhes proporcionem contato com diferentes culturas, buscando vivências em elementos representativos das comunidades como danças, gastronomia, arquitetura, religiosidade, artesanato, musicalidade, dentre outros (Brasil, 2010). Assim, os povos e comunidades tradicionais apresentam-se como um atrativo significativo para os turistas, especialmente para aqueles que veem na apreciação do modo de vida do outro, um diferencial em relação às suas vivências habituais.

Neste sentido, as comunidades tradicionais passaram a vislumbrar no turismo uma fonte de recursos para sua sobrevivência, sendo o TBC uma das formas de se alcançar esse objetivo através de suas premissas, pois trata-se de um modelo de gestão que lhes garante o protagonismo das atividades turísticas. Além disso, o TBC preza pela preservação do meio ambiente e pela manutenção da cultura e modo de vida de uma comunidade, propiciando vivências reais de cada uma delas. Tais características do TBC o tornam uma prática que se enquadra com maestria no contexto do turismo em comunidades tradicionais.

A partir desse contexto, este trabalho traz o seguinte questionamento: como se desenham as iniciativas de Turismo de Base Comunitária em grupos tradicionais no território brasileiro? Diante desta pergunta norteadora, o objetivo desta pesquisa é discutir, à luz da literatura científica, as características do

TBC e de que forma elas contribuem para a dinâmica de comunidades tradicionais, dentro de um contexto nacional.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória qualitativa por meio de uma revisão da literatura que trata sobre o tema, cuja busca ocorreu em plataformas digitais como SciELO e Google Acadêmico, nos meses de maio e junho de 2024. A leitura de títulos e resumos resultou em uma amostra final de 20 artigos que são abordados neste trabalho. Os achados da pesquisa foram categorizados, apresentados e discutidos em três categorias, que se apresentam nos quatro tópicos de discussão que formam o desenvolvimento deste artigo: Formas de organização do TBC em comunidades Tradicionais; Impactos socioculturais do TBC em comunidades tradicionais; Relações entre visitantes e comunidades receptoras; e principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento do TBC em comunidades tradicionais.

METODOLOGIA

O presente trabalho parte de uma abordagem metodológica qualitativa, caracterizada como exploratória quanto ao ponto de vista de seus objetivos. Com relação aos procedimentos, é bibliográfica, tratando-se de uma revisão integrativa da literatura existente (Prodanov; Freitas, 2013). Um levantamento bibliográfico que busca avançar no conhecimento sobre um tema a partir da sintetização de estudos e articulação de suas ideias de forma analítica e reflexiva, extrapolando os conhecimentos pré-existentes sobre o assunto (Sousa; Silva; Carvalho, 2010).

Os resultados desta pesquisa foram oriundos da análise de artigos que tratam de iniciativas de TBC em comunidades tradicionais no Brasil, abordando as formas de organização e as principais características destas. Para definição do escopo da pesquisa, buscou-se trabalhos que tratassem de turismo de base comunitária em comunidades tradicionais, conforme conceito adotado pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (Brasil, 2007).

Foram selecionados para análise artigos originais, de acesso livre, publicados na íntegra em língua portuguesa, entre o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2023, e que tratam de iniciativas de TBC em comunidades tradicionais, dentro do território brasileiro. Foram excluídos os resumos de artigos, artigos publicados em língua estrangeira, publicados até dezembro de 2015 e que não tratassem da temática proposta. A busca ocorreu nas bases de dados como SciELO e Google Acadêmico, entre maio e junho de

2024. A coleta permitiu reunir 87 artigos que, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão descritos acima e leitura dos resumos e palavras-chaves, foram selecionados 20 trabalhos, descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – **Identificação dos Artigos selecionados para o estudo. Fonte: Dados da Pesquisa, 2024**

Nº	TÍTULO	AUTORIA E ANO	PERIÓDICO
01	Entre Mangues e Guarás: o Turismo de Base Comunitária na Ilha do Lençóis em Cururupu (MA).	Pinheiro; Souza (2024)	Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)
02	Governança e representatividade dos povos tradicionais: perspectiva intersetorial das políticas de Turismo e Educação Ambiental em Mato Grosso do Sul.	Grechi; Bassinello; Gonzalez (2024)	Revista Cocar
03	Dimensões da Hospitalidade no Turismo de Base Comunitária: simbologias, ritos e artefatos na casa de farinha em Mangabeira	Budel; Severini; Rejowski (2023)	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo
04	Turismo em comunidades tradicionais da Bahia: desafios e perspectivas	Vieira, et al (2022)	Turismo e Sociedade
05	O processo de organização para o turismo nas comunidades ribeirinhas da Reserva Amanã, AM	Coelho; Gontijo (2022)	Turismo e Sociedade
06	O turismo como um bem comum e o papel da juventude em sua gestão no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil.	Martins; Futemma (2022)	Desenvolvimento e Meio Ambiente
07	Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança “Pisasú Sarusawa” (Rio Cuieiras -Amazonas).	Proença; Panosso Netto (2022)	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo
08	Educando para o turismo de base comunitária em contexto de quilombo urbano: o caso do território Cabula	Silva; Matta; Alves (2024)	Revista de Gestão e Secretariado
09	Turismo de base comunitária quilombola na Bahia (Brasil): Uma práxis educativa decolonial e transmoderna.	Cardoso; Bomfim (2022)	Turismo e Sociedade
10	Turismo de Base Comunitária em Remanescentes de Quilombos no Vale Do Ribeira, São Paulo, Brasil.	Silva; Gomes; Faria (2021)	Turismo, Desarrollo y Buen vivir. Revista de Investigación de la Ciencia Turística
11	Reflexões sobre o turismo de base comunitária e os povos indígenas à luz do caso Pataxó (Bahia, Brasil).	Neves (2021)	Revista Turismo em Análise

12	Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem de Sá – Brasil.	Faxina; Freitas; Trevizan (2021)	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
13	Ecoturismo de Base Comunitária na Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS): planejamento e sustentabilidade	Benites; Mamede (2020)	Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)
14	Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola.	Arruda; Gonçalves (2020)	Interações (Campo Grande)
15	Saberes e Modos de Vida: por um Projeto Coletivo de Turismo de Base Comunitária na Comunidade Ribeirinha São Gonçalo Beira Rio, Mato Grosso, Brasil	Alcântara; Duarte (2020)	Desenvolvimento em Questão
16	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA Uma Alternativa de Segmento Turístico Sustentável de Serra Grande – Uruçuca-BA	Lima; Jesus Anjos (2020)	Revista Latino-Americana de Estudos Científicos
17	Turismo indígena, protagonismo e desenvolvimento local: experiência na terra indígena Jaquiri, Médio Solimões, AM	Rosa, et al (2020)	Revista Turismo em Análise - RTA
18	O turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e aspectos culturais da Serra dos Alves, Itabira (MG).	Ferreira; Cordeiro; Calazans (2019)	Research, Society and Development
19	O turismo é uma dádiva? Uma "etnografia das trocas" e a oferta da experiência "chamada" Turismo de Base Comunitária em Anã/Santarém/Pará.	Assis; Peixoto (2019)	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo
20	A relação entre atores e seus impactos: o caso do turismo em comunidades indígenas brasileiras.	Corbari; Bahl; Souza, (2018)	Caderno Virutal de Turismo

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise e discussão dos resultados se encontra na seção seguinte, cujos achados são apresentados em quatro categorias, a saber: Formas de organização do TBC em comunidades Tradicionais; Impactos socioculturais do TBC em comunidades tradicionais; Relações entre visitantes e comunidades receptoras; e Principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento do TBC em comunidades tradicionais. Fora elaborado ainda um quadro resumo, contendo a síntese dos resultados da pesquisa, de acordo com as categorias citadas anteriormente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Formas de organização do TBC em comunidades tradicionais

O termo comunidade, no delineamento de pesquisas referentes ao TBC em comunidades e povos tradicionais, denota, na maioria dos casos, a noção da identidade intrínseca ao habitante da zona rural, conferindo direitos comuns de residência e uso dos recursos relacionados ao território. Por meio da formação dessas comunidades, os povos são estimulados a se organizarem politicamente e a realizarem o manejo dos recursos naturais, desenvolvendo atividades econômicas não predatórias (Coelho; Gontijo, 2022). Observa-se então um grande movimento no território brasileiro de comunidades tradicionais que vem se organizando em torno de atividades turísticas de características comunitárias.

A atividade turística dentro dessas comunidades acontece de forma muito peculiar, com um ritmo lento de progressão, e muitas dependem de agentes externos para sua manutenção. Nesse sentido, tem-se observado iniciativas de TBC em comunidades tradicionais que surgiram ou que buscaram a atuação de Organizações Não Governamentais, Universidades e outras instituições (Assis; Peixoto, 2019; Budel; Severini; Rejowski, 2023; Pinheiro; Souza, 2024; Proença; Panosso Netto, 2022). Tais relações fortalecem o turismo nessas comunidades e fornecem apoio no tocante a cursos, capacitações, divulgação, elaboração de estudos de potencialidades, relatórios, dentre outros fomentos.

É muito comum também a presença de agências de turismo ou de viagens que fazem parcerias no intuito de estabelecer rotas turísticas e demanda para esses locais (Martins; Futemma, 2022; Pinheiro; Souza, 2024; Proença; Panosso Netto, 2022). Arruada e Gonçalves (2020) veem a presença de agências de turismo com otimismo em termos de benefícios e oportunidades, podendo inserir as comunidades receptoras nas rotas turísticas e divulgando tais iniciativas. Já Coelho e Gontijo (2021) veem a presença de tais atores externos como uma forma de neocolonialismo que exercem uma forma de controle da atividade turística, oferecendo apenas um modesto complemento aos meios de subsistência locais.

Vieira *et al* (2021), ao estudar o TBC em 27 comunidades tradicionais (quilombolas, povos indígenas e comunidades de pescadores e marisqueiros) na Bahia, observaram que se articulam por meio de redes, seja por sua própria organização e planejamento local como também em nível estadual. Assim, diversas iniciativas apresentaram mais de uma comunidade tradicional participante. Iniciativas como essa,

também podem ser observadas nos trabalhos de Alcântara e Duarte (2020); Assis e Peixoto (2019); Budel, Severini e Rejowski (2023); Cardoso e Bomfin (2022),

Um dos pilares do TBC é o protagonismo local, este deve ser incentivado para que os moradores da localidade assumam a função de gestores, e não apenas como participantes ou objetos desse turismo, e, o que se vê é o desejo de assumir esse papel. Ao entrevistar 22 moradores da comunidade quilombola Furnas da Boa Sorte em Corguinho (MS), Benites e Mamede (2020), demostram que a maioria (99,5%) tem interesse em participar do processo de ecoturismo de base comunitária, seja por meio de participação em qualificações, formações, ou oferecendo serviços como hospedagem domiciliar, camping, refeições, ou produtos como artesanato, produtos culinários, dentre outros.

Observou-se que, nessas comunidades, impera uma forma de organização de trabalho e tarefas do tipo setorizada, onde existem grupos que são responsáveis por tarefas específicas, como produção artesanal, recepção e hospedagem, alimentação, guias turísticos, dentre outros. Tal forma de organização pode ser contemplada nos trabalhos de Martins e Futemma (2022), Proença e Panosso Netto (2022).

Algumas comunidades tradicionais estão inseridas em Unidades de Conservação e tem seus direitos como a posse do território e liberdade para exercer seu modo de vida, assegurados (Coelho; Gontijo, 2022; Pinheiro; Souza, 2024; Silva; Gomes; Faria, 2021). Outro fato interessante que merece destaque é a forma de hospedagem nesses locais, que ocorre, muitas vezes, nas próprias casas dos moradores (Budel; Severini; Rejowski, 2023; Proença; Panosso Netto, 2022). Essa forma de recepção e acomodação possibilita ao turista um contato ainda mais profundo com o dia-a-dia dos povos tradicionais, pois são integrados nas atividades simples do cotidiano familiar. Nesses núcleos, o visitante participa ativamente da rotina da comunidade, desde a coleta de matéria prima para a produção de artesanato, preparo dos alimentos, encontros e rituais religiosos, dentre outros.

Pinheiro e Souza e (2024) observaram um sentimento forte de coletividade em uma comunidade de pescadores artesanais, onde perceberam uma cultura estabelecida de mobilizações conjuntas em prol dos objetivos comuns, fato este também observado por Coelho; Gontijo (2022) e por Neves (2021). Perceberam ainda a formação e atuação de lideranças locais que são responsáveis por engajar os demais na busca por melhorias e resoluções de conflitos. Viu-se também que existem espaços de reunião e tomada de decisões (Martins; Futemma, 2022), com reuniões presenciais. Tais encontros estão imersos na complexidade da

própria identidade da comunidade e da atividade turística ali desenvolvida que envolve planejamento, controle, manutenção dos espaços e resoluções de conflitos.

Impactos socioculturais do TBC em comunidades tradicionais

O TBC tem sido o principal modelo de gestão turística recomendado as diferentes comunidades tradicionais no Brasil (Faxina; Freitas; Trevizan, 2021; Ferreira; Cordeiro; Calazans, 2019), visto que, segundo Proença e Panosso Netto (2022), em sua origem, em 1980, como turismo rural comunitário (TRC), foi mobilizado por comunidades indígenas e campestres devido às pressões mundiais do mercado turístico sobre os seus patrimônios culturais e naturais.

O sentimento e sensação de pertencimento e territorialidade é muito forte nessas comunidades e pesquisadores têm se ocupado em estudar os impactos socioculturais no turismo nesses locais. Proença e Panosso Neto (2022), por exemplo, pesquisaram os impactos socioculturais do turismo na comunidade indígena Nova Esperança (Rio Cuieiras – AM), principalmente quando gerenciado por uma agente externo, e identificaram um número maior de turistas em relação à população local, além do efeito demonstração/exibição e geração de renda somente para algumas das famílias diretamente vinculadas ao turismo e artesanato e comercialização da arte/cultura vinculado ao modelo vertical e exógeno do turismo. Por outro lado, observaram que houve uma adesão maior de pessoas da comunidade que se incorporaram à atividade de artesanato, devido ao aumento da procura pelos turistas.

Uma preocupação constante nos estudos de turismo, principalmente os de caráter antropológico, é a aculturação. O contato, direto ou indireto, dos grupos envolvidos no sistema turístico pode conduzir a mudanças culturais. No entanto, alguns estudos defendem que as relações contínuas, de longa duração, tal qual acontece no turismo, não levam necessariamente ao desaparecimento de diferenças culturais, ao contrário, tais relações são organizadas para manter essas diferenças, provocando uma acentuação das especificidades por meio de uma defesa simbólica das fronteiras identitárias (Corbari; Bahl; Souza, 2018).

Proença e Panosso Netto (2022) ressaltam que as mudanças de valores, crenças e ideias acontecem quando são agregados novos elementos, por meio de intervenções ou inovações culturais, do empréstimo de elementos culturais ou por falhas na transmissão do conhecimento de uma geração para outra. Assim,

alguns impactos negativos podem ser observados, como o aumento da violência na comunidade (Pinheiro; Souza, 2024) com relatos de turismo desordenado, disputas fundiárias e especulação imobiliária.

Corbari, Bahl e Souza (2018), destacam a importância da cultura para o setor do turismo nesse contexto, pois são como um chamariz para a atividade, onde o simbolismo se torna explícito através de rituais, os quais confirmam e reforçam a identidade social e o sentimento de pertencimento a um coletivo e, consequentemente, aumenta a conscientização a respeito das diferenças entre grupos. Nesse quadro, Arruda e Gonçalves (2020) ressaltam a importância que o sagrado ocupa no cotidiano dessas comunidades, da sua influência na construção de uma identidade e de uma relação com o território e com a natureza que o integra.

Diante disso, o TBC pode trazer um efeito sociocultural positivo. Vivenciar tal ancestralidade por meio de rituais, religiosidade, dentre outros aspectos culturais, e transmiti-los para os visitantes, de modo que estes se sintam integrados com os modos de vida, pode fortalecer e enraizar ainda mais tais aspectos nessas comunidades, uma vez que são revividos elementos importantes da cultural local. Isso ocorre devido a demanda turística por vivências originais e profundas, trazendo um efeito revitalizante e de resgate que envolve os mais jovens da comunidade, garantindo a manutenção e sobrevivência de toda uma identidade cultural.

Relações entre visitantes e comunidades receptoras

No que tange às relações entre as comunidades receptoras e seus visitantes, vale ressaltar que essas variam a cada caso, devendo-se, pois, evitar generalizações e levar em consideração as especificidades de cada comunidade e o perfil de seus visitantes. Corbari, Bahl e Souza (2018) defendem que na relação entre visitantes e prestadores de serviços de atividades turísticas, o relacionamento será sempre assimétrico, mesmo havendo entre eles a mesma formação cultural e consigam se relacionar, considerando que essa relação está pautada no tempo livre versus trabalho, bem como na distinção entre produção e consumo.

Budel, Severini e Rejowski (2023) tratam da hospitalidade como um processo que se dedica às relações sociais que se desenrolam entre o ser que recebe (anfitrião) e o ser que é recebido (hóspede) em um determinado espaço. Para os autores, ela se relaciona com a história, a cultura e as sociedades de cada lugar. No turismo de base comunitária, e no modo que ocorre nas comunidades tradicionais, essa

hospitalidade tem facetas diferentes do turismo de massa que se concentra em um conjunto estreito de relações comerciais que envolvem prestação de bens e serviços, ignorando muitas vezes relações sociais mais amplas.

Outros fatores acentuam ainda mais as diferenças entre visitantes e visitados, como língua, religião e política. Corbari; Bahl; Souza, (2018) partem do pressuposto de que a interação é estabelecida de acordo com uma definição prévia de funções, responsabilidades, hierarquias e expectativas existentes em cada encontro, entendendo que a relação entre os atores sociais difere conforme interesses, poderes e expectativas de cada um.

A interação dos povos e comunidades tradicionais que abriram suas portas para o visitante turista gera certas modificações necessárias à dinâmica da comunidade. Ao receber o turista em suas comunidades, até mesmo em suas casas, os moradores começam a identificar pontos a serem melhorados, inclusive para seu próprio benefício, como por exemplo, melhor manejo de animais, melhores condições de saneamento e higiene, como apontado por Coelho e Gontijo (2022).

Outro fato observado é o nível de engajamento e interação entre quem recebe e quem é recebido e que pode variar de acordo com os costumes e a forma de organização dessas comunidades. Corbari; Bahl; Souza (2018) ao estudar a relação entre atores e seus impactos em comunidades indígenas brasileiras relatam que, em alguns casos, havia pouca interação do turista com as comunidades visitadas, havendo dificuldade em vivenciar com maior profundidade a experiência, dado que os indígenas são observados com pouca ou nenhuma interação. Já outras iniciativas mostram uma profunda imersão dos visitantes no cotidiano dos povos tradicionais como a exemplo dos roteiros turísticos na comunidade Anã em Santarém estado do Pará (Assis; Peixoto, 2019) e a atividade turística na comunidade ribeirinha de Mangabeira (Mocajuba, Pará) que gira em torno da tradição da mandiocultura (Budel, Severini e Rejowski, 2023).

Grechi, Bassinello e Gonzalez (2024) destacam o valor da educação ambiental na relação entre receptor e recebido. Segundo os autores, a educação ambiental prévia do turista poderá conduzi-lo em direção a determinados sítios turísticos em uma dada localidade e influenciar diretamente a sua experiência com o lugar e com a cultura ali. O nível de educação ambiental dos habitantes daquele local estimula o turista a mergulhar no modo de vida da comunidade, com respeito e de forma não predadora. Este fato é corroborado por Silva, Matta e Alves (2024), que afirmam que a educação para o TBC, contextualizada,

com base na educação popular e economia solidária, favorece uma mudança de paradigma e a inserção dos jovens e adultos no mercado de trabalho.

Principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento do TBC em comunidades tradicionais

Na visão de Pinheiro e Souza (2024) há um duplo entrave em iniciativas de fomento ao TBC nessas comunidades. O primeiro diz respeito a ausência do poder público que deixa a desejar em relação a requisitos básicos de cidadania para os residentes da comunidade tais como educação, trabalho, saúde e saneamento básico; e o segundo refere-se a falta de investimentos em infraestrutura de transporte, capacitações, engajamento coletivo, abertura para financiamento e marketing promocional. Tais dificuldades também foram observadas por Alcântara e Duarte (2020) e Arruda e Gonçalves (2020).

Benites e Mamede (2020) apontam, em sua pesquisa, como principais dificuldades, a escassez de recursos financeiros e poucos incentivos que propiciem o fortalecimento das capacidades locais. Grechi, Bassinello e Gonzalez (2024) destacam que o desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais é mais lento e demanda apoio constante do estado, bem como a garantia de retorno financeiro para a sobrevivência dos povos, condições que exigem o estabelecimento de turismo específicas para estes atores.

Um fato destacado por Proença e Panosso Neto (2022) é que o turismo nessas comunidades, muitas vezes, é baseado num sistema de exploração que considera os povos tradicionais apenas como objetos, pessoas subalternizadas, quem "presta serviço" e, por isso, não há quaisquer responsabilidades para com aqueles povos.

Dentre as potencialidades para o TBC em comunidades tradicionais, Alcântara e Duarte (2020) destacam em sua pesquisa na comunidade ribeirinha São Gonçalo beira Rio (MS), o incentivo a diversificação da atividade turística, a abertura de locais de hospedagem, ampliação de número de vagas de trabalho, ocorrência de festividades e eventos locais e o estabelecimento de parcerias com empresas do trade turístico.

Zanetoni *et al*., (2022) ressaltam que uma grande potencialidade diz respeito à adaptabilidade do turismo com outras atividades como por exemplo o agroturismo (turismo e agricultura) enoturismo (turismo e produção/apreciação de vinhos), dentre outros. O TBC não foge a esta premissa pois este torna as atividades comunitárias em produto turístico. Um exemplo disto foi visto com o sistema culinário da

mandioca com as casas de farinha na comunidade pesqueira de Mangabeira (TO), onde tais atividades cotidianas serviram de base para o desenvolvimento do TBC no local (Budel; Severini; Rejowski, 2023).

Cardoso e Bomfim (2022) destacam ainda que a oferta de oportunidades de geração de trabalho e renda devido as iniciativas de TBC nessas localidades tem provocado um fenômeno bastante promissor de combate a evasão de jovens que deixam suas comunidades, como quilombos estudados por Cardoso e Bomfim (Op.cit) e Silva *et al*. (2021), para tentar outros modos de vida e sustento longe de suas culturas e tradições. Este fato, deveras colabora com a manutenção dos aspectos intrínsecos dos povos tradicionais, preservando um vasto patrimônio social e cultural brasileiro.

O quadro 2 apresenta uma síntese dos achados da pesquisa, dividido em quatro partes que correspondem aos resultados do trabalho.

Quadro 2 – **Síntese dos principais achados da pesquisa**

Aspecto	**Principais achados**	**Autores**
Formas de organização do TBC em comunidades tradicionais	Iniciativas de TBC que contam com apoio externo	Budel; Severini; Rejowski (2023); Pinheiro; Souza (2024); Proença; Panosso Netto (2022)
	Iniciativas de TBC que tem parceria com agências de turismo	Martins; Futemma (2022); Pinheiro; Souza (2024); Proença; Panosso Netto (2022)
	Organização de trabalho e tarefas do tipo setorizada	Martins; Futemma (2022), Proença; Panosso Netto (2022).
	Iniciativas de TBC inseridas em Unidades de Conservação	Coelho; Gontijo (2022); Pinheiro; Souza (2024); Silva; Gomes; Faria (2021)
	Iniciativas de TBC em comunidades indígenas	Budel; Severini; Rejowski (2023); Corbari; Bahl; Souza (2018); Neves (2021); Proença; Panosso Netto (2022)
	Iniciativas de TBC em comunidades quilombolas	Arruda; Gonçalves, (2020); Benites; Mamede (2020); Cardoso; Bomfim (2022); Dutra *et al* (2024); Martins; Futemma (2022); Silva; Gomes; Faria (2021); Silva; Matta; Alves (2024)
	Iniciativas de TBC em comunidades de pescadores artesanais	Alcântara; Duarte (2020); Faxina; Freitas; Trevizan (2021); Pinheiro; Souza (2024);
	Iniciativas de TBC em demais (ou mais de uma) comunidades tradicionais	Assis; Peixoto (2019); Coelho; Gontijo (2021); Ferreira;

		Cordeiro; Calazans (2019); Grechi; Bassinello; Gonzalez (2024); Vieira *et al* (2021);
	Iniciativas de TBC organizadas em rede	Alcântara; Duarte (2020); Assis; Peixoto (2019); Budel; Severini; Rejowski (2023); Cardoso; Bomfin (2022); Vieira *et al* (2021)
	Liderança exercida por pessoa da comunidade, com estrutura física para reuniões de tomada de decisões	Coelho; Gontijo (2022); Martins; Futemma, (2022); Neves (2021); Pinheiro; Souza (2024)
	Hospedagem em residência dos moradores das comunidades tradicionais	Budel; Severini; Rejowski (2023)'; Proença; Panosso Netto (2022).
Impactos socioculturais do TBC em comunidades tradicionais	Número maior de turistas em relação à população local	Proença; Panosso Neto (2022)
	Efeito demonstração/exibição	Proença; Panosso Neto (2022)
	A presença de turistas nas comunidades receptoras provocam uma acentuação das especificidades culturais por meio de uma defesa simbólica das fronteiras identitárias	Corbari; Bahl; Souza (2018).
	mudanças de valores, crenças e ideias acontecem quando são agregados novos elementos, por meio de intervenções ou inovações culturais, do empréstimo de elementos culturais ou por falhas na transmissão do conhecimento de uma geração para outra	Proença; Panosso Netto (2022)
	impactos negativos do turismo nas comunidades receptoras: aumento da violência na comunidade, turismo desordenado, disputas fundiárias e especulação imobiliária.	Pinheiro; Souza (2024),
Relações entre visitantes e comunidades receptoras	Na relação entre visitantes e prestadores de serviços de atividades turísticas, o relacionamento será sempre assimétrico	Corbari, Bahl e Souza (2018)
	Fatores que acentuam ainda mais as diferenças entre visitantes e visitados: língua, religião e política	Corbari; Bahl; Souza, (2018)
	A interação entre turistas e comunidades receptoras provoca a identificação de pontos a serem melhorados como por exemplo, melhor manejo de animais, melhores condições de saneamento e higiene	Coelho e Gontijo (2022).
	Iniciativas de TBC com pouca interação entre turistas e moradores das comunidades receptoras	Corbari; Bahl; Souza (2018)
	Iniciativas de TBC com intensa interação entre turistas e comunidades receptoras	Assis; Peixoto (2019); Budel, Severini e Rejowski (2023)
Principais desafios e oportunidades	**Desafio**: ausência do poder público que deixa a desejar em relação a requisitos básicos de cidadania para os residentes da comunidade tais como educação, trabalho, saúde e saneamento básico; e o segundo diz respeito a falta de investimentos em infraestrutura de transporte, capacitações, engajamento coletivo, abertura para financiamento e marketing promocional.	Alcântara; Duarte (2020); Arruda; Gonçalves (2020); Pinheiro; Souza (2024)

	Desafio: escassez de recursos financeiros e poucos incentivos que propiciem o fortalecimento das capacidades locais	Benites; Mamede (2020);
	Desafio: existência de um sistema de exploração com a objetificação dos povos tradicionais	Proença; Panosso Neto (2022)
	Oportunidade: incentivo a diversificação da atividade turística, a abertura de locais de hospedagem, ampliação de número de vagas de trabalho, ocorrência de festividades e eventos locais e o estabelecimento de parcerias com empresas do trade turístico	Alcântara; Duarte (2020)
	Oportunidade: adaptabilidade do turismo com outras atividades como por exemplo o agroturismo (turismo e agricultura) enoturismo (turismo e produção/apreciação de vinhos), dentre outros	Budel; Severini; Rejowski (2023); Zanetoni *et al*., (2022);
	Oportunidade: combate a evasão de jovens com a manutenção dos aspectos intrínsecos dos povos tradicionais	Cardoso; Bomfim (2022); Silva *et al*. (2021)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou discutir, à luz da literatura científica as características do TBC e de que forma elas contribuem para a dinâmica de comunidades tradicionais, dentro de um contexto nacional. Foram estudadas 20 iniciativas de TBC em diferentes localidades protagonizadas por povos tradicionais como ribeirinhos, comunidades pesqueiras, quilombolas e remanescentes, comunidades indígenas e assentamentos rurais.

Tais comunidades estão inseridas em áreas de relevante beleza natural e possuem um arcabouço cultural muito forte e, por isso, recorrem ao TBC como atividade econômica a fim de gerar renda e melhorias para suas vidas. Observou-se que projetos institucionais de TBC são difundidos a partir de seu inerente caráter multifuncional, como estratégias de desenvolvimento econômico e social associadas à conservação dos recursos naturais e a preservação dos aspectos culturais das comunidades, bem como para a manutenção da qualidade de vida.

Assim, o TBC é entendido, pela literatura estudada como uma estratégia viável para essas comunidades, ao passo que as atividades são planejadas e ordenadas pelos próprios residentes, possibilitando o empoderamento cultural e econômico com geração de renda, e o político com a autonomia das comunidades para gerir, decidir, organizar e desempenhar as atividades turísticas. Tais pontos

reverberam em diversas áreas e aspectos de tais comunidades, inclusive na melhoria da qualidade de vida local.

Estudos futuros podem investigar modelos de governança do turismo em comunidades tradicionais, considerando como suas culturas e tradições influenciam nas formas de organização. Vale ainda investigar a existência de políticas públicas específicas que venham dar suporte a estas comunidades em relação ao TBC, e como tais políticas podem facilitar a organização e formalização dessas iniciativas. Sobre os impactos socioculturais da interação que o turismo traz a estas comunidades, é necessário estudar, a longo prazo, as consequências de tais relações, principalmente na preservação de tradições e modos de vida dos povos nativos.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, A. L. D., REYES, J. E. Family Relations and Socio-Ecological Resilience within Locally-Based Tourism: The Case of El Castillo (Nicaragua). **Sustainability**, v.12, n. 15, p. 1-26, 2020. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/12/15/5886. Acesso em: 28 nov. 2023.

ALCÂNTARA, L. C. S.; DUARTE, A. P. P. Saberes e Modos de Vida: por um Projeto Coletivo de Turismo de Base Comunitária na Comunidade Ribeirinha São Gonçalo Beira Rio, Mato Grosso, Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 53, p. 202–221, 6 nov. 2020. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10346. Acesso em: 29 jun. 2024.

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo,** [S. l.], v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.21680/2357-8211.2023v11n1ID29163. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/29163. Acesso em: 7 jul. 2024.

ARRUDA, D. D. O.; GONÇALVES, J. P. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola. **Interações (Campo Grande)**, p. 107–123, 28 jan. 2020. Disponível em: https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1968. Acesso em 26 mai. 2024.

ASSIS, G. C.; PEIXOTO, R. C. D. O turismo é uma dádiva? Uma "etnografia das trocas" e a oferta da experiência "chamada" Turismo de Base Comunitária em Anã/Santarém/Pará. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 2, p. 144–160, 13 maio 2019. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1568. Acesso em: 29 jun. 2024.

BENITES, M.; MAMEDE, S. Ecoturismo de Base Comunitária na Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS): planejamento e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 13, n. 1, 2 fev. 2020. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6778. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural:** orientações básicas. Marcos Conceituais do Mtur. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BUDEL, L.; SEVERINI, V. F.; REJOWSKI, M. Dimensões da Hospitalidade no Turismo de Base Comunitária: simbologias, ritos e artefatos na casa de farinha em Mangabeira. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 17, p. 2497, 16 jan. 2023. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2497. Acesso em: 26 mai. 2024.

CARDOSO, T. S.; BOMFIM, N. R. Turismo de base comunitária quilombola na Bahia (Brasil): Uma práxis educativa decolonial e transmoderna. **Turismo e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 201, 15 dez. 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/86476. Acesso em 26 mai. 2024.

COELHO, E. D. Á.; GONTIJO, B. M. O processo de organização para o turismo nas comunidades ribeirinhas da Reserva Amanã, AM. **Turismo e Sociedade**, v. 14, n. 3, 24 mar. 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/79715. Acesso em 29 jun. 2024.

CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. D. R. D. A relação entre atores e seus impactos: o caso do turismo em comunidades indígenas brasileiras. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 2, 20 nov. 2018. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1235. Acesso em 29 jun. 2024.

FAXINA, F.; FREITAS, L. B. A.; TREVIZAN, S. D. P. Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem de Sá – Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. e16311, 25 mar. 2021. https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/16311. Acesso em: 29 jun. 2024.

FERREIRA, D. L. G.; CORDEIRO, J.; CALAZANS, G. M. O turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e aspectos culturais da Serra dos Alves, Itabira (MG). **Research, Society and Development**, v. 8, n. 1, p. e381507, 1 jan. 2019. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/507. Acesso em 14 jun. 2024.

GRECHI, D. C.; BASSINELLO, P. Z.; GONZALEZ, C. E. F. Governança e representatividade dos povos tradicionais: perspectiva intersetorial das políticas de Turismo e Educação Ambiental em Mato Grosso do Sul. **Revista Cocar**, v. 23, n. Especial, p. 1–23, 11 mar. 2024. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7946. Acesso em: 29 jun. 2024.

LIMA, R. P.; JESUS ANJOS, L. Turismo de base comunitária: uma alternativa de segmento turístico sustentável de Serra Grande – Uruçuca-BA. Rev. Latino-Americana de Estudos Científicos-RELAEC. v. 1, n.3, mai./jun., 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/31485. Acesso em 14 jun. 2024.

MARTINS, M. R.; FUTEMMA, C. O turismo como um bem comum e o papel da juventude em sua gestão no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 59, 3 jun. 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76646. Acesso em: 14 jun. 2024.

NEVES, S. C. Reflexões sobre o turismo de base comunitária e os povos indígenas à luz do caso Pataxó (Bahia, Brasil). **Revista Turismo em Análise**, v. 32, n. 2, p. 413–430, 31 ago. 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/185524. Acesso em: 26 mai. 2024.

OLIVEIRA, K.; SAUER, S. Povos e comunidades tradicionais: metodologias de autoidentificação e reconhecimento. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2021.

PINHEIRO, C. R. S.; SOUZA, L. E. S. D. Entre Mangues e Guarás: o Turismo de Base Comunitária na Ilha do Lençóis em Cururupu (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 17, n. 1, 1 fev. 2024. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/15506. Acesso em 29 jun. 2024.

PROENÇA, A. R. G. B.; PANOSSO NETTO, A. Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança "Pisasú Sarusawa" (Rio Cuieiras - Amazonas). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. 2408, 24 fev. 2022. Disponível em: https://www.rbtur.org/rbtur/article/view/2408. Acesso em: 26 mai. 2024

SILVA, J. F. DA; GOMES, B. M. A.; FARIA, A. C. V. DE. Turismo de Base Comunitária em Remanescentes de Quilombos no Vale Do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Turismo, Desarrollo y Buen vivir. Revista de Investigación de la Ciencia Turística**, v. 15, p. 50–65, 2021. Disponível em: https://publicaciones.udet.edu.ec/index.php/ricit/article/view/85. Acesso em: 15 mai. 2024.

SILVA, F. D. P. S. D.; MATTA, A. E. R.; ALVES, K. Educando para o turismo de base comunitária em contexto de quilombo urbano: o caso do território do Cabula. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 4, p. e3718, 17 abr. 2024. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A7%3A29853159/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A177414900&crl=c&link_origin=scholar.google.com.br. Acesso em: 11 jun. 2024.

VIEIRA, S. *et al*. Turismo em comunidades tradicionais da Bahia: desafios e perspectivas. Turismo e Sociedade, v. 14, n. 3, p. 42-62 set./dez, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/359442899_Turismo_em_comunidades_tradicionais_da_Bahia_desafios_e_perspectivas. Acesso em: 29 jun. 2024.

ZANETONI, J. P. F. et al. Turismo de Base Comunitária (TBC) como fonte de renda para Assentamentos da Agricultura Familiar. **Economia & Região**, v. 10, n. 3, p. 103–120, 7 abr. 2022. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/45182. Acesso em 29 jun. 2024.

APÊNDICE C – ARTIGO: DIAGNÓSTICO DE POTENCIALIDADES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM JOSÉ DE FREITAS, PIAUÍ

DIAGNÓSTICO DE POTENCIALIDADES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM JOSÉ DE FREITAS, PIAUÍ

DIAGNOSIS OF POTENTIALITIES, CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR THE DEVELOPMENT OF COMMUNITY-BASED TOURISM IN JOSE DE FREITAS, PIAUI

DIAGNOSTIC DES POTENTIALITÉS, DÉFIS ET OPPORTUNITÉS POUR LE DÉVELOPPEMENT DU TOURISM COMMUNAUTAIRE À JOSÉ DE FREITAS, PIAUÍ

Arijane-Adne Santiago Alves
Tecnóloga em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Mestranda em Análise e Análise e Planejamento Espacial pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Brasil
aneadne@gmail.com

Glairton Cardoso Rocha
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Brasil.
glairtongeo@ifpi.edu.br

RESUMO

O trabalho aborda o Turismo de Base Comunitária (TBC) como alternativa sustentável e inclusiva, centrado nos recursos endógenos e no protagonismo das comunidades. Assim, analisou-se o município de José de Freitas-PI, reconhecido pelo seu patrimônio histórico-cultural e belezas naturais, com o objetivo geral de diagnosticar seu potencial para o TBC, identificando atividades turísticas e descrevendo suas potencialidades, desafios e oportunidades. Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa de campo, qualitativo e descritivo, orientada pela primeira etapa da metodologia de Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) proposta por Buarque (2002). A amostragem utilizou a técnica "bola de neve", prospectando seis locais com atividades ou características com potencial para o TBC. A coleta de dados incluiu entrevistas semi-estruturadas com líderes comunitários e agentes públicos. Pela Análise de Conteúdo de Bardin (1994) e o auxílio do software ATLAS.Ti 25, o estudo resultou em onze categorias temáticas que demonstram José de Freitas com rico patrimônio que corrobora sua vocação para o TBC. No entanto, sua consolidação é limitada por carências infra-estruturais sistêmicas pela insuficiente do poder público e a essência cooperativista. Conclui-se a necessidade de investimento em infraestrutura básica, articulação coordenada entre o poder público e as comunidades para a replicação de modelos bem-sucedidos e o planejamento participativo.

Palavras-chave: Comunidades, Desenvolvimento Local Sustentável, Turismo de Base Comunitária.

ABSTRACT

This study addresses Community-Based Tourism (CBT) as a sustainable and inclusive alternative, centered on the endogenous resources of a locality and prioritizing community leadership. Accordingly, the research analyzed on the municipality of José de Freitas, Piauí, recognized for its historical and cultural heritage and natural attractions. The general objective

was to diagnose the municipality's potential for CBT, identifying its tourism activities and describing its potentialities, challenges and opportunities. Methodologically, the study adopted a qualitative and descriptive field research approacharch, focusing on the first stage of the Sustainable Local Development (SLD) planning methodology proposed by Buarque (2002): the diagnosis of reality. The sampling followed the snowball technique, identifying six tourist sites with activities or characteristics presenting or potential for CBT. The data collection included semi-structured interviews with community leaders and public officials, complemented by systematic observation. The data analysis employed Bardin's Content Analysis (1994), supported by ATLAS.ti 25 software, resulting in eleven thematic categories. The results demonstrated that José de Freitas possesses a rich heritage that reinforces its suitability for CBT. However, the consolidation of CTB is limited by systemic infrastructural deficiencies. The performance of the municipal government was classified as timid and insufficient, and individualism emerged as a challenge to the cooperative essence of the model. It is concluded that investment in basic infrastructure and coordinated articulation between public authorities and local communities is imperative, encouraging the replication of successful models and participatory planning.
Key words: Communities, Sustainable Local Development, Community-Based Tourism.

RÉSUMÉ
Cette étude examine le Tourisme Communautaire de Base (TCB) comme une alternative durable et inclusive, fondée sur les ressources endogènes et sur le protagonisme des communautés locales. L'analyse focalise sur la commune de José de Freitas-PI, reconnue pour son patrimoine historico-culturel et ses attraits naturels, dans le but central de diagnostiquer son potentiel pour le TCB. La recherche vise à identifier les activités touristiques existantes, ainsi que les potentialités, défis et opportunités liées au développement de cette modalité. Méthodologique, recherche de terrain a été menée, qualitative et descriptive, selon la première étape de la méthodologie du Développement Local Durable (DLD) proposée par Buarque (2002). L'échantillonnage, réalisé par la technique de la « boule de neige », a permis la prospection de six lieux pour le TCB. Les données ont été collectées par des entretiens semi-structurés et par observation systématique. L'Analyse de Contenu de Bardin (1994), appuyée par l'ATLAS.ti 25, a permis d'identifier onze catégories thématiques de José de Freitas pour le TCB. Toutefois, des insuffisances infrastructurelles systémiques, ainsi que l'action limitée du pouvoir public, entravent sa consolidation. Il en résulte la nécessité d'investir dans les infrastructures de base et de renforcer la coordination entre pouvoir public et communautés, en favorisant la réplication de modèles réussis et la planification participative.
Mots-clés: Communautés, Développement Local Durable, Tourisme Communautaire de Base.

1. INTRODUÇÃO

O panorama atual do turismo global busca modelos que mitiguem os impactos adversos do turismo de massa que, embora gere benefícios como emprego e renda, frequentemente resulta em degradação e superexploração de áreas ambientalmente sensíveis. Nesse contexto, o Turismo de Base Comunitária (TBC) emerge como uma proposta mais sustentável e inclusiva, como contraponto à massificação do fenômeno turístico.

O TBC é conceituado como um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos

recursos endógenos, de uma localidade (Fabrino, Nascimento e Araújo, 2016), sendo defendido como uma prática sustentável resultante da mobilização de diversas comunidades (Coriolano, 2003). Assim, ele atua no resgate das tradições e heranças culturais locais, conferindo protagonismo à comunidade na construção e apresentação de seu próprio lugar (Irving; Mendonça, 2006). Suas características e desafios são amplamente debatidos no âmbito acadêmico, tanto nacionalmente (Benites; Mamede, 2020; Ferreira; Cordeiro; Calazans, 2019; Martins; Futema, 2022; Pinheiro; Sousa, 2024) quanto internacionalmente (Cáceres-Feria; Hernández-Ramírez; Ruiz-Ballesteros, 2021; Lee; Jan, 2019; Makwindi; Ndlovu, 2021).

As premissas do TBC garantem às comunidades o protagonismo das atividades turísticas, sendo uma fonte de recursos para a sobrevivência, além de prezarem pela conservação ambiental, pela manutenção da cultura e pelo modo de vida local, propiciando vivências reais. Nesse contexto, o município de José de Freitas, Piauí, a 53 km de Teresina, possui atributos turísticos marcados pelo patrimônio histórico-cultural e belezas naturais, destacando-se a Barragem do Bezerro, o Nazareth Eco Hotel, o Morro do Cristo e antigos casarões do período Colonial e Imperial.

O turismo praticado em José de Freitas se apresenta como uma estratégia com potencial para impulsionar o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). Contudo, a eficácia desse modelo e seus impactos específicos na comunidade ainda não foram explorados adequadamente. Assim, a justificativa para esta pesquisa reside no potencial contributivo do TBC para o DLS atestado por Almeida e Emmendoerfer, 2023 e Burgos e Mertens, 2016), especialmente considerando a rica diversidade cultural e natural do município.

Diante deste cenário, a questão norteadora desta pesquisa é: De que forma pode-se incentivar a adoção de iniciativas de TBC em José de Freitas e como estas podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável? O objetivo geral é diagnosticar o potencial do município de José de Freitas para o TBC. Para tal, busca-se identificar e mapear as atividades turísticas existentes, descrevendo suas potencialidades, desafios e oportunidades para o TBC, além de propor recomendações práticas para o estabelecimento e fortalecimento dessas iniciativas, visando o DLS.

2. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

2.1 características e formas de organização do TBC

O Turismo de Base Comunitária (TBC), que integra o movimento do turismo alternativo, constituindo um contraponto à massificação do fenômeno turístico (Graciano e

Holanda, 2020), teve origem na América Latina na década de 1980, na forma de Turismo Rural Comunitário (TCR), com incentivos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), visando suprir a demanda internacional por preservação ambiental e riqueza cultural. O TBC é definido como um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos endógenos da localidade, sejam eles humanos, naturais ou de infraestrutura (Fabrino, Nascimento e Araujo, 2016). As características principais incluem o resgate de tradições e heranças culturais (Budel, Severine e Rejowski, 2023), enfatizando um "lugar relacional" estabelecido entre hóspede e anfitrião, pautado na busca por interações interpessoais significativas (Fabrino; Nascimento; Araujo, 2016, p. 7). Dada a heterogeneidade das iniciativas brasileiras, o Ministério do Turismo (Brasil, 2010) estabeleceu critérios para sua classificação, destacando o protagonismo das comunidades na gestão e oferta de serviços, a autogestão, o associativismo/cooperativismo, a democratização de oportunidades e benefícios, a centralidade da participação/colaboração e a valorização da cultura local.

A atividade turística, caracterizada pelo protagonismo comunitário, apresenta um ritmo de progressão lento e, por vezes, depende de agentes externos, como Organizações Não Governamentais, Universidades e outras instituições, para apoio em capacitações, divulgação e estudos (Assis; Peixoto, 2019; Budel; Severini; Rejowski, 2023). A parceria com agências de turismo ou de viagens é comum para estabelecer rotas e demanda (Martins; Futemma, 2022; Pinheiro; Souza, 2024; Proença; Panosso Netto, 2022). Embora a inserção de agências seja vista positivamente por Arruda e Gonçalves (2020), Coelho e Gontijo (2021) consideram a ação de atores externos como neocolonialismo, controlando a atividade e oferecendo apenas complemento modesto à subsistência.

A pesquisa de Benites e Mamede (2020) em uma comunidade quilombola indicou alto interesse na participação em qualificações e oferta de serviços, observando-se uma organização de trabalho setorizada. Outro fator importante é a relação entre visitantes e comunidades que distingue-se do turismo de massa, cujas interações são rasas e distantes, com o visitado sendo tratado como bem de consumo (Barreto, 2004). A análise de Alves e Rocha (2024) sobre comunidades tradicionais aponta que impactos socioculturais persistem e as relações frequentemente são assimétricas, embora haja potencial para imersão profunda. Corbari, Bahl e Souza (2018) defendem que a relação entre prestadores de serviços e visitantes será sempre assimétrica, devido à dicotomia tempo livre versus trabalho, refletindo papéis e hierarquias pré-estabelecidas. Mesmo diante de desafios de infraestrutura e escassez de recursos, o TBC constitui uma estratégia viável para o protagonismo comunitário.

2.2 Comunidade, turismo e território

A compreensão de território transcende a delimitação física, sendo concebido na Geografia contemporânea como um espaço vivido, produzido e reproduzido por relações sociais, culturais, econômicas e políticas (Santos, 1996). Coriolano e Barbosa (2011) enfatizam que a territorialização implica na apropriação e controle do espaço, onde se materializam as relações de poder.

Nesse contexto, o TBC atua como um agente de coprodução territorial, moldando as dinâmicas locais. Ao contrário dos modelos convencionais (onde o território é palco de consumo de agentes externos), o TBC traz o protagonismo da comunidade na construção e apresentação de seu próprio lugar (Irving; Mendonça, 2006). A gestão comunitária endógena, ao provocar ressignificações espaciais, leva a comunidade a identificar e valorizar seus recursos (naturais, culturais, históricos), gerando uma nova leitura do território (Brochado; Junior, 2012). Almeida e Emmendoerfer (2023) reforçam que o TBC, devido à presença de representantes na governança territorial, amplia a capacidade de coproduzir o território em diversas dimensões (ambiental, cultural, econômica, política). Essa coprodução endógena é vista como uma prática de resistência de grupos sociais historicamente excluídos dos benefícios econômicos do turismo.

A organização espacial e a infraestrutura são elementos da coprodução, pois a demanda por serviços estimula a comunidade a tomar decisões coletivas sobre o compartilhamento do território (adaptação de hospedagens, trilhas). Por conseguinte, embora a inserção turística possa gerar novos usos do espaço e conflitos territoriais (Placeres, 2015), o TBC, ao promover a participação, oferece mecanismos para que as soluções sejam produzidas pela própria comunidade, buscando uma transformação territorial equitativa.

2.3 Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Local Sustentável

O DLS, impulsionado no Brasil desde os anos 1990 devido à atuação de ONGs e aos processos de descentralização (Kronemberger, 2011), é um processo de mudança social que compatibiliza crescimento econômico, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social, com um compromisso futuro e, para ser consistente, o DLS deve mobilizar potencialidades locais e assegurar a conservação dos recursos naturais (Buarque, 2002). Kronemberger (2011, p. 31) o define como o produto do aproveitamento das potencialidades e vantagens comparativas da localidade, desenvolvendo simultaneamente os capitais humano, social, produtivo e natural.

Nesse contexto, o TBC se relaciona com o DLS ao fortalecer a capacidade decisória da

sociedade civil, estimular o crescimento econômico e preservar o meio ambiente, com base em recursos locais. Almeida e Emmendoerfer (2023) categorizam as contribuições endógenas do TBC para o DLS em cinco tipos: econômica, ecológica, social, cultural e política, centralizadas nas necessidades dos atores locais.

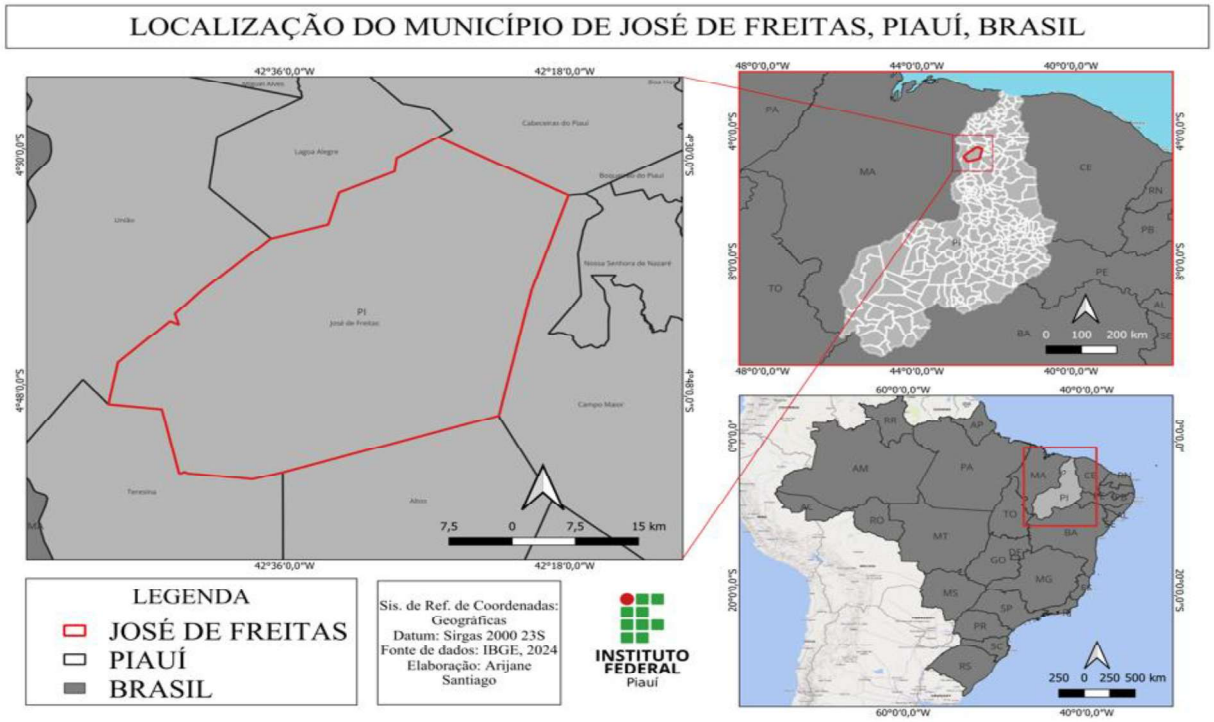
Dessa forma, o TBC opera em pequena escala, favorecendo a convivência e a preservação das singularidades do lugar (Burgos; Mertens, 2016). Diferente do turismo de massa, que altera a dinâmica espacial e promove a especulação imobiliária, o TBC garante que a renda circule entre os residentes, tornando-se antagônico ao processo de gentrificação (Fabrino, Nascimento e Araujo, 2016) e opondo-se à privatização de lugares de essência pública (Almeida e Emmendoerfer, 2023), assegurando que as decisões turísticas atendam a interesses locais e coletivos.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da área de estudo

O Lócus da pesquisa é o município de José de Freitas (Piauí) (Figura 1), que integra o Polo de Teresina. A cidade é reconhecida principalmente pelo Polo Turístico Barragem do Bezerro (Prefeitura Municipal de Teresina, 2018), mas possui um vasto patrimônio natural, histórico e cultural. Posicionado entre as coordenadas geográficas 04°45’23’’ de latitude Sul e 42°34’32’’ de longitude Oeste, o município insere-se na microrregião de Teresina e no Território de Desenvolvimento Entre Rios, limitando-se ao Norte com Lagoa Alegre, Cabeceiras do Piauí e Campo Maior, ao Sul com Altos e Teresina, ao Leste com Campo Maior, e ao Oeste com União, Lagoa Alegre e Teresina (Fundação CEPRO, 2000).

Figura 1 – Mapa de localização do município de José de Freitas, Piauí



Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Considerando os aspectos geológicos, as unidades litológicas que afloram nos limites territoriais pertencem às coberturas sedimentares das formações Pedra de Fogo, Piauí, Poti e, em menor expressão, Longá. Essas formações reúnem sedimentos como arenito, folhelho, calcário, siltito e silexito (Aguiar; Gomes, 2004). Geomorfologicamente, as feições da região integram a estrutura da bacia sedimentar do Parnaíba, estando inseridas nas regiões geomorfológicas das Baixas Chapadas e Tabuleiros do Médio rio Parnaíba (IBGE, 2025a). As compartimentações do município incluem a Baixada de Campo Maior, os Tabuleiros do Parnaíba, Patamares do Parnaíba e Vãos do Médio Parnaíba (IBGE, 2023). Nesse contexto, José de Freitas localiza-se em uma faixa de transição de biomas (ecótono), apresentando duas regiões fitoecológicas: áreas de contato (91,55%) e Floresta Estacional Semidecidual (8,45%). As formações vegetais predominantes são a Savana Arborizada (58,25%) e a Savana-Estépica Arborizada (32,51%) (IBGE, 2025b).

3.2 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, de natureza aplicada e abordagem descritiva, com o propósito de registrar e analisar as características e experiências locais de Turismo de Base Comunitária (TBC) (Prodanov; Freitas, 2013). Para o embasamento teórico, procedeu-se uma revisão de literatura sobre TBC, Desenvolvimento Local Sustentável

(DLS), Turismo e Território e Comunidades Tradicionais, utilizando plataformas como Google Scholar, Portal de Periódicos da CAPES e a ferramenta Research Rabbit.

A fase de campo se baseou na primeira etapa do processo de planejamento de Buarque (2002) – o conhecimento da realidade – adaptando sua metodologia para os objetivos da pesquisa. Embora esse processo preveja quatro estágios, este trabalho concentrou-se no diagnóstico da realidade local, seguindo os procedimentos sequenciais de delimitação do objeto (todo o território geográfico de José de Freitas), diagnóstico (identificação de problemas e potencialidades) e prognóstico (identificação de oportunidades e ameaças).

Como técnica de amostragem, optou-se pela *snowball sampling* (amostragem bola de neve), uma técnica não probabilística que utiliza a rede de relacionamentos dos membros da amostra (Dewes, 2013; Salganik; Heckathorn, 2004), sendo bastante utilizada em pesquisa envolvendo TBC (Colin e Pelicioni, 2018; Makwindi e Ndlovu, 2021; Jee, Ting e Alim, 2019). A técnica, aplicada em três etapas (seleção dos informantes-chave (seeds), cadeia de informações e ponto de saturação), partiu de três *seeds* que indicaram oito iniciativas. Ao final, seis locais turísticos foram incluídos no escopo da pesquisa, atendendo a critérios como a presença de atividade turística intermitente, consolidada ou em processo de consolidação, existência de atrativos turísticos com potencial reconhecido para o TBC; possibilidade de envolvimento e protagonismo da comunidade local; acesso viável, interesse e disponibilidade da comunidade para participar da pesquisa de campo.

A metodologia empregada para identificação, descrição e diagnóstico do potencial de TBC utilizou uma abordagem qualitativa sequencial. A primeira fase consistiu na identificação e descrição das iniciativas turísticas por meio de entrevistas semiestruturadas (gravadas em áudio e transcritas posteriormente), dirigidas a líderes comunitários e agentes públicos, seguindo a flexibilidade proposta por Minayo (2014). Oito entrevistas foram realizadas entre abril e setembro de 2025, envolvendo gestores da SEMAT (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo) e representantes comunitários. Simultaneamente, para o diagnóstico local, utilizou-se a observação sistemática ou estruturada, empregando fichas de campo para a coleta de dados sobre aspectos sociais/culturais, ambientais e de infraestrutura, conforme descrito por Lakatos e Marconi (2003).

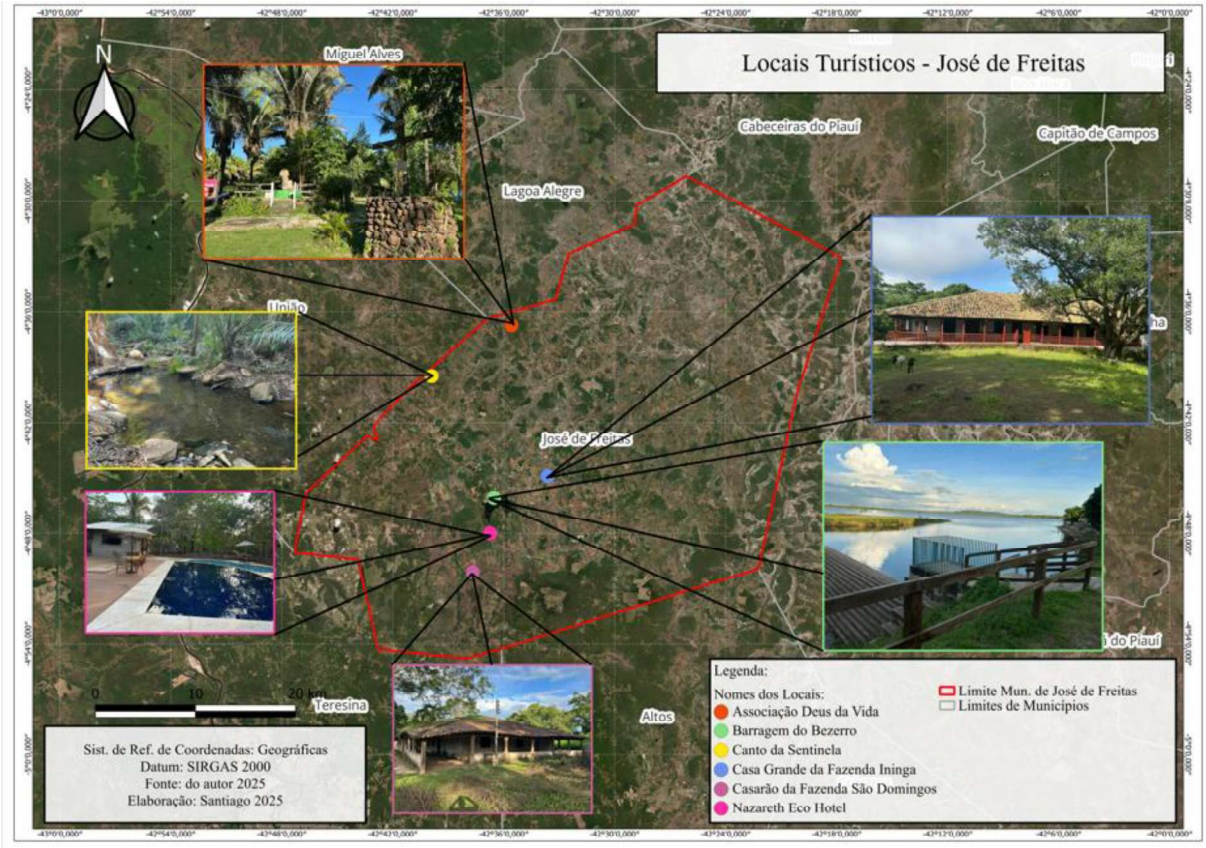
O diagnóstico aprofundado identificou desafios, potencialidades, oportunidades e ameaças, seguindo o enfoque de Buarque (2002). A análise foi estruturada em cinco dimensões (ambientais, sociais, econômicas, estruturais e governança), selecionadas em consonância com os critérios de classificação de TBC preconizados pelo MTUR (Brasil, 2010). Por conseguinte, a tabulação dos dados seguiu a Análise de Conteúdo de Bardin (1994), um conjunto de técnicas

focado no reconhecimento do conteúdo das mensagens investigadas. Este processo foi operacionalizado com o auxílio do software ATLAS.Ti 25, o qual facilitou a codificação e categorização do material, resultando em 97 códigos agrupados em 11 categorias temáticas que fundamentaram o diagnóstico do potencial de TBC.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

José de Freitas revela possuir um patrimônio natural, histórico e cultural com potencial significativo para se opor ao modelo convencional de turismo, concentrador e excludente, e adotar o TBC como alternativa e modelo de gestão que visa um novo paradigma de desenvolvimento, pautado no desenvolvimento humano, social e valorizando a cultura local e a conservação da biodiversidade. O mapa abaixo (Figura 2), traz a localização e identificação dos locais turísticos visitados durante a pesquisa.

Figura 2 – Mapa de locais turísticos visitados na primeira etapa da pesquisa. José de Freitas, Piauí.



Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

A pesquisa identificou a heterogeneidade da atividade turística em José de Freitas,

focada em belezas naturais, infraestrutura e patrimônio histórico, abrangendo seis locais: Associação Deus da Vida, Barragem do Bezerro, Canto da Sentinela, Casa Grande da Fazenda Ininga, Casarão da Fazenda São Domingos e Nazareth Eco Hotel. Diversidade essa que se organiza em torno do potencial endógeno, como a culinária regional e os atrativos naturais.

O patrimônio histórico e arquitetônico é representado pelos casarões da Fazenda Ininga e São Domingos, já estudados por Carvalho (2014). O casarão da Fazenda Ininga, datado de 1823, trata-se de uma propriedade privada que mantém um riquíssimo acervo histórico conservado. Por outro lado, o Casarão do São Domingos, apesar de sua beleza arquitetônica, sofreu depredação, perdendo seus objetos internos, mas preservando em seus arredores estruturas construídas por mão de obra escrava, como um poço e uma piscina, além disso, fica próximo ao Riacho São Domingos, que recebe visitantes no período das chuvas, pois se trata de um riacho efêmero.

Figura 03 – Aspectos dos locais turísticos visitados durante a pesquisa de campo: a) Comunidade Deus da Vida; b) Casarão da Fazenda Ininga; c) Riacho São Domingos; e d) Piscina construída por escravos nas imediações do Casarão do São Domingos.

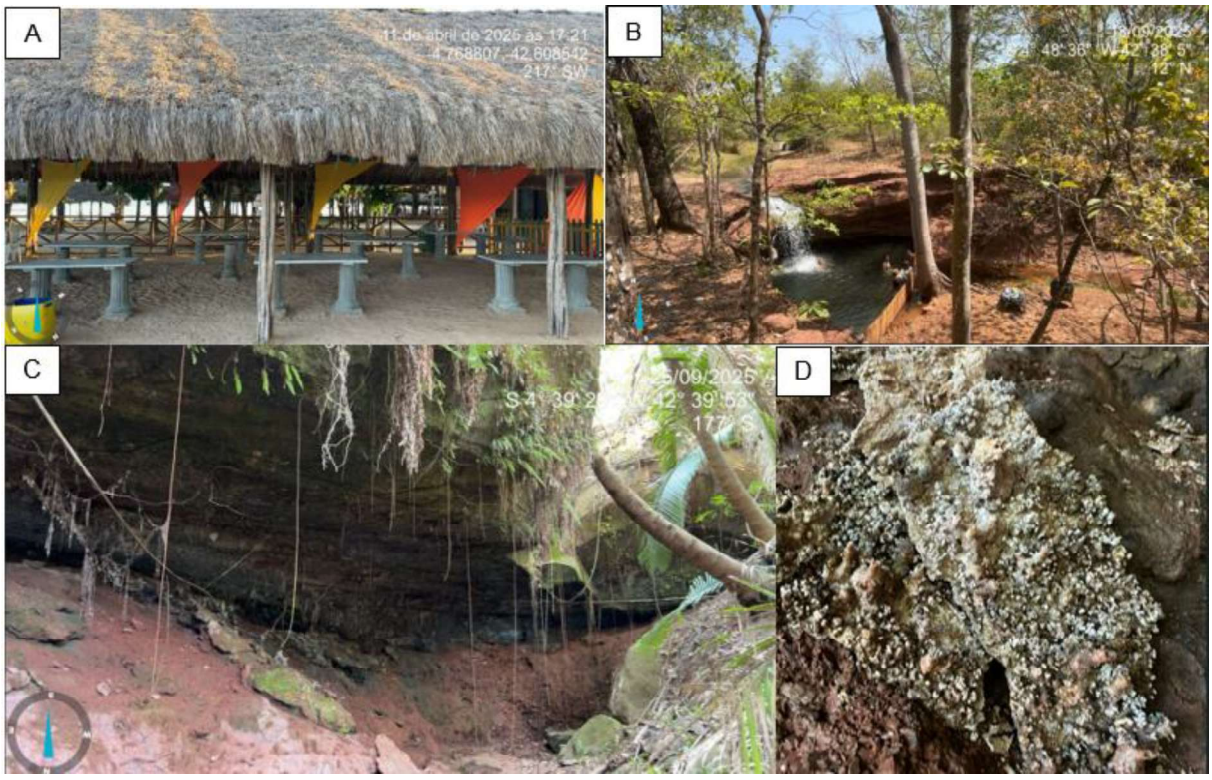
Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

A Barragem do Bezerro, polo turístico que deu visibilidade ao município e o inseriu na rota turística da macrorregião Nordeste “Polo Teresina”, é formado por um conjunto de obras de infraestruturas voltadas ao público visitante ao redor de um barramento de corpo hídrico com capacidade para 10.000.000m³, construído pela Secretaria de Estado da Defesa Civil

(SEDEC) e inaugurada em 1993. Ela possui quadras de esportes, amplo estacionamento e 43 quiosques de alimentação. Oferece ainda passeios de lancha, caiaque, canoa e pesca.

Já o Nazareth Eco Hotel, trata-se de uma área privativa com cerca de 1.174 hectares, incluindo 3 lagos naturais, trilhas, cachoeira, além de infraestrutura voltada ao atendimento ao público como: chalés, piscina e restaurante. Conta ainda com atividades lúdicas para o público infantil, vale ressaltar: a visita ao meliponário, a visita ao pomar e a alimentação de animais criados na propriedade. A localidade Canto da Sentinela abriga grande geodiversidade, composta por cavernas do tipo abrigo e toca (Brasil, 2014). Ocorrem também outras formas, bem como: blocos de rochas, marmitas e quedas d'água ao longo de um paredão e fendas de rocha, encaixadas em uma falha geológica. Há a ocorrência de pequenos estalactites e estalagmites em duas das principais cavernas, devido a concentração de carbonato de cálcio na água que infiltra na rocha e goteja lentamente, depositando o material e formando as estruturas que medem poucos centímetros.

Figura 4 – Aspectos dos locais turísticos visitados durante a pesquisa de campo: a) barracas às margens da Barragem do Bezerro; b) Cachoeira da Gruta, Nazareth Eco Hotel; c) Caverna na comunidade Canto da Sentinela; e d) pequenos estalactites formados na caverna Canto da Sentinela.



Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Nota-se uma pluralidade de atrativos turísticos, com ênfase nas belezas naturais, na

infraestrutura voltada ao turismo e no patrimônio histórico. A atividade turística existente no município é heterogênea, organizando-se em torno do potencial local, como a culinária regional e as belezas naturais (Lanza, 2021).

4.1 Práticas de Turismo de Base Comunitária: potencialidade e desafios

Dentre os locais turísticos estudados, a Associação Deus da Vida destaca-se como atividade turística consolidada e organizada, alicerçada no associativismo e cooperativismo, garantindo a divisão de tarefas e benefícios entre as famílias da comunidade (Conti; Levandoski, 2019). Dessa forma, este modelo materializa a essência do Turismo de Base Comunitária (TBC), respaldado por estudos sobre desenvolvimento endógeno e ação coletiva (Proença; Panosso Netto, 2022). A experiência reforça a visão do TBC como um modelo alternativo baseado na autogestão, alinhada à defesa de Coriolano (2003) de que o desenvolvimento deve ser orientado para a escala humana. Fabrino, Nascimento e Araújo (2016) confirmam que a organização local, a participação e a confiança são fatores essenciais para o sucesso de iniciativas de TBC como essa.

A valorização cultural e histórica, vivenciada nos Casarões, onde moradores compartilham o conhecimento local, alinha-se ao TBC, que prioriza a história, cultura e interculturalidade das comunidades (Proença; Panosso Netto, 2022; Faxina; Freitas; Trevizan, 2021). O ambiente rural associado à cultura configura um atrativo significativo, como observado com a geodiversidade do Canto da Sentinela, sendo um sítio potencial para o TBC de pequena escala, conferindo um atrativo paisagístico e científico que valoriza a vivência real do território. Assim como as práticas artesanais e culinárias da Comunidade Deus da Vida, por sua vez, atuam como indicadores de imagem turística (Santana; Gosling, 2018), reforçando os sentimentos de pertencimento e identidade sociocultural.

É possível observar ainda que empreendimentos privados, como o Nazareth Eco Hotel e a Fazenda Ininga, podem ser incorporados ao contexto do TBC, principalmente ao gerarem renda e emprego para residentes locais. Embora a lógica de mercado desses empreendimentos difira do TBC, que exige protagonismo, autogestão e se baseia na economia solidária e cooperativismo (Irving; Moraes, 2019; Conti; Lavandoski, 2019), a gestão comunitária pode abraçar iniciativas individuais que fomentem o uso sustentável. O Nazareth Eco Hotel, por exemplo, adota práticas ecológicas e conservacionistas, como a observação de aves, educação ambiental e uso de energias renováveis.

Pode-se observar ainda, nas iniciativas turísticas de José de Freitas, que a consolidação do TBC enfrenta barreiras sistêmicas, como as carências infraestruturais básicas (estradas,

iluminação e saneamento), obstáculos recorrentes em todas as entrevistas e corroborados por estudos em outras comunidades que adotam a base comunitária como modelo de desenvolvimento da atividade tutística (Faxina; Freitas; Trevizan, 2021). Além disso, identificaram-se fragilidades institucionais, marcadas pela atuação tímida da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo. Embora o poder público seja um agente regulador crucial (Corbari; Bahl; Souza, 2018), há pouca participação efetiva, com exceção da Barragem do Bezerro que recebe frequentes serviços de limpeza e reformas por parte do poder público, levando outras iniciativas a gerirem-se de forma independente. Outro desafio apontado é o individualismo, a falta de união e cooperação, deficiências também destacadas na literatura para a gestão autônoma do TBC (Fernandes *et al*, 2024). Contudo, o crescimento econômico e o reconhecimento de José de Freitas como polo turístico representam oportunidades alinhadas aos objetivos do TBC de gerar emprego e renda, potencializando o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), visto como um processo de mobilização social endógeno (Buarque, 2002).

O quadro abaixo traz um resumo dos principais achados da pesquisa, considerando as categorias de análise definidas com base na análise qualitativa dos resultados através do software ATLAS.TI.

Quadro 1 – Resumo dos achados da pesquisa de acordo com as categorias de análise de dados qualitativos

Nº	**CATEGORIA DE ANÁLISE**	**ACHADOS DA PESQUISA COM APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**
1	Atrativos turísticos	Foram identificados 11 grupos de atrativos turísticos nos locais visitados: culinária, artesanato, esportes, geodiversidade, patrimônio histórico, belezas naturais, patrimônio cultural, artesanato, patrimônio religioso e estruturas físicas voltadas ao turismo.
2	Atuação do poder público	Foi caracterizada como tímida e insuficiente. Com exceção do Polo Turístico da Barragem do Bezerro, todas as iniciativas ocorrem de forma independente.
3	Carências das comunidades	Manutenção das estradas, saneamento, iluminação pública, policiamento, segurança, fiscalização ambiental e sanitária e academias comunitárias.
4	Envolvimento comunitário com o turismo	Com exceção da Comunidade Deus da vida, a participação da comunidade no turismo se dá de forma indireta e esporádica.
5	Formas de organização do turismo	Associativismo presente em 3 locais turísticos (Barragem do Bezerro, Assentamento São Domingos e Comunidade Deus da Vida).
6	Percepção sobre TBC	Dos oito participantes das entrevistas, apenas dois afirmaram já ter ouvido falar do TBC, os demais (seis) relataram nunca ter ouvido falar nesse termo.
7	Desafios	Foram apontados como desafios: falta de recursos financeiros para o

		poder público, falta de recursos financeiros nas comunidades, desvalorização do turismo local, desinteresse das novas gerações, pensamento individualista, falta de sensibilização ambiental dos visitantes, falta de investimentos em infraestruturas, saneamento e capacitações.
8	Oportunidades	Foram apontados como oportunidades: possibilidade de crescimento econômico para o município, reconhecimento do turismo local, aumento do fluxo de turistas, possibilidade de investimentos por parte do poder público, participação em feiras e eventos, melhoria de renda para as comunidades.
9	Forças	Foram apontados como forças: belezas naturais, culinária local, equipe técnica capacitada que atua na Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, proximidade do município com a capital Teresina, segurança nos eventos para os turistas, riqueza histórica e cultural.
10	Fraquezas	Foram apontados como fraquezas: ausência de um roteiro turístico estruturado, más condições de estradas e acessos, falta de divulgação, precariedade de estruturas físicas voltadas ao turismo, falta de qualificação profissional.
11	Programas e projetos voltados ao turismo	Foram citados apenas projetos de educação ambiental nas escolas e de reforma de locais turísticos conhecidos na cidade como Memorial do Fidié e Barragem do Bezerro.

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Para que o TBC se fortaleça em José de Freitas, é imperativo que o poder público e a comunidade atuem de forma coordenada e que as políticas públicas priorizem o investimento em infraestrutura básica, pois amenizar a carência de infraestrutura básica e de saneamento, assim como investir na melhoria das estradas e acessos, são fatores essenciais para o sucesso dessas iniciativas. Se faz necessário também o monitoramento ambiental e sanitária das iniciativas e dos estabelecimentos que fornecem serviços turísticos.

A comunidade deve ser a protagonista no processo de desenvolvimento e gestão de suas ações e projetos. Nesse sentido, a falta de qualificação deve ser combatida com investimentos em capacitação e treinamento, pois o TBC deve promover a valorização do saber-fazer, impactando positivamente na autoestima e bem-estar dos residentes (Conti; Levandoski, 2019). É vital que as comunidades se organizem. A Comunidade Deus da Vida serve como um modelo a ser replicado, e outras comunidades devem ser incentivadas a criar associações ativas para assumir o papel de intermediação entre os moradores, os políticos e os especialistas para planejar o turismo nas comunidades.

O planejamento do TBC deve ser participativo, conforme preconiza Lanza (2021), visto que a falta de articulação e participação da comunidade é uma limitação para o bom desenvolvimento dessas práticas associativistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa confirmam o potencial de José de Freitas para o Turismo de Base Comunitária (TBC) como modelo alternativo ao turismo convencional, dada a riqueza do seu patrimônio natural, histórico e cultural (Coriolano, 2003). O achado mais expressivo foi a Associação Deus da Vida, que opera como um modelo de sucesso consolidado, baseado em associativismo, cooperativismo e autogestão, garantindo o protagonismo comunitário e a divisão equitativa de benefícios. Dessa forma, esta experiência materializa o TBC como uma prática capaz de coproduzir o território de forma endógena, valorizando recursos locais e promovendo inclusão social (Almeida & Emmendoerfer, 2023).

A questão central do trabalho sobre o incentivo ao TBC e sua contribuição para o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) é respondida pela dupla necessidade de intervenção estrutural e fortalecimento da organização social. Verificou-se que o potencial endógeno para o DLS é severamente limitado por carências infraestruturais sistêmicas, como a deficiência na manutenção de estradas, iluminação e saneamento básico, que se constituem em obstáculos recorrentes ao TBC, especialmente em áreas rurais. Identificou-se ainda que a atuação do poder público municipal é tímida, e o individualismo surge como um desafio cultural que se opõe à essência cooperativista do TBC.

Para que José de Freitas avance na consolidação do TBC, é imprescindível o investimento em infraestrutura básica e uma articulação coordenada entre o poder público, especialistas e as comunidades. O incentivo deve focar no apoio à replicação de modelos de sucesso, como a Associação Deus da Vida, na capacitação para combater a falta de qualificação, e na adoção de planejamento participativo. Tal planejamento deve garantir que as decisões atendam aos interesses coletivos locais, posicionando-se em contraposição à lógica do turismo de massa e da gentrificação.

Para que José de Freitas avance na consolidação do TBC, sugere-se que pesquisas futuras se aprofundem na análise da governança territorial em José de Freitas, investigando mecanismos de participação e a formulação de políticas públicas efetivas para superar as carências institucionais e infraestruturais identificadas. Recomenda-se também o desenvolvimento de estudos de caso focados na replicação e adaptação do modelo de autogestão da Associação Deus da Vida para outras localidades com potencial turístico. Finalmente, é crucial analisar como os empreendimentos privados como o Nazareth Eco Hotel e a Fazenda Ininga, podem ser articulados formalmente às premissas de responsabilidade coletiva e sustentabilidade inerentes ao TBC.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. B.; GOMES, J. R. C**. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de José de Freitas**. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Iniciativas cooperativistas do turismo de base comunitária brasileiro e seus efeitos para o desenvolvimento local sustentável. **CODS - Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, *[S. l.]*, v. 15, n. 1, 2023. Disponível em: https://codsunama.org/ojs/index.php/br/article/view/99. Acesso em: 12 set. 2025.

ALVES, A.-A. S.; ROCHA, G. C. Desenho teórico sobre as iniciativas de turismo de base comunitária em comunidades tradicionais no território brasileiro. **Revista de Geografia**, *[S. l.]*, v. 41, n. 5, p. 1–18, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.51359/2238-6211.2024.264991. Acesso em: 12 jan. 2025

ARRUDA, D. de O.; GONÇALVES, J. P. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola. **Interações,Campo Grande,-**MS, v. 21, n. 1, p. 107-123, 2020. Disponível em: https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1968. Acesso em: 15 mai. 2024.

ASSIS, G. C.; PEIXOTO, R. C. D. O turismo é uma dádiva? Uma "etnografia das trocas" e a oferta da experiência "chamada" Turismo de Base Comunitária em Anã/Santarém/Pará. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 13, n. 2, p. 144–160, 13 maio 2019. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1568. Acesso em: 29 jun. 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em análise**, *[S. l.],* v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004. Disponível em: https://share.google/58OPuw6Z2IaNEgig4. Acesso em: 10 set. 2024.

BENITES, M.; MAMEDE, S. Ecoturismo de Base Comunitária na Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS): planejamento e sustentabilidade. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.13, n.1, p. 100-119, 2020. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6778. Acesso em 29 jun. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Espeleologia:** o estudo das cavernas. Serviço Geológico do Brasil, 2014. Disponível em: https://www.sgb.gov.br/espeleologia-o-estudo-das-cavernas. Acesso em: 10 de out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010.** Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7381.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BROCHADO, C.; JUNIOR, J. M. C. Turismo de Base Comunitária: um potencial para o desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 250-264, ago. 2012. Disponível em: https://periodicos.unirio.br/cadernovirtualturismo/article/view/2870/2662. Acesso em: 14 jun. 2025.

BUDEL, L.; SEVERINI, V. F.; REJOWSKI, M. Dimensões da Hospitalidade no Turismo de Base Comunitária: simbologias, ritos e artefatos na casa de farinha em Mangabeira. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, *[S. l.]*, v. 17, p. 2497, 2023. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2497. Acesso em: 14 jun. 2025.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 230p.

BURGOS, A.; MERTENS, F. As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. **Tourism & Management Studies**, vol. 12, núm. 2, pp. 18-27, 2016 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305771107_As_redes_de_colaboracao_no_turismo_de_base_comunitaria_implicacoes_para_a_gestao_participativa. Acesso em: 28 nov. 2023.

CÁCERES-FERIA, R; HERNÁNDEZ-RAMÍREZ, M; RUIZ-BALLESTEROS, E. Depopulation, community-based tourism, and community resilience in southwest Spain. **Journal of Rural Studies**, v. 88, p. 108–116,. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.10.008. Acesso em: 15 mai. 2024.

CARVALHO, I. M. S. **Um estudo sobre os prédios antigos de José de Freitas – PI** (1928 a 2013). 2014. 33 f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Faculdade do Médio Parnaíba, Teresina, 2014. Disponível em: https://www.famep.com.br/repositorio/2016.2/monografias/historia/um_estudo_sobre_os_predios_antigos_de_jose_de_freitas.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

COELHO, E. de Á.; GONTIJO, B. M. O processo de organização para o turismo nas comunidades ribeirinhas da Reserva Amanã, AM. Turismo e Sociedade, *[S. l.]*, v. 14, n. 3, 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/79715. Acesso em: 15 mai. 2024.

COLIN, E. C. da S.; PELICIONI, M. C. Fi. Territorialidade, desenvolvimento local e promoção da saúde: estudo de caso em uma vila histórica de Santo André, São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1246–1260, 2018. Disponível em: scielo.br/j/sausoc/a/V8myxRZdRWjTfZGZGmhyXRt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 jun. 2024.

CONTI, B. R.; LEVANDOSKI, J. Caminhos para o desenvolvimento turístico em Maricá, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, *[S. l.]*, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115459473002. Acesso em: 15 mai. 2024.

CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. R. A relação entre atores e seus impactos: o caso do turismo em comunidades indígenas brasileiras. **Caderno Virtual de Turismo**, *[S. l.]*, v. 18, n. 2, p. 5-22, 2018. Disponível em:

https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1235. Acesso em: 15 mai.2025.

CORIOLANO, L. N. M. T.; BARBOSA, L. M. Rede de territórios solidários e turismo de base local no Ceará –Brasil. **Revista Geográfica de América Central** (Costa Rica), vol. 2, p. 1-26, 2011. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820829. Acesso em: 26 set. 2024.

CORIOLANO, L. N. M. T. **O turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

DEWES, J. O. **Amostragem bola de neve e respondente-driven sampling: uma descrição dos métodos**. 2013. 52 f. Monografia (Bacharel em Estatística). Departamento de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/93246/000915046.pdf. Acesso em: 17 jun. 2015.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; ARAÚJO, H. C. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 172-190, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1154/115449790013.pdf. Acesso em 12 jun. 2024.

FAXINA, F., FREITAS, L. B. A;, TREVIZAN, S. D. P. Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem de Sá – Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. e16311, 2021. Disponível em:https://doi.org/10.5585/geas.v10i1.16311. Acesso em: 15 mai. 2024.

FERNANDES, T. M. S.; SANTOS, J. dos; MOREIRA, F. A.; DIAS, N. O.; SÁLVIO, G. M. M.; JÚNIOR,W. J. da S. Turismo de base comunitária no entorno do parque de Ibitipoca: um estudo de caso das Vila dos Moreiras. *In:* LADWIG, N. I.; SUTIL,T. (org). **Planejamento e Gestão Territorial.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

FERREIRA, D. L. G.; CORDEIRO, J.; CALAZANS, G. M. O turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e aspectos culturais da Serra dos Alves, Itabira (MG). **Research, Society and Development**, v. 8, n. 1, p. e381507, 2019**.** Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662192003. Acesso em: 06 abr. 2024.

FUNDAÇÃO CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Perfil dos municípios**. Teresina: Fundação CEPRO, 2000.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. de. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 161–179, 2020. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1736. Acesso em: 29 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados e Informações Ambientais (BDIA)**: Geomorfologia. Rio de Janeiro, *[s.d.]*. Disponível em: https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia. Acesso em: 21 jun. 2025-a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados e Informações Ambientais (BDIA)**: Vegetação. Rio de Janeiro 2025. *[s. d.]*. Disponível em:

https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/vegetacao. Acesso em: 21 jun. 2025-b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Banco de Informações Ambientais (BDIA), Pedologia. IBGE, 2023. Disponível em: https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/pedologia. Acesso em: 21 jun. 2025.

IRVING, M. de A.; MORAES, E. A. de. Apresentação. *In*: GUERRA, M. F.; ALVITE, C. M. de C.; SANTOS, A. B. de V. S**.** (org). **Brasil. Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais:** caderno de experiências. (pp. 14-18). 1 ed. Brasília: MMA, ICMBio. p. 14-18, 2019. Disponível em: turismo-de-base-comunitaria-em-ucs-caderno-de-experiencias-pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

IRVING, M. da A.; MENDONÇA, T. C. de M. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, *[S. l.]*, v. 4, n. 4, 2006. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/66. Acesso em: 15 nov. 2025.

JEE, T.-W.; TING, H.-B.; ALIM, M. A. Community based tourism re-visit intention: tourists' perspective**.** **International Journal of Business and Society**, v. 20 n. 2, p. 585-604, 2019. Disponível em: https://www.ijbs.unimas.my/images/repository/pdf/Vol20-no2-paper10.pdf. Acesso em 21 jun. 2025.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento Local Sustentável**: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANZA, E. V. **Potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no espaço rural:** o estudo de dois bairros do município de Delfim Moreira - MG. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.100.2021.tde-28062021-170224. Acesso em: 15 mai. 2024.

LEE, T. H.; JAN, F.-H. **Can community-based tourism contribute to sustainable development?** Evidence from residents' perceptions of the sustainability. Tourism Management, v. 70, p. 368–380, 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517718302115. Acesso em: 15 mai. 2024.

MAKWINDI, N.; NDLOVU, J. Prospects and Challenges of Community-Based Tourism as a Livelihood Diversification Strategy at Sehlabathebe National Park in Lesotho. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 10(1), n. 10(1), p. 333–348, 2021. Disponível em: https://www.ajhtl.com/uploads/7/1/6/3/7163688/article_22_10_1_333-348.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

MARTINS, M. R.; FUTEMMA, C. O turismo como um bem comum e o papel da juventude em sua gestão no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, *[S. l.]*, v. 59, 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76646. Acesso em: 14 jun. 2024.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

PINHEIRO, C. R. S.; SOUZA, L. E. S.s de. Entre Mangues e Guarás: o Turismo de Base Comunitária na Ilha do Lençóis em Cururupu (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 17, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/15506. Acesso em: 14 jun. 2024.

PLACERES, C. C. **Turismo de Base Comunitária no Assentamento Agroecológico de Roça Nova, Aracruz, ES**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/10200. Acesso em: 17 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS).** Teresina, 2018. Disponível em: https://semplan.teresina.pi.gov.br/wpcontent/uploads/sites/39/2018/05/plano_de_desenvolvimento_integrado_do_turismo_sustentavel.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed, Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em 15 mai. 2024.

PROENÇA, A. R. G. B.; PANOSSO NETTO, A. Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança "Pisasú Sarusawa" (Rio Cuieiras -Amazonas). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, *[S. l.]*, v. 16, p. 2408, 2022. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2408 Acesso em: 14 jun. 2024.

SALGANIK, M. J.; HECKATHORN, D. D. Sampling and Estimation in Hidden Populations Using Respondent-Driven Sampling. **Sociological Methodology**, v. 34, n. 1, p. 193–240, 2004. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.0081-1750.2004.00152.x. Acesso em: 15 mai. 2024.

SANTANA, L. D.; GOSLING, M. S. Imagem de destino turístico: Ilheus/BA na perspectiva de visitantes e moradores. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 63-84, 2018. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1301 Acesso em: 15 mai. 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 1996. São Paulo: Hucitec, 1996. 259p.

APÊNDICE D – ARTIGO: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM DIAGNÓSTICO TERRITORIAL EM JOSÉ DE FREITAS, PIAUÍ

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM DIAGNÓSTICO TERRITORIAL EM JOSÉ DE FREITAS, PIAUÍ

Arijane-Adne Santiago Alves[1]; Glairton Cardoso Rocha[2]

[1]Tecnóloga em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Mestranda em Análise e Análise e Planejamento Espacial pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-4585-367X
aneadne@gmail.com

[2]Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Brasil.
glairtongeo@ifpi.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1706-7338

Eixo temático: 19. Patrimônio natural e patrimônio turístico: espaço do campo e da cidade

Resumo
O estudo analisa o Turismo de Base Comunitária (TBC) como alternativa sustentável no município de José de Freitas, Piauí, território reconhecido por seu patrimônio histórico-cultural e belezas naturais. O objetivo geral foi avaliar o potencial local para o desenvolvimento de um modelo turístico pautado no Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), identificando práticas vigentes e vulnerabilidades institucionais. Trata-se uma pesquisa de campo qualitativa, fundamentada na etapa de diagnóstico da realidade de Buarque (2002). A amostragem utilizou a técnica snowball sampling para prospectar locais turísticos, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e observação sistemática com auxílio de ficha de campo. A análise foi processada por meio da Análise de Conteúdo de Bardim (1994) com auxílio do software ATLAS.ti 25. Os resultados revelaram um vasto patrimônio natural e histórico, com destaque para o protagonismo bem-sucedido da Comunidade Deus da Vida. Entretanto, a consolidação do modelo é restringida por carências infraestruturais sistêmicas, atuação governamental insuficiente e barreiras culturais ligadas ao individualismo. Conclui-se que o TBC é uma estratégia viável para a coprodução territorial e valorização do saber-fazer local, mas sua efetivação demanda investimentos em infraestrutura básica e o fortalecimento de uma governança participativa coordenada entre o poder público e as comunidades receptoras.

Palavras–chave: Comunidades. Coprodução Territorial. Desenvolvimento Local Sustentável. Protagonismo Comunitário. Turismo de Base Comunitária.

Abstract
The study analyzes Community-Based Tourism (CBT) as a sustainable alternative in the municipality of José de Freitas, Piauí, a territory recognized for its historical-cultural heritage and natural beauty. The general objective was to evaluate the local potential for the development of a tourism model based on Sustainable Local Development (SLD), identifying current practices and institutional vulnerabilities. It is a qualitative field research, based on the reality diagnosis stage of Buarque (2002). Sampling used the snowball sampling technique to prospect tourist sites, with data collection through semi-structured interviews and systematic

observation with the aid of a field sheet. The analysis was processed through Bardin's Content Analysis (1994) with the aid of the ATLAS.ti 25 software. The results revealed a vast natural and historical heritage, highlighting the successful protagonism of the Deus da Vida Community. However, the consolidation of the model is restricted by systemic infrastructural deficiencies, insufficient government action, and cultural barriers linked to individualism. It is concluded that CBT is a viable strategy for territorial co-production and valorization of local know-how, but its implementation demands investments in basic infrastructure and the strengthening of a participatory governance coordinated between the public power and the receiving communities.

Keywords: Communities. Territorial Co-produtions. Sustainable Local Development. Community Protagonism. Community-Based Tourism.

1. INTRODUÇÃO

O cenário atual do turismo global tem impulsionado a busca por modelos que mitiguem os impactos adversos do turismo de massa, reconhecido por provocar profundas transformações de ordem ambiental, econômica, social, cultural e política nas localidades receptoras. Embora o turismo convencional promova benefícios, como emprego e dinamização do comércio, ele frequentemente resulta em degradação e superexploração de áreas sensíveis, devido à alta concentração de visitantes e à construção de infraestruturas inadequadas.

Nesse contexto, emerge o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma proposta mais sustentável e inclusiva, enquadrada no movimento do turismo alternativo como um contraponto à massificação do fenômeno turístico. O TBC é conceituado por Fabrino, Nascimento e Araujo (2016) como um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos endógenos (humanos, naturais e de infraestrutura) de determinada localidade, sendo defendido por Coriolano (2003) como uma prática de turismo sustentável, fruto da mobilização de diversas comunidades (rurais, pesqueiras, indígenas e quilombolas).

Budel, Severine e Rejowski (2023) ressaltam que o TBC traz o resgate e o revigoramento das tradições locais e heranças culturais de uma localidade que, indo além da esfera econômica, corrobora no protagonismo para a construção e apresentação do seu próprio lugar (Irving; Mendonça, 2006). Suas características e benefícios, além de percalços para a sua implantação e manutenção, tem sido tema de debate acadêmico e objeto de estudo tanto no âmbito nacional (Benites; Mamede, 2020; Ferreira; Cordeiro; Calazans, 2019; Martins; Futema, 2022; Pinheiro; Sousa, 2024) quanto internacionais (Cáceres-Feria; Hernández-Ramírez; Ruiz-Ballesteros, 2021; Lee; Jan, 2019; Makwindi; Ndlovu, 2021).

Neste sentido, comunidades passaram a vislumbrar no turismo uma fonte de recursos para sua sobrevivência, sendo o TBC, uma das formas de se alcançar esse objetivo através de

suas premissas, ou seja, um modelo de gestão que garante às comunidades o protagonismo das atividades turísticas. Além disso, o TBC preza pela conservação do meio ambiente e pela manutenção da cultura e do modo de vida local, propiciando vivências reais de cada comunidade.

A cidade de José de Freitas, a 53 km da capital do estado do Piauí (Teresina), é conhecida por seus atributos turísticos marcados pelo patrimônio histórico-cultural e pelas belezas naturais, onde se destaca a Barragem do Bezerro, polo turístico que deu visibilidade ao município. Além da barragem, são conhecidos no município: o Nazareth Eco Hotel, o Morro do Cristo (memorial do Fidié), além de antigos casarões que remontam do período do Brasil Colonial e Imperial.

O turismo praticado em José de Freitas, apresenta-se como uma estratégia com possibilidade para impulsionar o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). No entanto, a eficácia desse modelo e seus impactos específicos na comunidade ainda não foram adequadamente explorados. Diante deste contexto, surge a necessidade de responder a seguinte questão: De que forma pode-se incentivar a adoção de iniciativas de TBC em José de Freitas e como estas podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável?

Deste modo, o objetivo geral do trabalho é avaliar o potencial de José de Freitas para o desenvolvimento de um modelo turístico alternativo pautado nas premissas do Desenvolvimento Local Sustentável. A fim de alcançá-lo, foram caracterizadas as práticas turísticas vigentes, foram examinadas as vulnerabilidades que limitam a consolidação do turismo local e, além disso, sugere-se estratégias de intervenção para o fortalecimento da autonomia comunitária e fortalecimento das iniciativas turísticas.

É importante ressaltar que, ainda que esta pesquisa justifica-se pelo potencial contributivo do TBC para o DLS, corroborado por diversos autores como Almeida e Emmendoerfer (2023); Almeida e Castro (2017); Burgos e Mertens (2016); Silva, Matta e Sá (2016), há a necessidade de apresentar, de modo mais detalhado, como essa relação se estabelece. José de Freitas, embora abrigue uma rica diversidade cultural e natural, ainda tem muito a ser explorado em termos de potencialidades turísticas. É nesse contexto que o TBC emerge como uma proposta promissora, capaz de catalisar mudanças positivas ao integrar a comunidade local no processo de desenvolvimento ambiental local.

2. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO MODELO ALTERNATIVO AO TURISMO DE MASSA

O Turismo de Base Comunitária (TBC), conforme Graciano e Holanda (2020), integra o movimento do turismo alternativo como um contraponto à massificação do fenômeno turístico. Ele teve seu início na América Latina na década de 1980 por meio do Turismo Rural Comunitário (TCR), com incentivos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), visa suprir a demanda internacional de turistas preocupados com a preservação ambiental e as riquezas culturais. Os autores destacam que essas iniciativas são mais frequentes na África, Ásia, Oceania e em países da América Latina, como Brasil, Equador, México e Peru.

2.1 Dinâmicas organizacionais do Turismo de Base Comunitária

Fabrino, Nascimento e Araujo (2016, p.174) definem o TBC como um "modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de determinada localidade". Budel, Severine e Rejowski (2023) ressaltam o resgate e revigoramento das tradições locais e heranças culturais como características principais, enfatizando o "lugar relacional estabelecido entre hóspede e anfitrião e estruturado pela procura de vínculos mais significativos de interação interpessoal" (Fabrino; Nascimento; Araujo, 2016, p.7). Outras palavras-chave identificadas para o conceito do TBC incluem resiliência socioecológica (Ozorio, 2022), aplicação de rendimentos, economia solidária e inclusão social (Ferreira; Cordeiro; Calanzas, 2018; Fernandes *et al*., 2024; Teixeira; Vieira; Mayr, 2019).

Devido à heterogeneidade de iniciativas de TBC no Brasil e à consequente dificuldade em sua definição, o Ministério do Turismo (Brasil, 2010) estabeleceu critérios para auxiliar sua classificação: i) autogestão; ii) associativismo e cooperativismo; iii) democratização das oportunidades e benefícios; iv) centralidade da colaboração, parceria e participação; v) valorização da cultura local; e vi) o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e na oferta de bens e serviços turísticos.

A atividade turística, caracterizada pelo protagonismo das comunidades, manifesta-se com um ritmo lento de progressão, dependendo muitas vezes de agentes externos para sua manutenção. Iniciativas de TBC têm buscado, ou surgido, com a atuação de Organizações Não Governamentais, Universidades e outras instituições (Assis; Peixoto, 2019; Budel; Severini; Rejowski, 2023; Pinheiro; Souza, 2024; Proença; Panosso Netto, 2022). Tais relações fornecem apoio em cursos, capacitações, divulgação e elaboração de estudos.

É possível observar que é muito comum a parceria com agências de turismo ou de

viagens para estabelecer rotas turísticas e demanda para esses locais (Martins; Futemma, 2022; Pinheiro; Souza, 2024; Proença; Panosso Netto, 2022). Arruada e Gonçalves (2020) veem positivamente a presença de agências, por inserirem e divulgarem as comunidades. Contudo, Coelho e Gontijo (2021) consideram tais atores externos como uma forma de neocolonialismo, que controla a atividade e oferece apenas um modesto complemento aos meios de subsistência.

Um dos pilares do TBC é o protagonismo local, que deve ser incentivado para que os moradores assumam o papel de gestores. A pesquisa de Benites e Mamede (2020), com 22 moradores da comunidade quilombola Furnas da Boa Sorte (MS), demonstra que a maioria (99,5%) tem interesse em participar do TBC, seja em qualificações ou na oferta de serviços (hospedagem, refeições, artesanato). Observa-se que nessas comunidades impera uma organização de trabalho setorizada, com grupos responsáveis por tarefas específicas, como a produção artesanal ou os guias turísticos (Martins e Futemma, 2022; Proença e Panosso Netto, 2022).

Alves e Rocha (2024), ao realizar uma análise bibliográfica exploratória sobre as características que o TBC assume em comunidades tradicionais no Brasil, observaram que os impactos socioculturais, incluindo a acentuação das fronteiras identitárias, ainda estão presentes nessa modalidade turística, e que a natureza das relações é frequentemente assimétrica, mas com potencial de imersão profunda no modo de vida dessas comunidades. A pesquisa concluiu ainda que, mesmo diante de grandes desafios, como a ausência de infraestrutura básica e a escassez de recursos financeiros, o TBC é uma estratégia viável para essas comunidades alcançarem o seu protagonismo.

A relação entre visitantes e comunidades receptoras no TBC distingue-se do turismo de massa, cujas interações são caracterizadas como rasas, distantes e, por vezes, conflitivas, com predomínio do desinteresse pelo conhecimento do outro. Barreto (2004) descreve a relação no turismo convencional como assimétrica, onde o visitado é tratado como bem de consumo, dentro de uma tendência de impessoalidade e profissionalismo. Corbari, Bahl e Souza (2018) defendem que a relação entre visitantes e prestadores de serviços turísticos será sempre assimétrica, mesmo havendo formação cultural comum, pois é pautada na dicotomia: tempo livre *versus* trabalho e produção *versus* consumo. Fatores como língua, religião e política acentuam essas diferenças. Dessa forma, a interação é estabelecida por uma definição prévia de papéis, hierarquias e expectativas, refletindo os interesses, poderes e expectativas de cada ator social.

2.2 Territorialidades do TBC, espaço vivido e ressignificação comunitária

Compreender o território abrange visualizar a multiplicidade de formas de apropriação e transformação do espaço por diferentes grupos. Coriolano e Barbosa (2011) ressaltam que a territorialização implica na apropriação, delimitação e controle do espaço, onde as relações sociais de poder se materializam. Souza (2013) entende o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

O conceito de território, na Geografia contemporânea, é concebido como um espaço vivido, produzido e reproduzido por relações sociais, culturais, econômicas e políticas, transcendendo a mera delimitação física (Santos, 1996; Saquet, 2007). Neste contexto, o TBC atua como um agente de coprodução territorial, moldando-o em suas dinâmicas locais, e não se restringindo apenas a atividades econômicas. Almeida e Emmendoerfer (2023) defendem que o TBC, como modelo, amplia a capacidade de coproduzir o território em diversas dimensões (ambiental, cultural, econômica, política) devido à presença de representantes na governança territorial que salvaguardam princípios sustentáveis. Esta coprodução, de caráter endógeno, difere do desenvolvimento exógeno do turismo de massa, ou seja, conforme aponta o autor, "o TBC não só contribui para moldar as características de um território pelos mecanismos de governança, como também é uma prática de resistência de grupos sociais locais que outrora foram excluídos dos benefícios econômicos do turismo" (Almeida; Emmendoerfer, 2023, p. 21).

O TBC, ao contrário dos modelos convencionais (onde o território é palco de consumo de agentes externos), traz o protagonismo da comunidade na construção e apresentação de seu próprio lugar (Irving; Mendonça, 2006). Ao ser planejado e gerido pela própria comunidade, o TBC coproduz o território ao provocar intervenções e ressignificações espaciais. Isso leva a comunidade a identificar, organizar e valorizar seus recursos (naturais, culturais, históricos), conferindo-lhes novo valor e significado, o que resulta em uma nova leitura do território (Brochado; Junior, 2012).

Outro elemento na coprodução territorial é a organização espacial e a infraestrutura. A demanda por hospitalidade e serviços turísticos estimula a comunidade a organizar seu espaço, resultando em melhorias físicas como adaptação de hospedagens, restaurantes, trilhas e acessos. Estas são decisões coletivas que refletem a visão da comunidade sobre como seu território deve ser compartilhado. Por fim, não se deve negar a possibilidade de ocorrência de territorialização de novos conflitos, pois a inserção do turismo gera novos usos do espaço (Placeres, 2015). No entanto, ao promover a discussão e a participação, o TBC oferece mecanismos para que esses

conflitos sejam tratados e soluções sejam produzidas pela própria comunidade, buscando a transformação territorial equitativa e sustentável.

2.3 Conexões entre o TBC e as dimensões do Desenvolvimento Local Sustentável

O Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) tem sido impulsionado no Brasil desde meados da década de 1990, resultado do crescimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) com estratégias locais e dos processos de descentralização pós-Constituição de 1988, valorizando a dimensão local (Kronemberger, 2011). Buarque (2002, p.67) entende o DLS como um processo de mudança social que eleva as oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, com um claro compromisso com o futuro e a solidariedade intergeracional.

Buarque (2002) aponta que, para ser consistente e sustentável, o DLS deve mobilizar e explorar as potencialidades locais, elevando as oportunidades sociais e a competitividade econômica local, assegurando a conservação dos recursos naturais. Kronemberger (2011, p. 31) define o DLS como o "produto do conhecimento e do aproveitamento das potencialidades, oportunidades, e vantagens comparativas da localidade", que resulta do desenvolvimento simultâneo dos capitais humano, social e produtivo, e do uso sustentável do capital natural.

Nesse contexto, o TBC se relaciona com o DLS ao considerar fatores institucionais, políticos, econômicos, sociais e ambientais. Esse modelo busca fortalecer a capacidade decisória da sociedade civil, estimular o crescimento econômico, promover o bem-estar populacional e preservar o meio ambiente, com base nos recursos locais. Almeida e Emmendoerfer (2023) categorizaram as contribuições do TBC para o DLS em cinco tipos: econômica, ecológica, social, cultural e política. Eles justificam que as dimensões do desenvolvimento sustentável são promovidas pelo TBC de forma endógena, com base nos recursos e necessidades dos atores locais, colocando o caráter endógeno no centro das contribuições dimensionais para o DLS.

Diferente do turismo de massa, que altera a dinâmica e o uso dos espaços, dificultando o acesso de moradores mais pobres em áreas economicamente supervalorizadas, o TBC ocorre em pequena escala, favorecendo a convivência entre turistas e prestadores de serviços, além de prezar pela preservação das singularidades do lugar (recursos naturais, gastronômicos e culturais) (Burgos; Mertens, 2016). Isso garante que a renda circule entre os residentes que valorizam o território, em vez de se concentrar em poucos empresários sem ligação com o local.

Almeida e Emmendoerfer (2023) destacam que o TBC se opõe a projetos urbanísticos que promovem especulação imobiliária e é avesso à privatização de lugares de essência pública (como cachoeiras e praias). Por conseguinte, o TBC é antagônico ao processo de gentrificação, descrito por Fabrino, Nascimento e Araujo (2016), defendendo que as decisões turísticas atendam a interesses locais e coletivos.

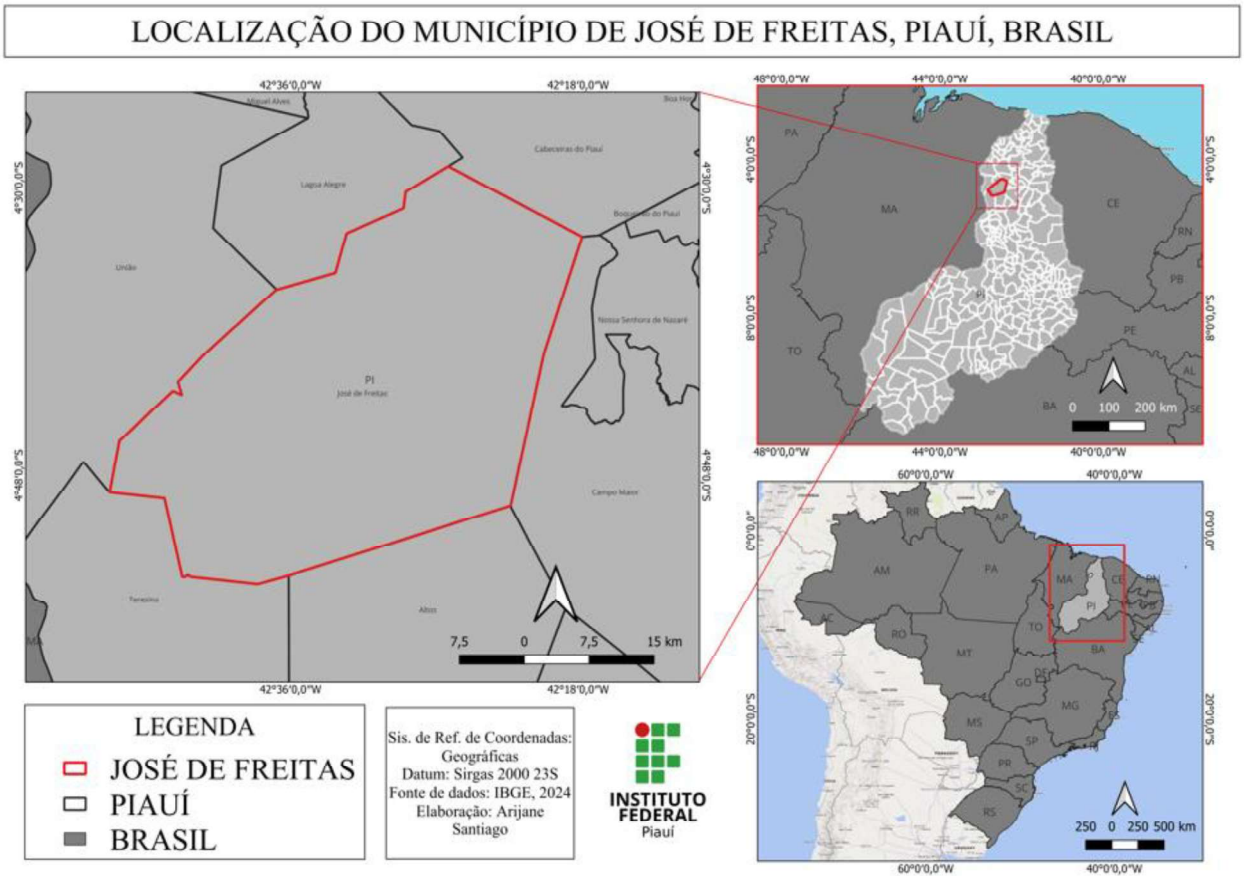
3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da área de estudo

A pesquisa se concentra no território do município de José de Freitas (Figura 1), Piauí, que integra a área turística denominada Polo de Teresina, formada por mais 13 municípios. A cidade é reconhecida principalmente pelo Polo Turístico Barragem do Bezerro (Prefeitura Municipal de Teresina, 2018). No entanto, o município abriga um patrimônio natural, histórico e cultural de riqueza incomensurável, que pode colocá-lo em evidência como destino turístico.

Posicionado entre as coordenadas geográficas 04°45’23’’ de latitude Sul e 42°34’32’’ de longitude Oeste, integra a microrregião de Teresina e o Território de Desenvolvimento Entre Rios. Ao Norte, o município faz limite com Lagoa Alegre, Cabeceiras do Piauí e Campo Maior; ao Sul, limita-se com os municípios de Altos e Teresina; ao Leste, com o município de Campo Maior; ao Oeste, com os municípios de União, Lagoa Alegre e Teresina (Fundação CEPRO, 2000).

Figura 1 – Mapa de localização do município de José de Freitas, Piauí



Fonte**:** Os autores, 2025.

Considerando os aspectos geológicos do município de José de Freitas, as unidades litológicas que afloram nos limites territoriais do município pertencem às coberturas sedimentares das formações: Pedra de Fogo, Longá, Piauí e Poti. Os sedimentos mais recentes da Formação Pedra de Fogo reúnem: arenito, folhelho, calcário e silexito. As litologias que integram a Formação Piauí são: arenito, siltito e calcário. Por sua vez, os sedimentos mais recentes da Formação Poti são formados por arenito, folhelho e siltito. Em menor expressão, repousam no limite do extremo nordeste do município os sedimentos da Formação Longá, agrupados por: arenito, siltito, folhelho e calcário (Aguiar; Gomes, 2004).

Geomorfologicamente, as feições da região de José de Freitas apresentam características inerentes à estrutura da bacia sedimentar do Parnaíba, estando inseridas nas regiões geomorfológicas das Baixas Chapadas e Tabuleiros do Médio rio Parnaíba. As compartimentações geomorfológicas do município são: Baixada de Campo Maior, Tabuleiros do Parnaíba, Patamares do Parnaíba, Vãos do Médio Parnaíba (IBGE, 2023).

O município José de Freitas localiza-se em uma faixa de transição de biomas (ecótono). Segundo dados do Banco de Dados e Informações Ambientais (IBGE, 2025a), vinculado ao

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), José de Freitas apresenta duas regiões fitoecológicas, representadas por áreas de contato (ecótonos) e Floresta Estacional Semidecidual. A primeira corresponde a uma área de 91,55% enquanto a segunda ocupa 8,45% da área do município. Relativo às formações vegetais de José de Freitas, as áreas de Savana Arborizada correspondem por 58,25%, as áreas de Savana-Estépica Arborizada representam 32,51%, a Floresta Estacional Semidecidual Submontana ocupam 7,69% e outros 1,55% são de áreas de agricultura.

3.2 Métodos e técnicas de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, de natureza aplicada. Traz uma abordagem descritiva, pois tem o propósito de conhecer, registrar e analisar as características e experiências locais de TBC (Prodanov; Freitas, 2013). Para o embasamento teórico da pesquisa, se procedeu uma revisão de literatura sobre os temas Turismo de Base Comunitária (TBC), Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), Turismo e Território e Comunidades Tradicionais. A busca ocorreu por meio das plataformas digitais, como Google Scholar e o Portal de Periódicos da CAPES, e o auxílio da ferramenta de busca com Inteligência Artificial, Research Rabbit.

A fase de campo da pesquisa foi realizada com base na primeira etapa do processo de planejamento conforme a pesquisa de Buarque (2002), ou seja, em sua proposta de metodologia de planejamento para construção do desenvolvimento local sustentável, porém adaptando-a para os objetivos desta pesquisa.

Buarque (2002) divide tal processo em quatro estágios: conhecimento da realidade; tomada de decisões; execução do plano; e acompanhamento, controle e avaliação das ações. No entanto, o presente trabalho se concentra na primeira etapa, visto que se trata de um diagnóstico da realidade local, não pretendendo se debruçar sobre a elaboração de planos de ação. Dentro dessa perspectiva, serão seguidos os seguintes procedimentos sequenciais e complementares: delimitação do objeto, diagnóstico – compreensão da realidade atual, com identificação dos principais problemas e potencialidades locais –; e prognóstico – identificação das oportunidades e dos fatores externos que podem constituir ameaças ao seu desenvolvimento.

A delimitação do objeto foi definida como todo o território geográfico do município de José de Freitas. A população prevista para investigação abrangeu: as comunidades, indivíduos, gestores e instituições envolvidas em iniciativas turísticas em José de Freitas. Como técnica de amostragem, optou-se pela *snowball sampling* (amostragem bola de neve), uma técnica não

probabilística que não se utiliza de um sistema de referências, mas sim de uma rede de relacionamentos dos membros existentes na amostra (Dewes, 2013; Salganik; Heckathorn, 2004), bastante utilizada em pesquisa envolvendo turismo de base comunitária como em: Colin e Pelicioni (2018); Makwindi e Ndlovu (2021); Teles, Oliveira e Webering (2023) e Gee, Ting e Alim (2019).

A técnica consiste em três etapas: i) seleção dos informantes-chave (seeds), que, nesta pesquisa, foram o total de três que indicaram 8 iniciativas e/ou locais turísticos; ii) cadeia de informações: resultou em apenas um novo elemento não repetido nas indicações anteriores; iii) ponto de saturação: quando não há novos nomes ou locais oferecidos. Para a presente pesquisa, o ponto de saturação foi atingido quando as indicações feitas se tratava de indivíduos ou instituições já incluídas na pesquisa.

A pesquisa ocorreu em seis locais turísticos onde já são desenvolvidas iniciativas turísticas com características de base comunitária, ou que tem potencial para tal. Ao todo, a técnica de amostragem bola-de-neve possibilitou a prospecção de 9 locais, no entanto, 3 locais não fizeram parte do escopo desta pesquisa, visto que não estavam abertos ao público, ou por não haver pretensão em desenvolver atividades voltadas ao turismo. Assim, foram incluídas na pesquisa as comunidades e/ou locais turísticos que atendem aos seguintes critérios: presença de atividade turística intermitente, consolidada ou em processo de consolidação; existência de atrativos turísticos com potencial reconhecido para o TBC; possibilidade de envolvimento e protagonismo da comunidade local; acesso viável, interesse e disponibilidade da comunidade para participar da pesquisa de campo.

A metodologia empregada para identificar, descrever e diagnosticar o potencial de Turismo de Base Comunitária (TBC) em José de Freitas foi pautada em uma abordagem qualitativa, seguindo uma sequência lógica de coleta e análise de dados. A primeira fase consistiu na identificação e descrição das iniciativas turísticas**,** utilizando entrevistas semi-estruturadas (gravadas em áudio e transcritas pelo Aplicativo de IA Clipto) dirigidas a líderes comunitários, agentes públicos e organizações locais. Foram elaborados dois roteiros de entrevistas distintos (um para comunidades e outro para agentes do poder público), conforme a flexibilidade proposta por Minayo (2014)**.** No total, realizaram-se oito entrevistas entre 10 de abril e 25 de setembro de 2025, envolvendo dois gestores públicos (da SEMAT) e representantes de comunidades e empreendimentos.

Simultaneamente, para a fase de diagnóstico local, utilizou-se a observação sistemática ou estruturada**,** que, segundo Marconi e Lakatos (2003)**,** emprega instrumentos como fichas de campo para a coleta de dados e fenômenos observados. Este instrumental permitiu a

caracterização dos aspectos sociais/culturais, ambientais, e as condições de infraestrutura dos locais visitados.

O diagnóstico se aprofundou na identificação de desafios e potencialidades (diagnóstico) e oportunidades e ameaças (prognóstico), seguindo o enfoque de Buarque (2002)**.** Essa análise foi estruturada em cinco dimensões: aspectos ambientais, sociais, econômicos, estruturais e governança. Tais dimensões foram selecionadas em consonância com os critérios de classificação de TBC preconizados pelo MTUR (2010)**.**

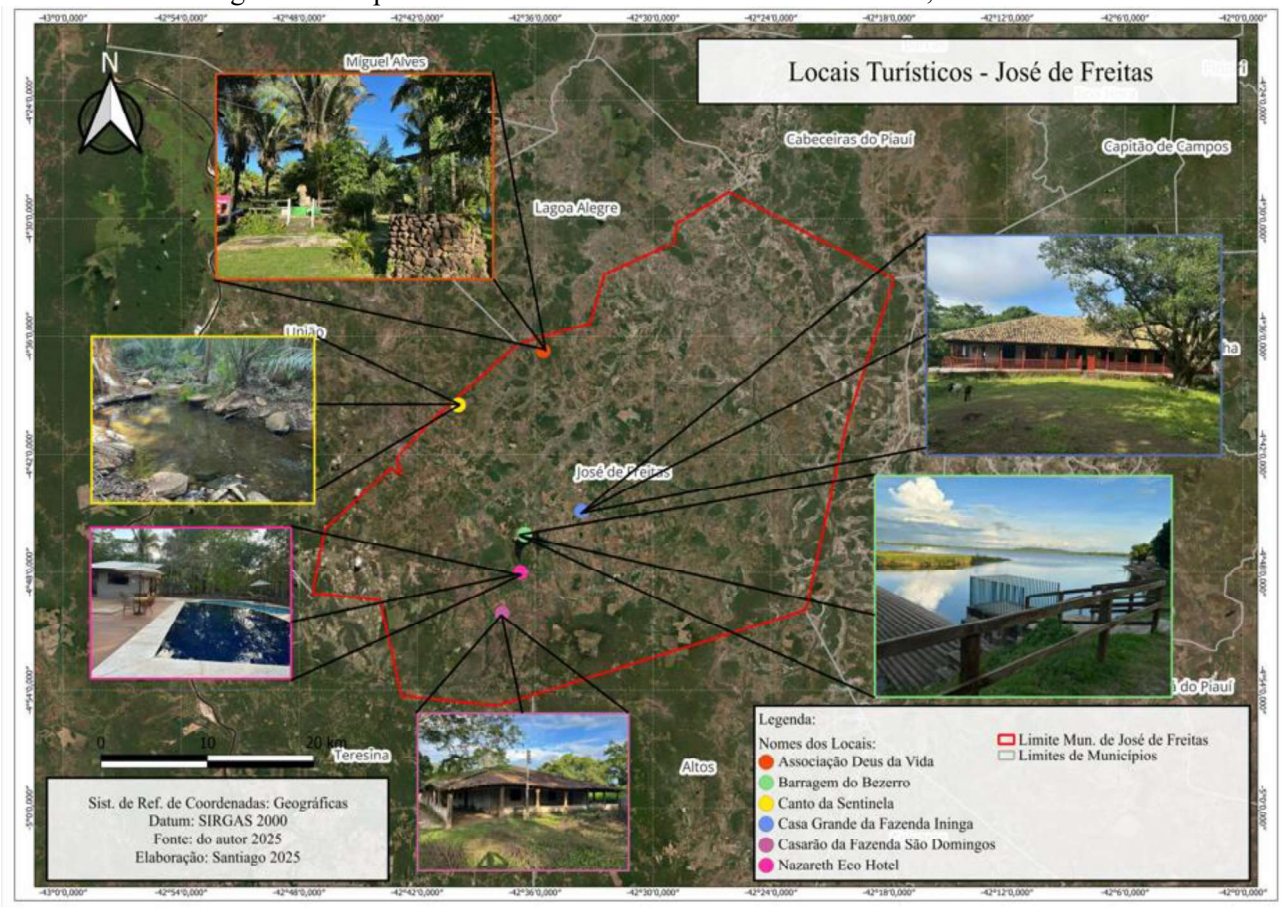
A tabulação seguiu a Análise de Conteúdo de Bardin (1994): um conjunto de técnicas focado no reconhecimento do conteúdo das mensagens investigadas. Esta técnica foi operacionalizada com o auxílio do software ATLAS.Ti 25**,** que facilitou a codificação e a categorização do material. O processo analítico resultou na geração de 97 códigos, os quais foram aglutinados em cinco eixos de sustentabilidade conforme metodologia de planejamento para o desenvolvimento local sustentável de Buarque (2002), servindo como a base para a caracterização do turismo local e o diagnóstico do potencial para o desenvolvimento do TBC.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O diagnóstico realizado em José de Freitas revelou que o município possui um vasto patrimônio natural, histórico e cultural com potencial significativo para superar o modelo convencional de turismo, frequentemente marcado pela exclusão social e pela concentração de renda. A implementação do TBC no município como alternativa e modelo de gestão turística, pode se configurar como uma estratégia que visa um novo paradigma de desenvolvimento, pautado no desenvolvimento humano, social e valorizando a cultura local e a conservação da biodiversidade.

O mapa abaixo (Figura 2), traz a localização e identificação dos locais turísticos visitados durante a pesquisa.

Figura 2 – Mapa de locais turísticos visitados. José de Freitas, Piauí.



Fonte**:** Os autores, 2025.

Os locais turísticos visitados são identificados como: Associação Deus da Vida, Barragem do Bezerro, Canto da Sentinela, Casa Grande da Fazenda Ininga, Casarão da Fazenda São Domingos e Nazareth Eco Hotel. Nota-se uma pluralidade de atrativos turísticos, com maior destaque para as belezas naturais, infraestrutura voltada ao turismo e patrimônio histórico.

A Comunidade Deus da Vida (Figura 3) é organizada em torno da oferta de serviços turísticos de passeio, culinária regional, tradições religiosas e artesanato. Ela apresenta uma atividade turística consolidada e organizada, com associativismo e cooperativismo presentes, onde a divisão de tarefas e dos benefícios gerados pelo turismo são distribuídos entre todas as famílias que formam a comunidade e que integram a iniciativa. Os casarões fazem parte do patrimônio histórico e arquitetônico de José de Freitas, já estudado por Carvalho (2014) em sua pesquisa sobre a valorização e conservação dos prédios antigos existentes no município.

Figura 3 – Comunidade Deus da Vida: a) Loja de artesanato; b) Memorial ao Zumbi dos Palmares; c) Chalés de hospedagem d) Área de piscina e restaurante

Fonte**:** Os autores, 2025.

O casarão da Fazenda Ininga (Figura 4 a-b) se constitui em uma propriedade privada, datada de 1823 e pertenceu à família Sampaio Castelo Branco. Abriga um riquíssimo acervo histórico bem conservado, formado por móveis, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho e documentos originais da época de seu apogeu. Por outro lado, o Casarão do São Domingos (Figura 4 c-d), apesar de abrigar uma beleza arquitetônica única, passou por longos períodos de depredação, perdendo a totalidade dos objetos que antes abrigava. Em seus arredores estão localizados um poço e uma piscina, construídos em paralelepípedos por mão-de-obra escrava, além do riacho São Domingos, que recebe visitantes locais em período de chuvas.

Figura 4 – Aspectos dos locais turísticos visitados durante a pesquisa de campo: a) e b) Casarão da Fazenda Ininga; c) e d) Estruturas construídas por escravos, Casa Grande do São Domingos.

Fonte**:** Os autores, 2025.

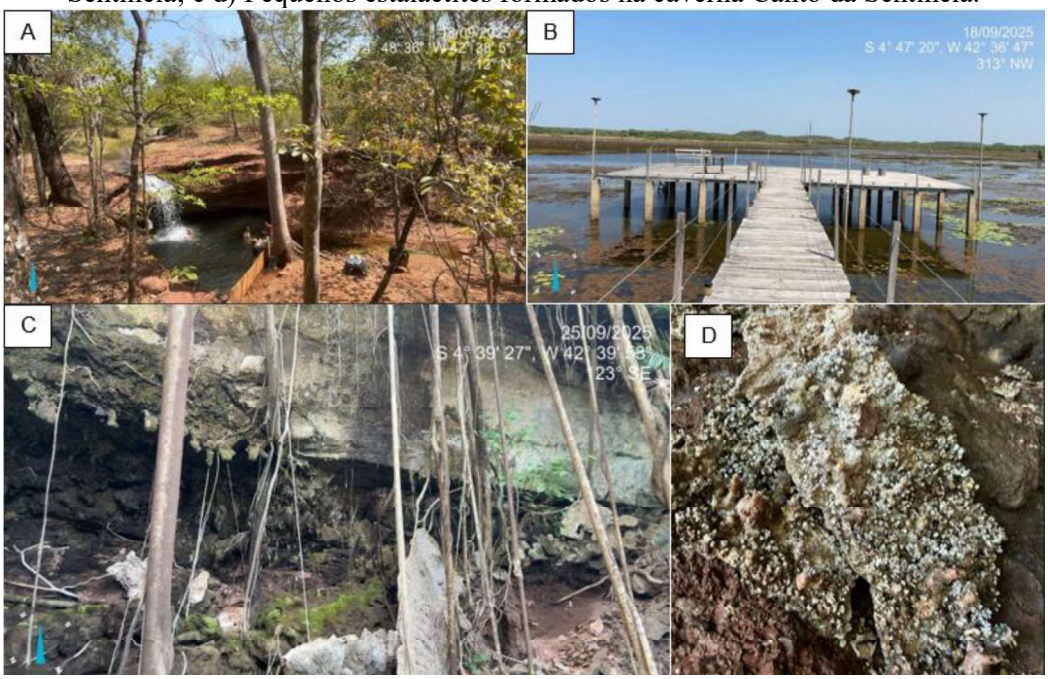
A Barragem do Bezerro (Figura 5), polo turístico que deu visibilidade ao município e o inseriu na rota turística da macrorregião Nordeste “Polo Teresina”, é formado por um conjunto de obras de infraestruturas voltadas ao público visitante ao redor de um barramento de corpo hídrico com capacidade para 10.000.000m³, construído pela Secretaria de Estado da Defesa Civil (SEDEC) e inaugurada em 1993. Ela possui quadras de esportes, amplo estacionamento e 43 quiosques de alimentação. Oferece ainda passeios de lancha, caiaque, canoa e pesca.

Figura 5 – Barragem do Bezerro: a) Vista geral da Barragem do Bezerro a partir do mirante; b) Aspecto das barracas locais

Fonte**:** Os autores, 2025.

Já o Nazareth Eco Hotel (Figura 6 a-b), trata-se de uma área privativa com cerca de 1.174 hectares, incluindo 3 lagos naturais, trilhas, cachoeira, além de infraestrutura voltada ao atendimento ao público como: chalés, piscina e restaurante. Conta ainda com atividades lúdicas para o público infantil, vale ressaltar: a visita ao meliponário, a visita ao pomar e a alimentação de animais criados na propriedade. A localidade Canto da Sentinela (Figura 6 c-d) abriga grande geodiversidade, composta por cavernas do tipo abrigo e toca (Brasil, 2014). Ocorrem também outras formas, bem como: blocos de rochas, marmitas e quedas d’água ao longo de um paredão e fendas de rocha, encaixadas em uma falha geológica. Há a ocorrência de pequenos estalactites e estalagmites em duas das principais cavernas, devido a concentração de carbonato de cálcio na água que infiltra na rocha e goteja lentamente, depositando o material e formando as estruturas que medem poucos centímetros.

Figura 6 – Aspectos dos locais turísticos visitados durante a pesquisa de campo: a) Cachoeira da Gruta, Nazareth Eco Hotel; b) Píer do Nazareth Eco Hotel; c) Caverna na comunidade Canto da Sentinela; e d) Pequenos estalactites formados na caverna Canto da Sentinela.



Fonte**:** Os autores, 2025.

Nota-se uma pluralidade de atrativos turísticos, com ênfase nas belezas naturais, na infraestrutura voltada ao turismo e no patrimônio histórico. A atividade turística existente no município é heterogênea, organizando-se em torno do potencial local, como a culinária regional e as belezas naturais (Lanza, 2021).

4.1 Análise do potencial endógeno e das vulnerabilidades das iniciativas turísticas em José de Freitas

A análise dos locais turísticos estudados mostrou o destaque da Associação Deus da Vida, descrita como atividade turística consolidada e organizada, pautada no associativismo e cooperativismo, onde a divisão de tarefas e benefícios é distribuída entre as famílias da comunidade (Conti; Antunes, 2020). Este modelo reflete a essência do TBC e encontra respaldo direto nos estudos sobre ação coletiva e desenvolvimento endógeno (Proença; Panosso Netto, 2022).

A organização local e a autogestão são pilares para o sucesso de iniciativas comunitárias. Coriolano (2003) defende que o desenvolvimento deve ser orientado para a escala humana, garantindo condições básicas de sobrevivência. A experiência da Associação Deus da Vida, ao adotar a divisão de benefícios, materializa a visão do TBC como um modelo de desenvolvimento alternativo baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo e no protagonismo das comunidades locais. A literatura reforça que a organização dos envolvidos,

a participação e a confiança são fatores essenciais para o desenvolvimento turístico bem-sucedido (Fabrino; Nascimento; Araújo, 2016). Em Delfim Moreira (MG) a participação das comunidades é considerada condição essencial para o início de um processo de cooperativismo visando o TBC no espaço rural (Lanza, 2021).

Outra grande potencialidade é a valorização cultural e histórica, vivenciada pelos Casarões (Fazenda Ininga e Assentamento São Domingos), em que os moradores buscam e compartilham o conhecimento histórico local com os visitantes, mesmo que de forma informal. Essa prática se alinha ao TBC, que valoriza a história, a cultura das comunidades locais (Proença; Panosso Netto, 2022) e a afirmação cultural e interculturalidade (Faxina; Freitas, 2021). O ambiente rural aliado à cultura local é um atrativo conforme mostra o trabalho de Rodrigues Pinho (2021) ao estudar experiências de TBC em Barreirinhas e no Estado do Maranhão.

Além das riquezas históricas do município, a geodiversidade presente na comunidade Canto da Sentinela se apresenta como um sítio de significativo potencial para o TBC, dada a singularidade dos recursos e belezas ali presentes, conferindo um atrativo paisagístico e de cunho científico que pode impulsionar um modelo de turismo de pequena escala e focado na vivência real do território. O TBC centra-se nos recursos endógenos (humanos, naturais, infraestruturais), a exemplo das práticas artesanais e culinárias da Comunidade Deus da Vida, que são indicadores de imagem turística (Santana; Gosling, 2018) com valorização dos modos de fazer, reforçando os sentimentos de pertencimento e identidade sociocultural (Paula; Mecca, 2018).

Iniciativas turísticas localizadas em propriedades privadas, tal qual Nazareth Eco Hotel e a Fazenda Ininga em José de Freitas, podem ser incorporadas ao contexto do Turismo de Base Comunitária (TBC), principalmente por meio da geração de renda e emprego para a comunidade local. Embora essas iniciativas sejam de natureza privada e, portanto, não contem com a participação comunitária direta, elas empregam residentes "freitenses", injetando recursos na economia local.

O modelo de TBC exige que a comunidade seja a protagonista do processo de desenvolvimento turístico, promovendo a autogestão e a democratização de oportunidades e benefícios (Irving; Moraes, 2019). A lógica de empreendimentos privados (pautada na lógica de mercado) difere do TBC, se baseia nos princípios da economia solidária e do cooperativismo (Conti; Lavandoski, 2019). Contudo, o TBC pode atuar em conjunto com outras modalidades, e a gestão comunitária do turismo deve abraçar iniciativas individuais dentro da comunidade, desde que estas fomentem o uso sustentável e a responsabilidade coletiva. Nessa perspectiva

Nazareth Eco hotel adota práticas ecológicas e conservacionistas em suas atividades e serviços turísticos, a se destacar: observação de aves, passeios ecológicos aliados à educação ambiental e uso de energias renováveis.

Com relação às fragilidades identificadas, essas demonstram que, apesar do potencial endógeno, a consolidação do TBC é limitada por barreiras sistêmicas. Carências infraestruturais, como manutenção de estradas, iluminação deficiente e falta de saneamento, foram citadas em todas as entrevistas. Tais limitações básicas são um obstáculo recorrente para o TBC, conforme relatados na pesquisa de Faxina e Freitas (2020) sobre a implantação deste tipo de turismo na comunidade Terra Caída, município de Indiaroba, Sergipe; assim como na comunidade da Ilha Mem de Sá (SE), que também revelou fragilidades na distribuição de água e energia e na coleta e destinação de resíduos (Faxina; Freitas; Trevizan, 2021).

Foram encontradas também fragilidades institucionais e de gestão, uma vez que a atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo foi classificada como tímida. O poder público é um agente regulador que pode promover mudanças positivas ou negativas para as comunidades (Corbari; Bahl; Souza, 2018). No entanto, em José de Freitas, se observou que há pouca participação através de políticas públicas efetivas e de apoio aos empreendedores do setor turístico. Essa participação do poder público foi vista de forma mais efetiva na Barragem do Bezerro, importante polo turístico da região, porém as outras iniciativas relatam sensação de abandono por parte do poder público e acabam gerindo suas iniciativas de forma independente.

Outro fator que merece destaque é o individualismo, que é citado como desafio para o desenvolvimento do TBC na região. A falta de união e de trabalho de cooperação são uma deficiência do TBC também relatados por Fernandes *et al* (2024), pois este exige o protagonismo da população na gestão da atividade econômica, porém os resultados de sua pesquisa com a comunidade Vila dos Moreiras (MG), não foram promissoras sobre o trabalho coletivo.

Em se tratando de oportunidades identificadas, como o crescimento econômico e o reconhecimento de José de Freitas como um polo turístico no Brasil, se alinham aos objetivos do TBC de gerar emprego, renda e desenvolvimento local. O DLS deve ser visto como um processo de mobilização social endógeno, que implementa mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população (Buarque, 2004).

O quadro abaixo (Quadro 1) traz uma estruturação dos achados da pesquisa em Eixos de Sustentabilidade, conforme a metodologia de planejamento para o Desenvolvimento Local Sustentável de Buarque (2002), permitindo a compreensão multidimensional e integrada da

realidade turística em José de Freitas.

Quadro 1 – Eixos de Sustentabilidade a partir da Análise de SWOT para a área de estudo

EIXOS DE SUSTENTABILIDADE		POTENCIALIDADES	DESAFIOS
1. Eixo social e cultural	Destaca-se pela riqueza do patrimônio imaterial e pelas tradições religiosas e históricas que fundamentam a identidade local	A existência de forte coesão social em nichos específicos, como a Associação Deus da Vida, demonstra que o associativismo é uma força real para a autogestão e o protagonismo comunitário.	observa-se o pensamento individualista de alguns comunitários e o desinteresse das novas gerações como ameaças à continuidade das práticas coletivas, o que pode comprometer a essência cooperativista do TBC.
2. Eixo Econômico	A dimensão econômica revela um cenário de oportunidades subutilizadas, onde o turismo ainda não se consolidou como vetor principal de renda.	A proximidade com a capital, Teresina, e o reconhecimento do município como polo turístico representam oportunidades claras para o incremento do fluxo de visitantes e a geração de emprego e renda para os residentes.	A escassez de recursos financeiros, tanto por parte do poder público quanto das comunidades, aliada à baixa visitação em períodos de baixa temporada, limita a sustentabilidade econômica das iniciativas de pequena escala.
3. Eixo Ambiental (Ecológico)	A base física de José de Freitas, caracterizada por áreas de ecótono entre Cerrado e Caatinga, oferece ativos naturais singulares	A geodiversidade (cavernas e formações rochosas no Canto da Sentinela) e as belezas naturais (Barragem do Bezerro e Nazareth Eco Hotel) são as principais forças internas que sustentam a imagem turística do município.	A sustentabilidade ecológica é ameaçada pelo desmatamento**,** queimadas e pela falta de sensibilização ambiental dos visitantes, somada a uma fiscalização ambiental ainda insuficiente.
4. Eixo de Infraestrutura	Este eixo concentra as barreiras mais críticas para o desenvolvimento territorial, sendo classificado como uma dimensão de fraquezas sistêmicas.	O poder público local tem buscado, ainda que forma tímida, investimentos para a melhoria estrutural dos locais turísticos do município	As evidências apontam para más condições das estradas vicinais, precariedade na iluminação pública, falta de sinalização turística e deficiência no saneamento básico. Tais carências estruturais não apenas dificultam o acesso do turista, mas também afetam a qualidade de vida da comunidade receptora, impedindo a consolidação do TBC como modelo inclusivo.
5. Eixo de Gestão e Governança	A governança é o pilar que deveria articular os demais eixos, mas apresenta	A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) conta com uma equipe técnica capacitada, o	A atuação do poder público é descrita como tímida e insuficiente, com pouca divulgação dos atrativos e

	dualidades marcantes em José de Freitas	que representa uma base sólida para o planejamento estratégico.	ausência de um roteiro turístico estruturado que integre as diversas iniciativas locais.

Fonte**:** Os autores, 2025.

Para que José de Freitas avance na consolidação do TBC, é imperativo que o poder público e a comunidade atuem de forma coordenada. É fundamental que as políticas públicas priorizem o investimento em infraestrutura básica, pois amenizar a carência de infraestrutura básica e de saneamento, assim como investir na melhoria das estradas e acessos, são fatores essenciais para o sucesso dessas iniciativas.

Há de se destacar também a necessidade de fiscalização ambiental e sanitária das iniciativas e dos estabelecimentos que fornecem serviços turísticos, pois para que a comunidade se aproxime de um ideal de sustentabilidade desejado, é necessário o monitoramento periódico das ações de melhoria, o que gera subsídios contínuos para a comunidade apresentar suas necessidades e cobrar por intervenções que atendam aos seus interesses.

A comunidade deve ser a protagonista no processo de desenvolvimento e gestão de suas ações e projetos. Nesse sentido, a falta de qualificação deve ser combatida com investimentos em capacitação e treinamento, pois o TBC deve promover a valorização do saber-fazer, impactando positivamente na autoestima e bem-estar dos residentes (Conti; Rocha; Viteze, 2018). É vital que as comunidades se organizem. A Comunidade Deus da Vida serve como um modelo a ser replicado, e outras comunidades devem ser incentivadas a criar associações ativas para assumir o papel de intermediação entre os moradores, os políticos e os especialistas para planejar o turismo nas comunidades.

O planejamento do TBC deve ser participativo, conforme preconiza Lanza (2021), visto que a falta de articulação e participação da comunidade é uma limitação para o bom desenvolvimento dessas práticas associativistas. A gestão e o desenvolvimento planejado exigem que as tais associações assumam o papel de intermediação, uma vez que a função do setor público é desenvolver as políticas públicas necessárias e requeridas pelas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou demonstrar que o Turismo de Base Comunitária se constitui como uma estratégia fundamental para o impulsionamento do Desenvolvimento Local Sustentável no município de José de Freitas, Piauí. Através do diagnóstico realizado, identificou-se que território possui um patrimônio natural, histórico e cultural de grande valor,

o qual corrobora sua vocação para modelos turísticos alternativos à massificação convencional.

Neste sentido, O achado mais expressivo da pesquisa, a Comunidade Deus da Vida, serviu como prova empírica de que o associativismo e a autogestão são capazes de coproduzir o território de forma endógena. Contudo, é necessário reconhecer que a pesquisa identificou lacunas críticas que desafiam a consolidação do modelo. A primeira reside nas barreiras infraestruturais sistêmicas (estradas, saneamento e iluminação) e na atuação institucional tímida do poder público, fatores que limitam a perenidade das iniciativas.

Com relação à metodologia adotada, a aplicação da técnica de amostragem *snowball sampling*, mostrou-se eficaz para o acesso a comunidades de difícil alcance, permitindo o estabelecimento de um vínculo prévio de confiança mediado pelas indicações, o que otimizou a coleta de dados qualitativos em uma área geográfica vasta. No entanto, a pesquisa enfrentou limitação da não generalização estatística, inerente a amostras não probabilísticas, o que impede que os resultados sejam aplicados uniformemente a todas as comunidades freitenses. Adicionalmente, observa-se uma tensão conceitual na inclusão de empreendimentos estritamente privados, como o Nazareth Eco Hotel e a Fazenda Ininga, no escopo de um estudo sobre TBC; embora contribuam para a economia local, esses locais carecem da autogestão comunitária plena que define o modelo em seu cerne.

Para estudos futuros, recomenda-se que sejam analisadas as redes sociais locais para compreender com maior profundidade as relações de poder e os conflitos territoriais internos que podem travar o associativismo. Além disso se faz necessário investigar mecanismos de formalização da parceria entre empreendimentos privados e comunidades, buscando modelos de gestão que integrem a responsabilidade coletiva e a sustentabilidade do TBC à lógica de mercado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. B.; GOMES, J. R. C**. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de José de Freitas**. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

ALMEIDA, F. A. B.; CASTRO, J. F. de. Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 66-81, dez. 2017. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1161. Acesso em: 28 nov. 2023.

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Iniciativas cooperativistas do turismo de base comunitária brasileiro e seus efeitos para o desenvolvimento local sustentável. **CODS -**

Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade, *[S. l.]*, v. 15, n. 1, 2023. Disponível em: https://codsunama.org/ojs/index.php/br/article/view/99. Acesso em: 12 set. 2025.

ALVES, A.-A. S.; ROCHA, G. C. Desenho teórico sobre as iniciativas de turismo de base comunitária em comunidades tradicionais no território brasileiro. **Revista de Geografia**, *[S. l.]*, v. 41, n. 5, p. 1–18, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.51359/2238-6211.2024.264991. Acesso em: 12 jan. 2025

ARRUDA, D. de O..; GONÇALVES, J. P. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola. **Interações,Campo Grande,-**MS, v. 21, n. 1, p. 107-123, 2020. Disponível em: https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1968. Acesso em: 15 mai. 2024.

BARRETO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em análise**, *[S. l.],* v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004. Disponível em: https://share.google/58OPuw6Z2IaNEgig4. Acesso em: 10 set. 2025.

BENITES, M.; MAMEDE, S. Ecoturismo de Base Comunitária na Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS): planejamento e sustentabilidade. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.13, n.1, p. 100-119, 2020.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Espeleologia:** o estudo das cavernas. Serviço Geológico do Brasil, 2014. Disponível em: https://www.sgb.gov.br/espeleologia-o-estudo-das-cavernas. Acesso em: 10 de out. 2025.

BROCHADO, C.; JUNIOR, J. M. C. Turismo de Base Comunitária: um potencial para o desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 250-264, ago. 2012. Disponível em: https://periodicos.unirio.br/cadernovirtualturismo/article/view/2870/2662. Acesso em: 14 jun. 2025.

BUDEL, L.; SEVERINI, V. F.; REJOWSKI, M. Dimensões da Hospitalidade no Turismo de Base Comunitária: simbologias, ritos e artefatos na casa de farinha em Mangabeira. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, *[S. l.]*, v. 17, p. 2497, 2023.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 230p.

BURGOS, A.; MERTENS, F. As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. **Tourism & Management Studies**, vol. 12, núm. 2, pp. 18-27, 2016 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305771107_As_redes_de_colaboracao_no_turismo_de_base_comunitaria_implicacoes_para_a_gestao_participativa. Acesso em: 28 nov. 2023.

CÁCERES-FERIA, R; HERNÁNDEZ-RAMÍREZ, M; RUIZ-BALLESTEROS, E. Depopulation, community-based tourism, and community resilience in southwest Spain. **Journal of Rural Studies**, v. 88, p. 108–116,. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.10.008. Acesso em: 15 mai. 2024.

CARVALHO, I. M. S. Um estudo sobre os prédios antigos de José de Freitas – PI (1928 a 2013). 2014. 33 f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Faculdade do Médio Parnaíba, Teresina, 2014. Disponível em: https://www.famep.com.br/repositorio/2016.2/monografias/historia/um_estudo_sobre_os_predios_antigos_de_jose_de_freitas.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

COELHO, E. de Á.; GONTIJO, B. M. O processo de organização para o turismo nas comunidades ribeirinhas da Reserva Amanã, AM. Turismo e Sociedade, *[S. l.]*, v. 14, n. 3, 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/79715. Acesso em: 15 mai. 2024.

COLIN, E. C. da S.; PELICIONI, M. C. Fi. Territorialidade, desenvolvimento local e promoção da saúde: estudo de caso em uma vila histórica de Santo André, São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1246–1260, 2018. Disponível em: scielo.br/j/sausoc/a/V8myxRZdRWjTfZGZGmhyXRt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 jun. 2024.

CONTI, B. R.; LAVANDOSKI, J. Caminhos para o desenvolvimento turístico em Maricá, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, *[S. l.]*, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115459473002. Acesso em: 15 mai. 2024.

CONTI, B. R.; ANTUNES, D. C. Turismo e economia solidária: uma aproximação relutante. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 1, p. 106-128, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4735/473563286008/473563286008.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

CONTI, B. R.; ROCHA, L. R. V. G.; VITEZE, N. N. As conexões entre a economia solidária e o turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, *[S. l.],* v. 12, n° 2, 2018 Disponível em: https://doi.org/10.17648/raoit.v12n2.5049. Acesso em: 15 mai. 2025.

CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. R. A relação entre atores e seus impactos: o caso do turismo em comunidades indígenas brasileiras. **Caderno Virtual de Turismo**, *[S. l.]*, v. 18, n. 2, p. 5-22, 2018. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1235. Acesso em: 15 mai.2025.

CORIOLANO, L. N. M. T.; BARBOSA, L. M. Rede de territórios solidários e turismo de base local no Ceará –Brasil. **Revista Geográfica de América Central** (Costa Rica), vol. 2, p. 1-26, 2011. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820829. Acesso em: 26 set. 2024.

CORIOLANO, L. N. M. T. **O turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

DEWES, J. O. **Amostragem bola de neve e respondente-driven sampling: uma descrição dos métodos**. 2013. 52 f. Monografia (Bacharel em Estatística). Departamento de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/93246/000915046.pdf. Acesso em: 17 jun. 2015.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; ARAÚJO, H. C. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 172-190, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1154/115449790013.pdf. Acesso em 12 jun. 2024.

FAXINA, F., FREITAS, L. B. A;, TREVIZAN, S. D. P. Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem de Sá – Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. e16311, 2021. Disponível em:https://doi.org/10.5585/geas.v10i1.16311. Acesso em: 15 mai. 2024.

FERREIRA, D. L. G.; CORDEIRO, J.; CALAZANS, G. M. O turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e aspectos culturais da Serra dos Alves, Itabira (MG). **Research, Society and Development**, v. 8, n. 1, p. e381507, 2019**.** Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662192003. Acesso em: 06 abr. 2024.

FUNDAÇÃO CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Perfil dos municípios**. Teresina: Fundação CEPRO, 2000.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. de. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 161–179, 2020. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1736. Acesso em: 29 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados e Informações Ambientais (BDIA)**: Vegetação. Rio de Janeiro 2025. *[s. d.]*. Disponível em: https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/vegetacao. Acesso em: 21 jun. 2025-a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados e Informações Ambientais (BDIA)**: Geomorfologia. Rio de Janeiro, *[s.d.]*. Disponível em: https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia. Acesso em: 21 jun. 2025-b.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Banco de Informações Ambientais (BDIA), Pedologia. IBGE, 2023. Disponível em: https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/pedologia. Acesso em: 21 jun. 2025.

IRVING, M. de A.; MORAES, E. A. de. Apresentação. *In*: GUERRA, M. F.; ALVITE, C. M. de C.; SANTOS, A. B. de V. S**.** (org). **Brasil. Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais:** caderno de experiências. (pp. 14-18). 1 ed. Brasília: MMA, ICMBio. p. 14-18, 2019. Disponível em: turismo-de-base-comunitaria-em-ucs-caderno-de-experiencias-pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

IRVING, M. da A.; MENDONÇA, T. C. de M. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, *[S. l.]*, v. 4, n. 4, 2006. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/66. Acesso em: 15 nov. 2025.

JEE, T.-W.; TING, H.-B.; ALIM, M. A. . Community based tourism re-visit intention:

tourists' perspective**.** **International Journal of Business and Society**, v. 20 n. 2, p. 585-604, 2019.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento Local Sustentável**: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2011.

LANZA, E. V. **Potencialidades para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no espaço rural:** o estudo de dois bairros do município de Delfim Moreira - MG. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.100.2021.tde-28062021-170224. Acesso em: 15 mai. 2024.

LEE, T. H.; JAN, F.-H. **Can community-based tourism contribute to sustainable development?** Evidence from residents' perceptions of the sustainability. Tourism Management, v. 70, p. 368–380, 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517718302115. Acesso em: 15 mai. 2024.

MAKWINDI, N.; NDLOVU, J. Prospects and Challenges of Community-Based Tourism as a Livelihood Diversification Strategy at Sehlabathebe National Park in Lesotho. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 10(1), n. 10(1), p. 333–348, 2021. Disponível em: https://www.ajhtl.com/uploads/7/1/6/3/7163688/article_22_10_1_333-348.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

MARTINS, M. R.; FUTEMMA, C. O turismo como um bem comum e o papel da juventude em sua gestão no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, *[S. l.]*, v. 59, 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76646. Acesso em: 14 jun. 2024.

OZORIO, R. Z. Turismo de base comunitária e resiliência socioecológica em espaços territoriais protegidos e adjacências: uma revisão de metodologias aplicadas. **Cadernos de Geografia**, n. 46, p. 65–76, 2022. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/cadernosgeografia/article/view/12128/9084. Acesso em: 15 mai. 2024.

PAULA, T. M. de.; MECCA, M. S. Valorização, preservação e promoção da cultura local através da Economia Criativa: o caso da produção do souvenir gastronômico. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 121-133, 2018. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1321. Acesso em: 15 mai. 2024.

PINHEIRO, C. R. S.; SOUZA, L. E. S.s de. Entre Mangues e Guarás: o Turismo de Base Comunitária na Ilha do Lençóis em Cururupu (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 17, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/15506. Acesso em: 14 jun. 2024.

PLACERES, C. C. **Turismo de Base Comunitária no Assentamento Agroecológico de Roça Nova, Aracruz, ES**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/10200. Acesso em: 17 jun. 2025.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. 2. ed, Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROENÇA, A. R. G. B.; PANOSSO NETTO, A. Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança "Pisasú Sarusawa" (Rio Cuieiras -Amazonas). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, *[S. l.]*, v. 16, p. 2408, 2022. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2408 Acesso em: 14 jun. 2024.

RODRIGUES PINHO, T. R. Experiências de base comunitária na região dos Lençóis Maranhenses (Brasil): potencialidades e limitações. ROTUR. **Revista de Ocio y Turismo**, v. 15, n. 2, p. 146–167, 2021. Disponível em: https://revistas.udc.es/index.php/rotur/article/view/rotur.2021.15.2.7551/g7551_pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

SALGANIK, M. J.; HECKATHORN, D. D. Sampling and Estimation in Hidden Populations Using Respondent-Driven Sampling. **Sociological Methodology**, v. 34, n. 1, p. 193–240, 2004.

SANTANA, L. D.; GOSLING, M. S. Imagem de destino turístico: Ilheus/BA na perspectiva de visitantes e moradores. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 63-84, 2018. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1301 Acesso em: 15 mai. 2024.

SANTOS, L. C. R. dos. SAMPAIO, C. A. C.; PROCOPIUCK, M.; SILVA, F. de P. S da; PANKE, R. Arranjo Institucional e Socioprodutivo Correlações e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, *[S. l],* v. 8, n. 3, p. 397–417, 2019. Disponível em: https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/3625. Acesso em: 15 mai. 2024.

SANTOS, J. dos; FERNANDES, T. M. S.; MOREIRA, F. A.; DIAS, N. O.; SÁLVIO, G. M. M.; JÚNIOR,W. J. da S. Turismo de base comunitária no entorno do parque de Ibitipoca: um estudo de caso das Vila dos Moreiras. *In:* LADWIG, N. I.; SUTIL,T. (org). **Planejamento e Gestão Territorial.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 1996. São Paulo: Hucitec, 1996. 259p.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

TEIXEIRA, F. R.; VIEIRA, F. D.; MAYR, L. R. Turismo de base comunitária: Uma abordagem na perspectiva da análise de clusters. **Turismo Visão e Ação**, v. 21, n. 2, p. 02, 2019.

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COMUNIDADES

IDENTIFICAÇÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA

Esta pesquisa, intitulada “Turismo de Base Comunitária como ferramenta para o desenvolvimento local sustentável em José de Freitas, Piauí”, é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial (MAPEPROF) do Instituto Federal do Piauí (IFPI).O objetivo principal deste estudo é diagnosticar o potencial turístico da nossa região para elaborar uma cartilha educativa que ajude a fortalecer o Turismo de Base Comunitária (TBC) em José de Freitas. Por meio desta entrevista, buscamos:

- Mapear as atividades turísticas que já existem ou que podem ser criadas em sua localidade;
- Entender quais são os pontos fortes, as fraquezas, os desafios e as chances de crescimento para o turismo em sua comunidade;
- Colher informações para sugerir recomendações práticas que ajudem a melhorar a qualidade de vida dos moradores através de um turismo mais justo e sustentável.

Observação: Mais informações sobre esta pesquisa estão disponíveis na sua via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

ROTEIRO DE ENTREVISTA – COMUNIDADES

1 – Descreva seu envolvimento com esta comunidade. A quanto tempo vive aqui? Exerce algum papel de liderança? Qual?

2 – Você tem algum envolvimento com o turismo na comunidade? Qual?

3 – Qual/quais o(s) principal(is) atrativo(s) turísticos da localidade ou que tenham potencial para atividade turística?

4 – Descreva a atividade turística na sua comunidade: como começou, quais as principais características da atividade, recebe visitantes de outros municípios ou estados, dentre outras informações.

5 – Descreva o envolvimento das pessoas da comunidade na atividade turística?

6 – As atividades turísticas praticadas atualmente na comunidade são realizadas de forma independente ou tem algum suporte/apoio do governo ou organizações não governamentais? Quais?

7 – A comunidade participa de algum tipo de associação? Qual?

8 – Você já conhece ou já ouviu falar no turismo de base comunitária? Se sim, qual seu entendimento sobre o assunto?

9 – Depois de obter informações acerca do turismo de base comunitária, cite os pontos fortes(internos) para o desenvolvimento desse tipo de turismo na localidade

10 – Cite também as principais fraquezas (internas).

11 – No seu ponto de vista quais seriam os principais desafios (ameaças externas) e oportunidades para o turismo de base comunitária na localidade.

12 – Quais as principais demandas ou carências da comunidade?

Roteiro desenvolvido com base na pesquisa de Nascimento (2020)

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGENTES QUE ATUAM NO SETOR PÚBLICO

IDENTIFICAÇÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA

Esta pesquisa, intitulada "Turismo de Base Comunitária como ferramenta para o desenvolvimento local sustentável em José de Freitas, Piauí", é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial (MAPEPROF) do Instituto Federal do Piauí (IFPI).O objetivo principal deste estudo é diagnosticar o potencial turístico da nossa região para elaborar uma cartilha educativa que ajude a fortalecer o Turismo de Base Comunitária (TBC) em José de Freitas. Por meio desta entrevista, buscamos:

- Mapear as atividades turísticas que já existem ou que podem ser criadas em sua localidade;
- Entender quais são os pontos fortes, as fraquezas, os desafios e as chances de crescimento para o turismo em sua comunidade;
- Colher informações para sugerir recomendações práticas que ajudem a melhorar a qualidade de vida dos moradores através de um turismo mais justo e sustentável.

Observação: Mais informações sobre esta pesquisa estão disponíveis na sua via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

ROTEIRO DE ENTREVISTA – AGENTES QUE ATUAM NO SETOR PÚBLICO

Questionário baseado na pesquisa de Barreto (2018), Dores (2015) e Santos (2023)

1. Informar função/cargo e setor/departamento
2. Como tem sido a participação do poder público no desenvolvimento do turismo em José de Freitas
3. Que ações vem sendo desenvolvidas /ou planejadas para o turismo no município?
4. Existem programas de qualificação e de conscientização da comunidade local sobre conservação ambiental, cultural, bem como sobre o turismo local?
5. Quais as projeções para o futuro do turismo no município?
6. Você conhece ou já ouviu falar em turismo de base comunitária? Se sim, qual seu entendimento sobre o assunto?
7. Depois de ouvir a respeito do Turismo de Base Comunitária, indique iniciativas turísticas que possam ter características da modalidade turística apresentada.
8. Considerando o turismo em José de Freitas como ele é hoje, destaque
   a) Quais os pontos fortes?
   b) Quais os pontos fracos?
9. Considerando um cenário futuro, para o turismo de base comunitária no município destaque:
   a) quais as principais potencialidades?

b) quais os principais desafios?

REFERÊNCIAS

BARRETO, C. E. S. Turismo de base comunitária: uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico nas comunidades Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, Pacatuba, Sergipe. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo), Instituto Federal de Sergipe. Sergipe, 88f. 2018.

DORES, L. A. O. Turismo de base comunitária como indutor de desenvolvimento local: um estudo da realidade e potencialidades no Distrito de Porto Salvo, município de Vigia de Nazaré-PA. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, Pará, 115f. 2015.

SANTOS, T. C. Caminhos para o Turismo de base comunitária em Nossa Senhora das Dores, Sergipe. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo), Instituto Federal de Sergipe. Aracaju, 162 f. 2023.

APÊNDICE G – FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

FICHA DE PESQUISA DE CAMPO

ATRATIVOS TURÍSTICOS
TIPO:
NOME/IDENTIFICAÇÃO:
LOCALIZAÇÃO:
COORDENADAS GEOGRÁFICAS:
DISTÂNCIA DO CENTRO DA CIDADE:
MEIOS DE ACESSO AO ATRATIVO:
DESCRIÇÃO GERAL DO ATRATIVO: (infraestrutura, recursos naturais, cultura hábitos e costumes, agentes locais
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS (características: ( ) alojamento: _____ _____ ( ) restaurante/lanchonete:_____ _____ ( ) sanitários:_____ _____ ( ) estacionamento:_____ _____ ( ) transportes: _____ _____ ( ) mirantes:_____ _____ ( ) outros: _____ _____ _____ _____ _____ _____
POSSUI ATIVIDADES PROGRAMADAS: ( ) NÃO

( ) SIM, CITAR: _____ _____ POSSUI ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS: ( ) NÃO ( ) SIM, CITAR: _____ _____
AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO ATRATIVO (conjunto paisagístico, vegetação, acesso, equipamentos e serviços turísticos, conservação e limpeza):
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES:
DATA DA VISITA:

APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o(a) Sr(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa **Turismo de Base Comunitária como Ferramenta para e Desenvolvimento Local Sustentável em José de Freitas, Piauí**, de responsabilidade da pesquisadora **Arijane-Adne Santiago Alves**, xxxxxxxxxxx, Telefone: xxxxxx e e-mail: xxxxxx sob orientação de: Professor Dr. Glairton Cardoso Rocha, Telefone: xxxxxx, e-mail: xxxxxx.

Todas as suas dúvidas referentes a sua participação nesta pesquisa podem ser tiradas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando não tiver mais dúvidas, concorde ou não com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e outra ficará com o pesquisador responsável. Você está livre para decidir participar ou não, e para desistir de participar, a qualquer momento.

Esta pesquisa pretende estudar de que forma o Turismo de Base Comunitária (tipo de turismo realizado pelas comunidades) pode servir de ferramenta para o Desenvolvimento Local Sustentável no município de José de Freitas. Queremos caracterizar as atividades turísticas do município; identificar desafios e oportunidades para o turismo nas comunidades; e propor recomendações práticas para melhorar o turismo nas comunidades de José de Freitas.

Para realizar esta pesquisa, iremos fazer entrevista e questionários com pessoas envolvidas com atividades turísticas no município de José de Freitas. Essas pessoas serão identificadas através de indicação de pessoas envolvidas com o turismo no município. As entrevistas serão gravadas por voz e o conteúdo das falas será analisado e interpretado pala pesquisadora. Algumas falas dos entrevistados poderão ser escritas na íntegra e usadas no relatório final e em artigos científicos.

Em primeira vista, não há riscos evidentes. Quando participar da pesquisa, se se sentir desconfortável ao responder as perguntas e/ou no caso de tomar o seu tempo ao responder a entrevista/questionário, você tem a liberdade de não responder e a entrevista/questionário será interrompida imediatamente. Se você não quiser que sua imagem seja divulgada, pode se recusar. Isso ajuda a manter sua privacidade, proteger sua foto e evitar que ela seja usada de formas que possam prejudicar você ou sua comunidade.

Essa pesquisa pode trazer alguns benefícios, como o aprendizado através de troca de informações e experiências sobre turismo em Jose de Freitas como isso pode contribuir

para o desenvolvimento do município. Há também a garantia de que serão respeitados os valores culturais, religiosos, sociais, morais e éticos, bem como hábitos e costumes.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos e/ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Nada lhe será pago ou cobrado para participar desta pesquisa, pois a participação na mesma é voluntária. Seu direito a indenização é garantido pela Resolução CNS 466/2012, desde que comprovado os danos provenientes da participação na pesquisa, por decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (Av. Presidente Jânio Quadros, nº 330, Santa Isabel, Sala 3, CEP.: 64053-390, Teresina-PI, Fone: (86) 3131-1441, E-mail: cep@ifpi.edu.br).

_____

Assinatura do pesquisador

Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo(a) pesquisador(a) e ter entendido o que foi e explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

José de Freitas, ____ de _____ de 20___

_____

Assinatura do participante da pesquisa